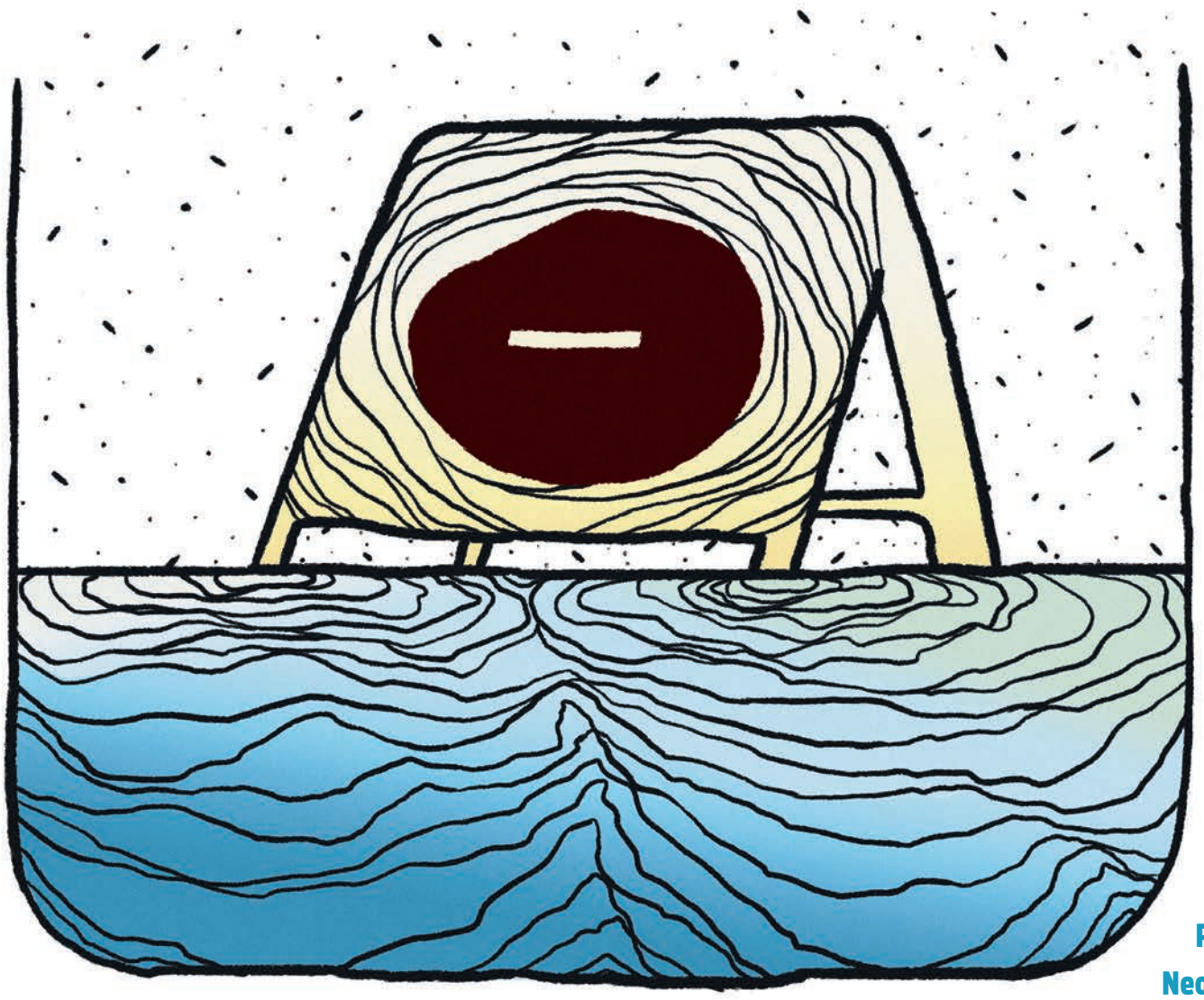
O périplo Zapatista pela Europa pág. 26 • C.O.M.A. Rap Subversivo pág. 47

Com a assinatura do jornal, consegue um exemplar da edição limitada do CD *Viver / Festa* de C.O.M.A.

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 30
MARÇO-MAIO 2021
TRIMESTRAL / ANO IX
3000 EXEMPLARES
PVP: 1,5€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA



Rita Neves

SERPENTES NAS FRONTEIRAS

Cerram-se as fronteiras — externas e internas — contra o migrante ou o cigano. Todas elas têm o ódio como alicerce, a violência como mecanismo e os deslocados e excluídos como consequência. A receita ideal que serve ao novo fascismo que pende sobre as nossas cabeças em plena epopeia da «reconfiguração da direita» em Portugal.

Ilhor Homenyuk, a cronologia de um assassinato encoberto **págs. 11 e 12**

SEF, entre as malhas da continuidade histórica do fascismo e do racismo **págs. 13 e 14**

Frontex: impossível vigiar os vigilantes **págs. 15 e 16**

Protestos Ciganos **págs. 3 a 5**

Neofascismos **págs. 29 a 34**

Coimbra tem menos encanto

págs. 7 e 8

A luta do Solar Residência dos Estudantes Açoreanos, numa Coimbra onde a voracidade imobiliária põe em causa a continuação das Repúblicas de Estudantes.

Anselmo Canha

Ocupar as ondas

págs. 18 a 20

O recente «despejo» da rádio catalã Contrabanda relança a luta pelas ondas de rádio enquanto bem comum. Porque a liberdade de expressão passa pela liberdade de emissão.

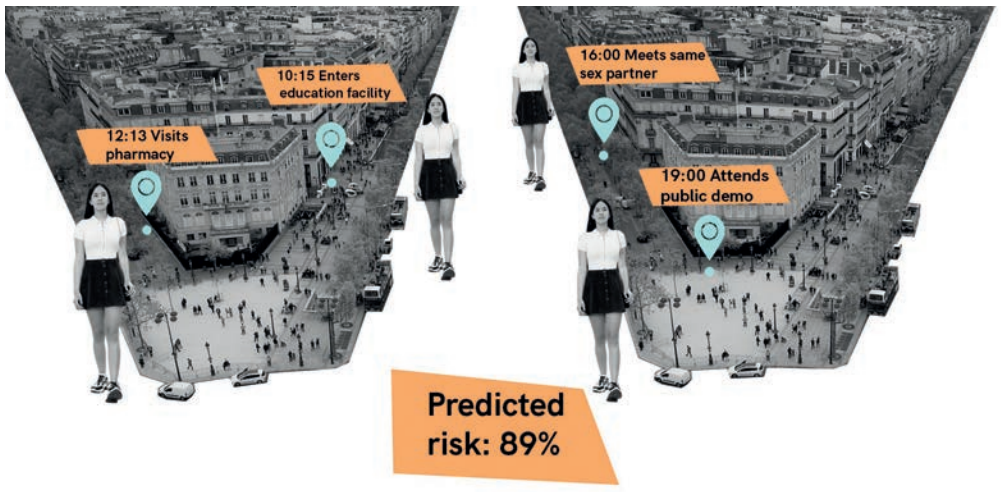
Uma primavera agroecológica

págs. 23 a 25 e 48

No campo e nas cidades as hortas crescem e sobrevivem. A agroecologia alimenta a resistência de que precisamos.

O Grande Irmão é agora

#ReclaimYourFace é um movimento europeu que apela à proibição da utilização de sistemas de inteligência artificial com fins nocivos, como é o caso vigilância massiva com recurso a dados biométricos.



FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A campanha surge no ano em que a distopia do omnipresente Big Brother no *1984* de George Orwell é repetidamente citada para legendar os tempos pandémicos do medo, ecrãs e autoritarismos. Para proteger os direitos fundamentais no meio digital surgiu uma coligação composta por mais de 40 organizações da sociedade civil da União Europeia exigindo, através de uma «Iniciativa de Cidadania Europeia», novos quadros legislativos. Para tal, precisa de reunir um milhão de assinaturas em pelo menos sete estados-membros durante este ano, de forma a abrir o debate no Parlamento Europeu.

A tua liberdade futura pode ser retirada simplesmente por seres quem és.

A Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais -, em comunicado de inícios de Março, explica como «os dados biométricos são dados que são próprios e únicos de cada um dos nossos corpos e comportamentos, e que divulgam informações sensíveis sobre quem somos. Por exemplo, os nossos rostos podem ser utilizados para reconhecimento facial de forma a produzir uma previsão ou avaliação sobre nós – e o mesmo pode acontecer com os nossos olhos, as nossas veias, as nossas vozes, a forma como caminhamos ou digitamos num teclado e muito mais.» Por essa razão «governos, forças policiais e empresas usam dispositivos de gravação (como câmaras de CCTV) e *software* de reconhecimento facial para colectar os nossos dados biométricos. Isto significa que podem rastrear-nos em qualquer lugar, fazendo uso das nossas características únicas, identificando permanentemente cada um de nós. Esta captura geral dos dados biométricos de cada pessoa em espaços públicos como ruas, parques, estações de comboio, lojas ou complexos desportivos, enquanto estamos simplesmente a tentar viver as nossas vidas, é o que se chama vigilância biométrica em massa. Trata-nos a todos como códigos de barras ambulantes.»

O objectivo da campanha *Reclaim Your Face* é tornar ilegais as práticas de vigilância biométrica em espaços públicos. Segundo Ella Jakubowska, da European Digital Rights, luta-se «por um futuro onde a população poderá viver livremente, exprimir-se, pensar e organizar-se sem medo», não permitindo a identificação e discriminação de pessoas com base nas suas caras, corpos, características ou comportamentos.

Para Eduardo Santos, da D3, «esta iniciativa surge num momento ideal em Portugal, uma vez que neste momento temos vários *dossiers* legislativos em aberto que lidam directamente com esta questão: a já anunciada nova lei da videovigilância de locais públicos ou as duas Cartas de Direitos Fundamentais na Era Digital (a que se encontra actualmente na Assembleia da República e, a nível europeu, a Carta dos Direitos Digitais que foi anunciada pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia).»

O Grande Irmão é agora. O tempo alimentado pelos *dados*. Como recorda o movimento *Reclaim Your Face*, «no mundo actual em que estamos sempre "ligados", o poder de decidir quando partilhamos e quando não partilhamos a nossa informação sensível é vital. As liberdades que decorrem da privacidade ajudam-nos a viver as nossas vidas sem termos de olhar constantemente por cima do ombro ou sentir que temos de nos conformar com rótulos aplicados por outros.» Por outro lado, polícias, governos e empresas querem legitimar a posse de «enormes bases de dados acerca dos nossos interesses, actividades e redes pessoais que podem ser combinados com novas informações sobre os nossos rostos, corpos, onde vamos e o que fazemos.»

«Sob constante vigilância biométrica em massa, os nossos rostos e corpos expõem-nos à manipulação e a instigações de autoridades e empresas. Somos observados e julgados com base na nossa aparência. Sentimos ansiedade e estamos menos à-vontade e livres para sermos nós mesmos. Eles afirmam saber o que estamos a fazer ou a pensar pela maneira como balançamos os nossos braços, pelo formato da nossa cabeça ou pela expressão no nosso rosto. Nós nem sequer sabemos que essas suposições injustas e muitas vezes discriminatórias estão a ser feitas sobre nós. No entanto, estas estarão permanentemente associadas aos nossos rostos e corpos, para sempre, onde quer que vamos». «Isto ditará quais os anúncios que irás ver, ou não, num painel publicitário "inteligente". Poderás ser considerado(a) uma pessoa problemática aos olhos da polícia (e acabar nas listas de vigilância oficiais). A aparência que tens, como te vestes ou ages hoje, os lugares onde vais e as pessoas com quem te associas podem tornar-se uma barreira ao emprego, à educação ou às possibilidades de viajar amanhã. A tua liberdade futura pode ser retirada simplesmente por seres quem é».

Ao assinares a edição impressa recebes um MAPA em casa de três em três meses contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 15 euros
Europa | 6 números | 20 euros
Resto do mundo | 6 números | 25 euros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 20 euros
Europa | 6 números | 30 euros
Resto do mundo | 6 números | 40 euros

A edição limitada (300 ex.) do CD «Viver / Festa» de C.O.M.A. (16 temas) está já disponível em pré-venda (5€) para os assinantes (ou novos) do Jornal MAPA

Preenche o formulário em www.jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada; NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

Associação MAPA CRÍTICO
NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
BIC SWIFT CGDIPTPL

«Alentejo, terra de liberdade»

No dia 10 de janeiro de 2021, cerca de 100 pessoas juntaram-se à porta do Cineteatro de Serpa, para protestar contra a realização de um comício do candidato da extrema-direita às eleições presidenciais, que escolheu esta cidade para o primeiro dia de campanha. A manifestação contou com a participação de várias pessoas das comunidades ciganas, um dos alvos preferidos dos ataques deste candidato.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
FOTOS **LEVANTAD@S DO CHÃO**

A manifestação de Serpa foi organizada por independentes. O grupo que se reuniu naquela tarde em frente ao Cineteatro da cidade integrava muitas pessoas das comunidades ciganas da região, mas também algumas pessoas de coletivos como o Levantad@s do Chão e uma companhia de teatro de Serpa, a Baal 17.

Barão foi um dos promotores da iniciativa, que mobilizou muitos outros ciganos a participar no protesto. O jovem, de 30 anos, frequentou o curso de Engenharia Alimentar, mas quando faltava cerca de um ano para terminar a licenciatura foi obrigado a interromper os estudos para ir trabalhar. Atualmente, é mediador cultural da comunidade cigana e dos imigrantes em Serpa. Entre outras tarefas, incentiva os jovens ciganos a estudar e a não desistir da escola. Nos últimos tempos, tem estado na linha de frente no combate à Covid-19 junto da comunidade cigana: «Houve aqui um surto, 11 ou 12 pessoas estiveram infetadas. Eu é que fui às compras para essas pessoas, com alguma ajuda da minha equipa. Sensibilizei as pessoas para fazerem o teste, ajudei o pessoal da saúde a distribuir máscaras pela população de Serpa… E correu tudo bem!»

Para Barão, a participação na manifestação de Serpa não foi uma estreia: «Já tenho ido a manifestações.» Em setembro de 2020, foi a um protesto em Serpa, em frente ao Hospital de São Paulo, contra o encerramento do serviço de urgência. Também em setembro esteve quase a participar numa manifestação em Évora pela liberdade e contra o partido Chega. Acabou por não ir, mas deixa um recado ao líder daquele partido: «Onde ele estiver, eu estou contra ele, na luta.» Foi também nesta altura que muitas pessoas das comunidades ciganas da região expressaram a sua vontade de participar em manifestações futuras, deixando mensagens e comentários nas redes sociais.

Catarina, uma estudante de 21 anos, participou também na organização do protesto em Serpa. Faz parte do Levantad@s do Chão desde a sua formação, ou seja, desde junho de 2020. De acordo com Catarina, o coletivo surgiu da necessidade de enfrentar problemas regionais relacionados sobretudo com a «discriminação para com as comunidades imigrantes e para com as comunidades roma ou ciganas». Segundo a estudante, «o nosso trabalho também é procurar entender os comportamentos da extrema-direita e como é que nos podemos solidarizar politicamente com a comunidade roma, a comunidade que é a mais assolada pelas desigualdades aqui no Alentejo.» As pessoas deste coletivo já participaram em outros protestos. Saíram à rua pela primeira vez em junho, em solidariedade com George Floyd, voltaram a sair em agosto por Bruno Candé e em setembro foram a Évora, à mesma manifestação em que Barão não pôde participar.

> «Há muitas pessoas que votam nele só pelo ódio à comunidade cigana. As pessoas não se importam que ele meta as escolas no privado, que a saúde seja privada, as pessoas não olham para nada disso. Principalmente aqui no Alentejo, há muito ódio».

A jovem conta que a organização desta manifestação mais recente, em Serpa, foi muito espontânea. As pessoas e os grupos organizadores reuniram previamente em plataformas *online* para planear a distribuição de tarefas. Mas optaram por fazer uma divulgação mais discreta, não tão exposta, para, de certa forma, surpreender o grupo contra o qual estavam a protestar: «Não houve muita divulgação nas redes [sociais] exatamente porque não sabíamos como é que do outro lado se iriam organizar. Poderia influenciar a presença de mais pessoas ou de menos pessoas.»

Segundo Barão, ele e os seus amigos organizaram e participaram no protesto «devido ao nosso descontentamento com o partido Chega de André Ventura, da forma como ele fala das minorias étnicas, das comunidades ciganas e dos imigrantes, como fala dos africanos e como ele enxovalha as pessoas, sem ter razão nenhuma.» Com efeito, o deputado único do recém-formado partido da extrema-direita tem visado a comunidade cigana várias vezes, chegando mesmo a sugerir um confinamento específico destes cidadãos portugueses durante a pandemia da covid-19.

Até à data, não existem números exatos sobre a população cigana em Portugal, mas, de acordo com o «Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas»[1], de 2014, serão entre 40 a 60 mil pessoas. Numa população de cerca de 10 milhões, este número representa 0,4 ou 0,6 % da população. A maioria destas pessoas vive nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa (30%), Porto (23,3%) e na região do Alentejo (20%), existindo alguns núcleos secundários, em concelhos do Algarve, do Nordeste Transmontano e da Beira Baixa. O mesmo estudo revela que, no Alentejo e no Algarve, regiões onde o partido Chega teve uma votação significativa nas últimas eleições presidenciais, as comunidades ciganas são as mais pobres e vulneráveis do país. Nas palavras de Barão, «há muitas pessoas que votam nele só pelo ódio à comunidade cigana. As pessoas não se importam que ele meta as escolas no privado, que a saúde seja privada, as pessoas não olham para nada disso. Principalmente aqui no Alentejo, há muito ódio».

Segundo a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia[2], as comunidades ciganas são hoje as mais discriminadas da Europa, ao mesmo tempo que são o grupo étnico mais pobre, que vive em piores condições habitacionais e que é menos escolarizado. A exclusão social desta minoria étnica tem uma longa história. A existência de práticas informais de guetização e marginalização social e económica das comunidades ciganas verifica-se em Portugal, pelo menos, desde o tempo da

colonização Portuguesa.[3] Durante este período, os ciganos foram desterrados e condenados a trabalhos forçados em territórios ultramarinos, e perseguidos pela Inquisição.[4] Nos dias de hoje, as assimetrias existentes entre as condições económicas e sociais desta população e os níveis médios da restante população portuguesa revelam-se principalmente nas áreas da habitação, educação e saúde, e no acesso a espaços de lazer e de consumo, a serviços estatais e ao emprego.

«Não queremos mais escravos no Alentejo!»

Na entrevista ao jornal MAPA, Barão contou que «é muito difícil uma pessoa poder comprar ou alugar uma casa aqui no Baixo Alentejo. Em nenhum sítio, praticamente, se consegue arranjar casa. E depois você vai ali [a um bairro social] e não têm condições, não têm eletricidade, não têm água, não têm esgotos, não têm nada… Vive tudo em barracas e alvenarias ilegais.» O «Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas»[1] indica que cerca de um terço da população cigana vive em condições precárias. De acordo com a Rede Europeia anti-pobreza[5], em Beja, 65% da comunidade cigana vive em habitações de alvenaria, 32% em barracas e 3% em tendas.

O Bairro das Pedreiras, em Beja, é, neste domínio, um caso de particular gravidade. A história deste bairro remonta a 2006, quando a Câmara Municipal de Beja construiu, em terrenos da Santa Casa da Misericórdia, 50 moradias para alojar 250 pessoas ciganas, ladeadas por um muro de três metros de altura, sob o pretexto de proteger as crianças da estrada. A situação deu azo a uma condenação do Estado português em 2011, pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais, que concluiu que a forma como o Estado encara a situação habitacional dos ciganos é discriminatória e que este caso, em particular, revela formas agudas de segregação social e espacial. A condenação não foi efectivada e o muro continuou de pé até 2015, ano em que os próprios habitantes o deitaram abaixo parcialmente. Hoje, no bairro, só existe uma bica de acesso a água potável.[6] Barão confirma estas informações, associando as parcas qualidades de higiene e sanitárias e a relação problemática que as crianças e os jovens têm com as instituições de ensino: «os jovens não vão à escola, não se interessam pela escola, porque não têm condições. Dizem que as crianças vão sujas, que não têm asseio. Nos bairros onde só há uma bica de água para 200 pessoas, como é que querem ver as criancinhas limpas, com os banhos tomados? E, ainda por cima de Inverno, com água fria, sem terem luz, como é que fazem os trabalhos de casa? As crianças têm de tomar banho num alguidar. Às vezes é preciso aquecer água numa panela para tomar banho…» Pessoas das comunidades reportam, ainda, dificuldades de aceitação dos jovens ciganos nas escolas, que são desde cedo marginalizados e vítimas de *bullying* e de racismo.

> As comunidades ciganas representam uma ínfima parte dos beneficiários que recebem o RSI. Em 2008, o Instituto de Segurança Social revelou que, do total nacional, apenas 3,9% de famílias ciganas eram beneficiárias.

Apesar de existirem programas que procuram incentivar a escolarização das pessoas das comunidades ciganas, em vários países europeus estas continuam a estar subrepresentadas nas escolas, verificando-se elevados níveis de absentismo e de insucesso escolar, assim como práticas de segregação e de separação de alunos ciganos em turmas específicas[2]. O «*Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*»[1] estimou que, em Portugal, entre as pessoas de etnia cigana inquiridas, 27,1% não sabia ler nem escrever e apenas 2,3% atingiu o Ensino Secundário. As jovens ciganas têm um nível de escolaridade ainda mais baixo do que os rapazes, abandonando a escola entre os 11 e os 14 anos. Os jovens do sexo masculino deixam a escola um pouco mais tarde, entre os 16 e os 18 anos.[8]

A ausência de condições básicas de vida e de habitabilidade descritas acima arrastam consequências muito graves para a saúde das comunidades ciganas, principalmente no que respeita à mortalidade neo-natal, saúde infantil e esperança média de vida, que se calcula que seja 15 anos mais curta do que a média nacional.[3]

Para além disso, as pessoas ciganas têm um acesso dificultado a espaços de lazer, consumo e serviços estatais: têm muito maior probabilidade de ser impedidas de frequentar restaurantes e discotecas e representam ainda a minoria que mais se queixa de discriminação institucional no contato com centros de segurança social, com serviços sociais, polícia ou centros de emprego.[3] Barão dá conta das dificuldades em encontrarem emprego: «Dizem que a comunidade cigana não trabalha, só vive do RSI [Rendimento Social de Inserção], mas isso não é verdade. Há muitas pessoas que vivem à conta do RSI, mas também há muitos ciganos que trabalham e muitos que têm o seu próprio negócio; outros trabalham por conta de outro.» E continua, tentando prever alguns números: «Há à volta de 60 mil ciganos. Desses, 30 mil estão a trabalhar e os outros 30 mil, como não conseguem arranjar emprego, têm de se sujeitar ao RSI, senão as pessoas podem passar fome. Aqui no Baixo Alentejo, é muito difícil arranjar emprego, não dão emprego à comunidade cigana.» Contou ainda que, recentemente, tinha feito um acordo com um empregador para reunir uma equipa de trabalho para a poda, mas, assim que o patrão percebeu que os trabalhadores eram ciganos, voltou atrás: «É cigano, já não lhe dou emprego!» Por isso, alguns ciganos que conseguem um trabalho remunerado vivem situações de clandestinidade étnica, com receio de serem despedidos.

O «*Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*»[1] *descreve que* 29,1% dos entrevistados responde que não procura trabalho porque «ninguém dá trabalho a um cigano». O mesmo estudo revela que 34,8% dos ciganos eram beneficiários do RSI e que 48% admitiu já ter passado fome. As comunidades ciganas representam uma ínfima parte dos beneficiários que recebem este apoio social. Em 2008, o Instituto de Segurança Social[7] revelou que, do total nacional, apenas 3,9% de famílias ciganas eram beneficiárias.

«Serpa sem racismo!»

Face ao presente contexto de discriminação e de segregação sociais em várias esferas da sociedade, persiste a percepção generalizada, junto das comunidades ciganas, de um certo abandono e de uma enorme hostilidade tanto do Estado como de grande parte dos restantes portugueses. Estes fenómenos bloqueiam, em certa medida, as expetativas e a crença na possibilidade de integração no meio escolar e no mercado de trabalho. Por

isso, muitas vezes surgem como opções aparentemente mais viáveis o abandono escolar precoce e a obtenção de rendimentos em profissões independentes e precárias, como a de feirante. Outras vezes, recorrem a negócios ilícitos, liderados por e ao serviço de «brancos», que levam famílias inteiras à prisão. As taxas de população cigana encarcerada é dez vezes superior, para homens, e vinte e cinco vezes superior, para mulheres, em relação às da restante população[3].

Apesar deste cenário, de acordo com o antropólogo e psicanalista, José Gabriel Pereira Bastos[3], persistem fenómenos de «acusação da vítima» (*victim blaiming*), em que os ciganos são representados pela generalidade das instituições e das pessoas como sendo eles próprios a causa dos maltratos que sobre eles incidem. Esta acusação sistemática – «a culpa é deles» – permite desresponsabilizar o Estado e demais intervenientes da resolução dos problemas económicos e sociais a que pelo menos um terço da comunidade cigana tem estado votada e evita uma tomada de consciência de fenómenos estruturais de ciganofobia na sociedade portuguesa. Ainda segundo Pereira Bastos, «as relações inter-étnicas fortemente desiquilibradas entre uma maioria hegemónica com controlo do Estado e uma minoria imigrada (há séculos atrás), "desenraizada", sistematicamente marginalizada e sem instituições próprias, são escotomizadas e a responsabilidade moral e até mesmo criminal da maioria, que qualquer consulta aos dados históricos apresenta, desaparecem como que por magia».

«Fascismo nunca mais!»

À pergunta «Como é que se combate a extrema-direita?», os entrevistados responderam de forma diferente, mas complementar. Para Barão, a aposta deveria incidir sobre as políticas públicas; para Catarina, a presença crítica nas ruas é fundamental.

O aumento da extrema-direita tem-se feito sentir também no interior do país, em localidades que são constantemente marginalizadas pelo poder central, no quadro de um modelo de desenvolvimento que privilegia os centros urbanos. O crescimento de discursos de ódio para com comunidades consideradas marginais ou estrangeiras é favorecido em grande parte pelo empobrecimento das populações. Por isso, o combate à extrema-direita poderá passar por uma melhoria das condições de vida de toda a população. Barão defende a construção de habitação pública em condições que não favoreçam a segregação. De acordo com o mediador, estas casas não seriam só para pessoas das comunidades ciganas, mas também para

outras pessoas «jovens, casais que não têm casa e para pessoal que necessitasse também, porque assim podia ser melhor a integração [dos ciganos].» Para combater especificamente a exclusão social das comunidades ciganas, Barão defende não apenas o acesso à habitação e ao emprego, mas enfatiza sobretudo a questão da educação: «Para a gente combater essa exclusão social, é pela parte dos jovens, é os jovens estudarem. Enquanto eles não estudarem, enquanto eles não se integrarem na escola e na sociedade, vai haver sempre exclusão.» Barão relatou ainda que a manifestação de Serpa contou com a participação de muitos jovens ciganos, a maioria com alguma escolaridade: «Os jovens que foram comigo à manifestação praticamente todos têm o 12.º ano e outros têm o 9.º ano».

Catarina, do Levantad@s do Chão, defende pontes de diálogo crítico que possam promover projetos para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e livre. O combate à extrema-direita poderá ser feito no dia-a-dia, nas ruas, nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho: «A extrema-direita em Portugal combate-se repudiando-a, contestando-a, ilegalizando-a, e através destas afirmações de rua. Depois das presidenciais, houve um debate sobre se não terão sido estas manifestações, ridicularizações e proibições que terão dado palco à extrema-direita. Quem deu palco à extrema-direita foram partidos políticos e sobretudo uma media que deu palco para que programas e ideologias destas fossem propagadas.» E deixa um apelo: «Não é policiando nem descreditando formas de luta de comunidades inteiras e de antifascistas e anti-racistas que nós vamos combater a extrema-direita. A extrema-direita combate-se em conjunto. E todas as formas de sair à rua, de expor, de denunciar e de ilegalizar são válidas para combater a extrema-direita. Não é calando-nos, não é tolerando, não é deixar o elefante branco na sala, ignorá-lo que o problema vai morrer. E, por isso, eu acho válida não só a manifestação de Serpa, como todas as que se seguiram a essa e todas as que possivelmente possam vir a ser organizadas».

> A manifestação tinha também como objetivo «afirmarmo-nos enquanto resistência à extrema-direita numa terra que conhece a resistência.»

«Cala-te, ó facho!»

Durante o dia da manifestação em Serpa, algumas pessoas apareceram logo de manhã para montar o espaço, mas o grosso dos protestantes apareceu perto das 16h da tarde. Era suposto o comício da extrema-direita começar pelas 17h mas, segundo Catarina, «antes disso já estávamos lá a cantar, a dançar, a protestar». E aí permaneceram até perto das 19h. À porta do Cineteatro de Serpa, as cerca de 100 pessoas ali reunidas gritaram palavras de ordem, apitaram buzinas, trouxeram uma aparelhagem sonora para transmitir canções de intervenção e empunharam diversos cartazes. Algumas das frases que constavam destes cartazes dão o título às secções deste artigo.

Dentro do Cineteatro de Serpa, a meio do discurso do candidato da extrema-direita, a cortina do palco abriu-se, revelando um esqueleto. Barão lembra este momento e, entre risos, comenta: «o André Ventura ficou muito chateado, porque apareceu um esqueleto lá por trás dele.» Para além disso, «não estava quase ninguém, umas 15 ou 20 pessoas, com um cinema tão grande, não havia lá quase pessoas para o ouvir. Colocámos vários cartazes, colocámos um cartaz dizendo: "Ventura já foste de trivela, assinado: Quaresma". Pusemos umas colunas grandes, pusemos o "Vila Morena" a cantar e ele foi daqui frustrado com isso. Ele ficou muito irritado, muito desagradado com a manifestação aqui de Serpa.» E termina: «então, porque, se quer falar mal das minorias étnicas, nós também temos de responder».

Para Catarina, a mensagem principal do protesto era clara: «não vamos tolerar nunca, em terras alentejanas, pessoas com discurso de ódio para com o povo alentejano. A comunidade roma é alentejana. Existe no Alentejo há muitos anos.» A manifestação tinha também como objetivo «afirmarmo-nos enquanto resistência à extrema-direita numa terra que conhece a resistência.» E prossegue, lembrando que, dois dias antes da entrevista, se tinha comemorado o que seria o 93.º aniversário de Catarina Eufémia: «É essa a imagem e a memória do Alentejo que nós conhecemos e aquele dia era sobre lembrarmo-nos disso e dizermos não à extrema-direita.»

Barão considera que a manifestação foi um sucesso: «Foi uma vitória, pelo menos para as pessoas aqui de Serpa. Foi uma chapada sem mão, que ele levou. Levou uma boa resposta!»

NOTAS:

1 Mendes, Manuela, Magano, Olga e Candeiras, Pedro, 2014, *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*, Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), Lisboa.

2 Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2016, *Segundo Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia – Ciganos: resultados seleccionados*, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo.

3 Bastos, José, 2013, «A questão cigana: portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal», in *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*, Edições Colibri e CEMME / CRIA, Lisboa, pp. 337-387.

4 Jesus, Rafael, 2021, «Ciganos: uma história de racismo», in *Jornal Universitário do Porto*. (juponline.pt/opiniao/artigo/37948/ciganos-historia-racismo – Último acesso: 19 de fevereiro de 2021).

5 Rede Europeia Anti Pobreza, 2020, *BI sobre a Habitação das comunidades ciganas do distrito de beja*, BI distrital – um retrato do distrito ao nível social, Beja, p. 4.

6 Alves, Ana Rita e Ferreira, Piménio, 2018 «Desenterrando a História do Bairro das Pedreiras», in *Jornal MAPA – Jornal de Informação crítica*, Setúbal, N18, pp. 11-15.

7 Comissão Parlamentar de ética, sociedade e cultura, Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, 2008, *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, Lisboa.

8 Magano, Olga e Mendes, Maria Manuela, 2014, «Ciganos e políticas sociais em Portugal Sociologia», in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais*, pp. 15-35.

Aviões de Papel

No vai e vem de papéis e pareceres, o avanço do aeroporto do Montijo é obrigado a um passo atrás e a aguardar a alteração à lei que o travou e a uma Avaliação Ambiental Estratégica. Que vitória é esta que, em tempo de emergência climática, não põe em causa o crescimento aeroportuário responsável por quase 6% do aquecimento a nível global?

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTO **ATERRA**

O chumbo ao aeroporto do Montijo, com o parecer negativo da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), foi anunciado como uma vitória dos movimentos de oposição depois do primeiro ministro António Costa ter insistido em março de 2020 que «a localização da construção do novo aeroporto está decidida desde 2015» e que «mal ou bem, o debate sobre a localização ficou concluído».

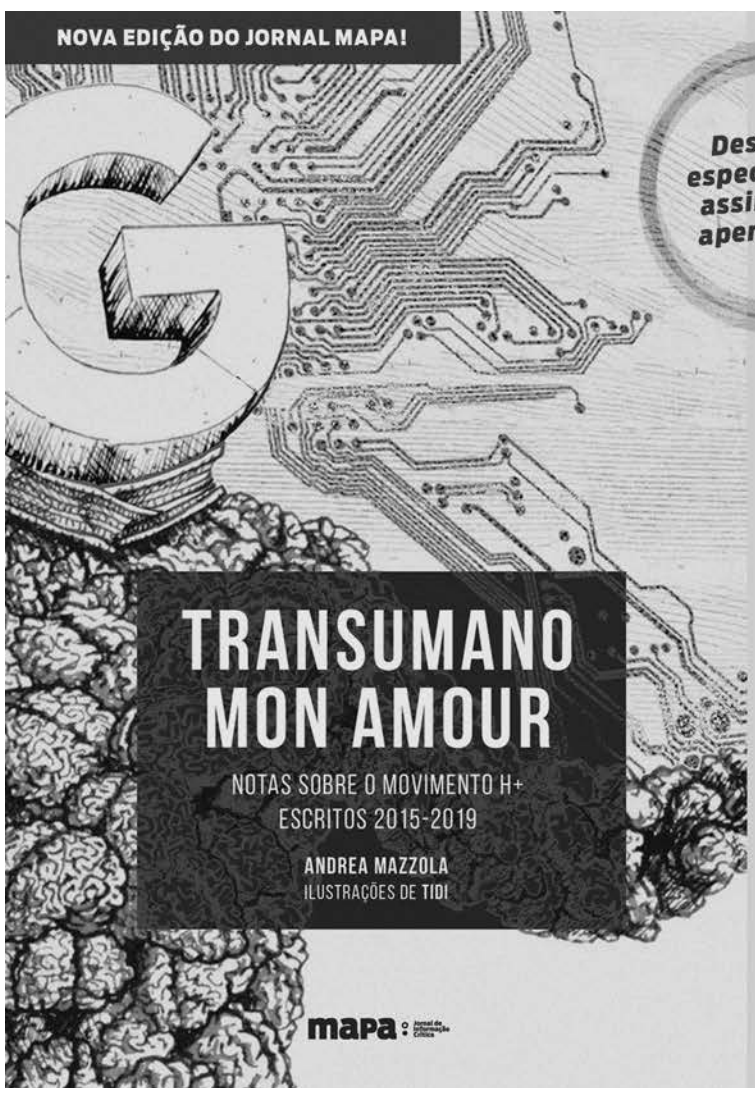
A marcha atrás a que o governo é agora formalmente obrigado ocorre sem aparente incómodo para a ANA – Aeroportos de Portugal (detida pela francesa Vinci) que já havia remetido os trabalhos para 2024 ou 2025. O chumbo da ANAC resulta da legalidade que obriga ao parecer favorável de todas as autarquias abrangidas, pelo que de imediato o PS e o PSD vieram anunciar a alteração da lei. Nesse sentido, a vitória posiciona-se mais no xadrez político que no tabuleiro dos impactes ambientais e sociais. As Câmaras da Moita e do Seixal têm-se mantido firmes na sua objeção, sendo conhecida a opção dos executivos comunistas na escolha de Alcochete para o novo aeroporto. Da proposta Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) a realizar para o novo aeroporto de Lisboa apenas surgem as duas opções, com *nuances* de faseamento à operacionalidade do aeroporto de Montijo. As demais opções, incluindo o aeroporto sem uso de Beja, são afastadas da discussão.

> É imprescindível que novas infraestruturas aeroportuárias sejam travadas, seja no Montijo ou em qualquer outra localização

Para a ATERRA, um coletivo de indivíduos e grupos em Portugal que defende a redução do tráfego aéreo, esta é apenas «uma vitória numa luta maior pela redução da aviação e das emissões deste setor», considerando «imprescindível que novas infraestruturas aeroportuárias sejam travadas, seja no Montijo ou em qualquer outra localização. E isto inclui a necessidade de travar a expansão do aeroporto da Portela».

Para este coletivo, a mudança na aviação para «uma mobilidade climaticamente justa» terá de ocorrer «de forma justa, com proteção social e requalificação para os trabalhadores em setores como a ferrovia». Depois da pandemia da COVID-19 ter paralisado o tráfego aéreo quase por completo, as mudanças na aviação já estão em marcha, mas as reestruturações não desistem do argumento monólito do regresso do turismo massificado pré-COVID-19 na defesa do crescimento aeroportuário. Afastando-se de perspetivar «não apenas um *não-aumento* da aviação, mas sim uma redução, e uma redução *drástica*».

Esta redução drástica – como defendida pela ATERRA – é justificada: «não podemos dar-nos ao luxo de permitir a construção de novas infraestruturas que contribuam para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa». A AAE nesse sentido «não fará mais do que tentar atirar areia para os olhos da sociedade civil, se assentar na retórica da necessidade de expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa. Os dados científicos são muito claros: para mantermos a temperatura média do planeta abaixo de 1,5ºC em relação à era pré-industrial e evitarmos mergulhar cada vez mais profundamente no caos climático, é necessário reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 50% a nível mundial, até 2030. E o setor da aviação, responsável por quase 6% do aquecimento a nível global, é um dos que terá que sofrer uma diminuição mais drástica. Assim, uma AAE que assenta no pressuposto de que é necessário expandir a capacidade aeroportuária de Lisboa tem, logo à partida, um parecer negativo por parte da ciência climática: novas infraestruturas aeroportuárias que resultem na manutenção ou no aumento das emissões não são compatíveis com um planeta habitável».



Todas as crónicas da rúbrica *Transumano Mon Amour* reunidas em livro

O movimento H+ é, em poucas palavras, uma organização que tem como objectivo ultrapassar, com meios científicos e tecnológicos, os limites da condição biológica do ser humano e, em última análise, almeja alcançar a imortalidade terrena. A adjectivação «terrena» serve para expressar o aspecto aparentemente mundano e laico desta nova figura da mais antiga inquietação humana: do *Épico de Gilgameš*, do terceiro milénio antes de Cristo, à prática da mumificação dos antigos Egípcios, do pensamento taoista à alquimia esotérica, os defensores das ideias H+ consideram-se os legítimos herdeiros dos esforços históricos da humanidade para ganhar o seu jogo de xadrez com a morte.

SoREA, e a história de um despejo que não o foi

Como se pode justificar o despejo de uma casa de estudantes durante uma pandemia e uma rigorosa vaga de frio, quando o próprio estado de emergência proíbe acções de despejo? Com um conluio entre antigos residentes e proprietária, e uma «reintegração de posse». A acção foi anulada por tribunal e os Açoreanos estão de regresso a casa, agora aguardando as obras há muito prometidas.

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT
FOTOS **FB SOREA**

Os residentes do Solar Residência dos Estudantes Açoreanos (SOREA), em Coimbra, acordaram a 4 de Janeiro de 2021 para serem despejados da casa que habitavam e que há um ano resgataram do abandono. Um amanhecer violento durante uma rigorosa vaga de frio, em plena pandemia, e durante época de exames, com polícia à porta e um papel que exigia a «reintegração da posse» do imóvel - é difícil imaginar mais duro cenário para os residentes do SOREA.

Dois dias depois, puderam regressar a casa, e agora com a posse administrativa pela Câmara Municipal de Coimbra tramitada, podem respirar um pouco mais fundo após uma intensa luta que sabem estar em trégua, mas longe de terminada.

O SOREA é uma das 24 Repúblicas de Coimbra que sobrevivem não só ao Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), como à crescente bolha de especulação imobiliária na cidade dos estudantes, e agora também a uma crise pandémica. Mas, no que depender dos sete estudantes que nela permanecem, a história do SOREA não acaba com uma ordem de despejo assente em motivos inenarráveis, como por exemplo já não residirem no espaço estudantes oriundos do arquipélago.

A história das Repúblicas não se conta num parágrafo, mas poderemos tentar sintetizar a da SOREA em algumas linhas. A casa é fundada como Solar em 1962 e, em 1966, instala-se no espaço onde até hoje permanece, na Rua António Vasconcelos, zona onde muitas outras Repúblicas vieram encontrar poiso.

A trajectória de uma República começa onde começou a SOREA também - primeiro são casas comunitárias, mais tarde reconhecidas como Solar, depois então Repúblicas, e finalmente Reais-Repúblicas. Este processo é validado única e exclusivamente pelo Conselho de Repúblicas - o único organismo que representa a totalidade das Repúblicas de Coimbra, ainda que não tenha personalidade jurídica nem exista noutra autoridade que não aquela que os Repúblicos lhe atribuem. A SOREA é República portanto já há várias décadas, após passar por todo esse processo. Foi uma das casas que viveu a Crise Académica de 1969, que viu o 25 de Abril acontecer, que foi albergue e lar para largas dezenas de estudantes que foram passando pela cidade. Agora, não bastando os problemas estruturais da casa que se arrastam e agravam há anos - e que já justificaram uma tomada de posse coerciva por parte da Câmara Municipal de Coimbra (CMC) - e a renda desajustada às condições de habitabilidade, os habitantes da casa têm de lidar com uma senhoria há décadas desejosa de os expulsar e antigos residentes em conluio contra os actuais.

Esgotos a céu aberto, escoras, abandono e «gente como nós»

A última década para a SOREA foi certamente epopeica. Em 2013, é aprovado o NRAU, o mesmo ano em que as Repúblicas são reconhecidas como Património Imaterial da UNESCO. É também em 2013 que a CMC toma a posse coerciva da propriedade porque a casa tinha um esgoto a céu aberto que representava um problema de saúde pública sério não só para os residentes como para todo o bairro em que a SOREA se insere - este problema foi múltiplas vezes apontado à senhoria, que nunca se empenhou em resolvê-lo. Durante os anos que se seguiram, os residentes da SOREA pagaram a sua renda não à senhoria mas à CMC, até se perfazerem os 12 mil euros investidos para resolução daquele problema sanitário específico. Mas o esgoto não era o único problema da SOREA - as condições de habitabilidade degradavam-se de ano para ano, a um ponto tal que os estudantes já não conseguiam lidar com eles. Levantaram-se escoras na sala para segurar o tecto. A varanda está em risco de desmoronamento há anos. E essas não são questões que perturbem a dona do espaço. Uma casa de 5 andares e 13 quartos tem quatro deles habitados, porque os restantes não são habitáveis. Em Janeiro de 2017, findo o período de transição do NRAU, a renda é actualizada de 65€ para 824,77€. Uma vistoria da CMC em Julho do mesmo ano determina que, havendo ameaça de ruína, há um perigo para a saúde e segurança dos moradores, não obstante afastar o risco de desmoronamento. Ainda assim, só em Novembro do ano seguinte é que a senhoria é formalmente informada de que tem 30 dias para iniciar as obras no espaço - ordem que a senhoria contesta porque tem uma acção de despejo em curso. Esta acção foi interposta pela proprietária da casa em 2018, após a actualização da renda, e visava a devolução do espaço «livre de pessoas e bens».

> O violento despertar dos estudantes ali residentes naquela manhã foi não por conta de um despejo mas de uma «reintegração de posse» do imóvel.

Em 2019, a casa passa por um período em que se encontra vazia, e é no princípio de 2020 que pessoas de outras Repúblicas, como as Marias do Loureiro e o Ninho dos Matulões, se organizam para reabrir os Açoreanos. Uma República vive não só do seu imóvel, casulo de milhares de histórias e dezenas de gerações, como das pessoas que tem dentro. Carol Braga não sabe precisar quando começam as animosidades entre esse grupo de antigos residentes e actuais da casa, mas assegura que «já não gostavam de quem reabriu a casa em 2020», apesar de reiterar que tem sido importante o apoio de outros antigos que se mantiveram por perto da casa.

E é então que chegamos a Janeiro de 2021, com sete residentes e cinco comensais, nenhum com muito mais de um ano «de casa», a braços com acções de despejo e «reintegrações de posse».

Um despejo que não o foi

Em 1983, a senhoria intenta uma acção de despejo contra os então residentes do SOREA, argumentando que o arrendatário original já não residia no espaço. Mas a decisão do tribunal contrariou as vontades da proprietária. Em Dezembro de 2020, o SOREA lança um comunicado em que relembra que «de acordo com o disposto no Decreto-Lei 2/82 de 15 de janeiro, alterado pela Lei 12/85

de 20 de junho, determina a alteração automática dos sujeitos contratantes para os moradores da República por meio da constituição de Associação e ainda, não foram sequer notificados do acordo que estava a se realizar».

Ou seja, a decisão do tribunal ditara que o contrato efectivado no nome do arrendatário original, António Silva, há décadas imigrado nos EUA, teria de ser alterado para os moradores da casa através de uma Associação constituída pelos mesmos. Portanto, os verdadeiros arrendatários do espaço passam a ser os estudantes que nela residem e não alguém há muito longe da casa.

Então, como é que chegámos a este ponto? «Primeiro reconhece os actuais como moradores e só depois é que vai atrás do padre (o arrendatário original)», explica Emanuel Monteiro, residente do SOREA, estudante de Direito em Erasmus.

A acção de despejo que decorria contra os estudantes residentes na casa foi alvo de desistência por parte da senhoria, à boleia de um acordo de rescisão por mútuo acordo – entre a mesma e o arrendatário original. Explica Carol Braga, também ela residente do SOREA, que um grupo de antigos moradores terá ido em busca de António Silva para que este passasse uma procuração que respeitasse aos assuntos da casa.

Quando interrogada acerca do acordo estabelecido entre antigos residentes e senhoria, Carol Braga, doutoranda em História, esclarece: «São alguns antigos, fundadores da casa da época de 66, que foram atrás do padre que era o titular do contrato e disseram para o padre António Silva rescindir o contrato, porque preferiam a casa fechada do que com gente como nós. Disseram que vinham metar fechaduras novas e nunca mais entrávamos. Diziam que éramos *okupas*. É até difícil

O período pandémico não permite que se organizem os eventos que atraíam pessoas às casas e a vivência comunitária entra em conflito directo com a ordem do dia.

explicar isto para as pessoas das outras casas.»

Das questões que se levantaram aquando do despejo do SOREA em Janeiro de 2021, uma foi acerca da legalidade do despejo, já que o estado de emergência em vigor por conta da pandemia de Covid-19 proibia acções de despejo. O violento despertar dos estudantes ali residentes naquela manhã foi não por conta de um despejo mas de uma «reintegração de posse» do imóvel.

Dois dias depois, é dado um passo atrás e a casa é devolvida aos seus residentes, também por outra questão: em Dezembro de 2020 é finalmente efetivada a posse administrativa da casa por parte da CMC para a intervenção no imóvel. A senhoria e a sua advogada quiseram «reintegrar a posse» de uma propriedade que já não era sua. Terão argumentado que desconheciam a tramitação da decisão, mas o argumento não foi validado.

Um sinal de esperança, mas fugaz

Agora que a posse administrativa está efectivada, e que a acção cautelar interposta pela advogada da senhoria para a travar não foi aceite por tribunal, os residentes do SOREA sentem-se um nadinha mais tranquilos. Mas não seguros, ainda: «sabemos que amanhã não vamos ser acordados com a brutalidade que foi no dia 4"» assegura Emanuel Monteiro.

A posse administrativa acontece não para travar o despejo, mas para efectivar as obras a que a senhoria estaria obrigada desde 2018. Então, há dois cenários possíveis, explica o estudante de Direito: em primeiro lugar, a senhoria pode repor à Câmara o dinheiro investido nas obras orçamentadas em mais de 80 mil euros, e então a propriedade é-lhe devolvida. Emanuel não vê este cenário como o mais provável, considerando que o dinheiro respeitante à intervenção nos esgotos (perto de 12 mil euros) não foi devolvido à CMC pela senhoria mas antes pago em rendas pelos estudantes. Outro cenário, é aquele em que o valor das obras é restituído à CMC pelas rendas de quem viva no SOREA, o que lhes dará uma folga «de mais ou menos oito anos», e apenas então é devolvida a casa à senhoria.

De momento, quem lá vive sabe que as obras irão ter de começar, embora não tenham notícias nem façam ideia de quando - também por conta do estado de emergência que permanece em vigor. Mas após anos de abandono e luta, há pelo menos um sinal de esperança para uma das mais antigas casas de estudantes de Coimbra.

Entre o património imaterial, o interesse municipal e a execução judicial

Se é certo que a luta das Repúblicas é tão antiga como elas próprias - seja contra um estado totalitário ou contra interesses imobiliários - certo é que esta batalha se tem vindo a provar o derradeiro desafio à permanência destes espaços.

Em 2012, é aprovado pelo governo PSD-CDS o Novo Regime de Arrendamento Urbano, a chamada Lei Cristas, que permite, entre outras coisas, a actualização de rendas de imóveis com contratos de arrendamento anteriores a 1990, como é o caso da esmagadora maioria das Repúblicas. Em

Das questões que se levantaram aquando do despejo do SoREA em Janeiro de 2021, uma foi acerca da legalidade do despejo, já que o estado de emergência em vigor por conta da pandemia de Covid-19 proibia acções de despejo.

Outubro de 2013, a República 5 de Outubro, fundada em 1960, fecha portas - a renda aumentou 6000%, no caso, um quinze avos do valor patrimonial do imóvel (o tecto máximo admissível por lei), de 12,5€ para 764€. O arquivo da 5 de Outubro e a sua placa - património indispensável a cada República - é trasladado para o sótão da vizinha República Ninho dos Matulões, onde permanece até hoje.

A República cujo nome é homenagem à fundação da república portuguesa foi a primeira a cair vítima do NRAU, um ano após lhe ser atribuído o estatuto de Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO, estatuto esse que nunca quis, a par de muitas outras casas.

Cinco anos depois do despejo da 5, a SOREA é reconhecida como património de interesse municipal, por forma a proteger a casa de eventual novo aumento de renda - protecção essa que de pouco serviu à República Farol das Ilhas, despejada em Junho de 2018, após terem travado uma longa batalha e arrecadado 13 mil euros para repor valores em falta à senhoria. Os residentes do Farol viram-se sem casa, sem apoio e sem dinheiro - independentemente do estatuto de Património Imaterial da Humanidade e de património de interesse municipal.

No caso do Farol, em 2014, a senhoria quis obrigar a um aumento de renda que os estudantes recusaram considerando as décadas de abandono a que a proprietária vetara o imóvel, mantido pelas sucessivas gerações de estudantes e pelo Governo Regional da Madeira. Mais tarde, em 2016, o acordo estabelecido seria que os estudantes iriam começar a pagar uma renda de 846€ (face à anterior renda de 490€) quando a proprietária concluísse as obras necessárias. As obras nunca vieram e, como tal, a renda actualizada não chegou a ser paga. Por decisão do tribunal em Fevereiro de 2018, os estudantes acabariam por entregar os 13 mil euros acumulados em dívida, que teriam de pagar até 20 de Maio de 2018. Como a última transferência só acontece a 27 de Maio, o despejo efectiva-se a 7 de Junho.

O Farol está vazio desde então, e a enorme vaca de plástico que ostentavam na varanda está há muito desaparecida.

Como estas duas casas, muitas outras estão em risco de desaparecer ou a lutarem para se manterem à tona da água. O período pandémico não permite que se organizem os eventos que atraíam pessoas às casas e a vivência comunitária entra em conflito directo com a ordem do dia - «isolem-se, fiquem em casa, fiquem nos vossos quartos, vão às aulas pela *internet*, trabalhem pela *internet*, isolem-se, distanciem-se».

A par das exigências não só da prevenção da doença mas também de um estado crescentemente securitário, muitas Repúblicas estão a ter dificuldades em manter a sua vida social e comunitária activa e, portanto, de manterem gente nas casas para fazerem frente aos desafios que se lhes apresentam.

20 anos de Fórum Social Mundial

«Um Outro Mundo é Possível Pós-Covid-19». Duas décadas depois do seu nascimento, o Fórum Social Mundial aconteceu *online*. E manteve acesas utopias e contradições.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

FSM 2001 (Porto Alegre) e 2018 (Salvador, Bahia)

Uma maratona virtual de uma semana, rumo à transformação do mundo. Entre 23 e 31 de janeiro, académicos, sindicalistas, ativistas de movimentos sociais, de povos originários e de diversos setores da sociedade civil de todo o mundo participaram no Fórum Social Mundial.

A sessão de abertura juntou a filósofa e ativista estadunidense Angela Davis, a política e escritora malinesa Aminata Traoré, o ex-ministro das finanças grego Yanis Varoufakis, o ambientalista indiano Ashish Kothari e a professora palestina Leila Khaled.

O programa somou perto de 800 atividades auto-organizadas, que espelharam a diversidade de um Fórum com mais de 10 mil pessoas e de mil organizações. A campanha portuguesa ATERRA e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil conversaram sobre a luta pela justiça climática e o decrescimento da aviação. Os meios de comunicação Outras Palavras e Le Monde Diplomatique abordaram a criação de uma rede mundial de meios de comunicação alternativos. A Campanha por um Currículo Global da Economia Social Solidária lançou a Universidade do Bem Viver. Zapatistas e seus apoiantes apresentaram visões e desafios de três décadas de autogestão indígena. Mulheres sarauís, curdas e indianas denunciaram o impacto da «aliança perversa entre o capitalismo, patriarcado e colonialismo» sobre os corpos das mulheres e pessoas LGBT+ em todo o mundo e propuseram um «feminismo radical» para a superar. A maioria das atividades ficou registada e pode ser acedida em wsf2021.net ou em facebook.com/wsf2021.

O dia 30 de janeiro foi dedicado a assembleias autónomas dos movimentos. No dia de encerramento, a 31, aconteceram as Ágoras de Futuros, que abordaram as lutas sociais para o próximo período, e anunciou-se a próxima edição do Fórum: no México, em janeiro de 2022.

Utopias e contradições

«Esta pandemia está a revelar a grande injustiça que existe no mundo», disse Rosy Zúñiga, do Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe e uma das organizadoras do evento. «Hoje, quando nos pedem para ficar em casa, há milhões de pessoas que não têm casa, as mulheres sofrem uma violência brutal, os camponeses e camponesas do mundo têm que estar a trabalhar para que possamos comer. E temos de questionar os nossos modelos de vida e repensar nossos modos de consumo, porque se não outro mundo possível não vai ser possível. Temos que fazer realidade e pôr em prática já, não é para amanhã.»

«Como faremos para que este Fórum seja um Fórum Vivo, um Fórum dos movimentos, um Fórum para a ação e a transformação? Como construímos um novo sistema económico, um novo sistema de vida, combinando a natureza e a sociedade?», indagou Rosy, com o desejo de que o FSM não seja apenas um evento, mas «transcenda à ação e articulação entre os diferentes movimentos globais para que realmente tenham efeitos na nossa realidade.»

O sociólogo português Boaventura Sousa Santos, participante no fórum e autor do livro *O Futuro Começa Agora - Da Pandemia à Utopia*, apontou a fraqueza de um fórum mundial no qual metade dos participantes foram brasileiros. E defendeu que o evento vá além de uma «reunião onde se discutem alternativas contra o neoliberalismo e depois cada um vai para casa»: «Tem de ser um agente político que provoque ações regionais e nacionais, com protestos nas ruas».

> Zapatistas e seus apoiantes apresentaram visões e desafios de três décadas de autogestão indígena. Mulheres sarauís, curdas e indianas (...) propuseram um «feminismo radical».

Este é desde a sua origem um dos grandes desafios do Fórum: ousar e conseguir atuação política concreta, e ao mesmo tempo respeitar uma diversidade e uma organização global livre de opressão.

Rita Freire, jornalista e responsável pela plataforma de informação Ciranda.net, reconheceu três contradições da opção pelo digital, imposta pelas restrições atuais. «Não é um meio viável para muitas pessoas, especialmente em países que não têm meios para se conectar à Internet», «usamos aparelhos que requerem matérias-primas vindas de países como a República Democrática do Congo, onde a apropriação de recursos naturais motiva guerras e confrontos», e «sem termos as nossas próprias ferramentas gratuitas, fortes e soberanas, ainda dependemos de monopólios como Facebook, Zoom ou YouTube». «Nada substitui os abraços. Não podemos dançar juntos online», diz a comunicadora brasileira, mas afirma que o Fórum provou que os encontros físicos e online se complementam: «o virtual pode ser um aliado dos processos vivos e reais».

Para a feminista peruana Gina Vargas, o Fórum propõe, em alternativa a uma economia central baseada no mercado e na ganância capitalista, economias transformadoras e uma economia de cuidado. «Nestes 20 anos temos levado as nossas lutas conectadas com os nossos territórios, na sua enorme diversidade, com mulheres indígenas, mulheres de origem africana, e com diferentes movimentos. O Fórum propõe outra forma de olhar as mudanças, a partir das nossas realidades, onde as vozes da diferença estejam presentes. Isso significa reflexão, partilha e obviamente disputa. Há lutas que temos de levantar com muitíssima força, como fizeram as argentinas recentemente pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. Há uma massificação das lutas dos jovens, das mulheres, dos indígenas. É fundamental que elas sejam a base que nos permite seguir avançando».

Duas décadas de encontros e desencontros

O primeiro Fórum Social Mundial surgiu em 2001 em Porto Alegre, no Brasil. Foi o contraponto dos povos ao Fórum Económico Mundial em Davos: os remotos alpes suíços têm sido um palco para as elites económicas definirem o curso do desenvolvimento mundial, guiado pela finança global e pelas empresas multinacionais. Esperavam-se então em Porto Alegre três mil participantes – mas mais de 20 mil pessoas juntaram-se a partilhar visões e organizar-se durante seis dias.

«Foi o primeiro grande encontro da diversidade das muitas lutas libertárias, reunindo movimentos históricos e as juventudes auto-organizadas. Milhares de oficinas e conferências colocaram em debate os dilemas, projetos e utopias daquela virada de milénio. Contra o pensamento único reunido no Fórum de Davos, o encontro de Porto Alegre firmou na história recente da resistência social a declaração de que Outro Mundo é Possível», lê-se na página do Fórum.

Edições posteriores chegaram a juntar 150 mil participantes, até o evento perder alento na última década. Durante 20 anos e 13 edições, o fórum desdobrou-se em fóruns temáticos e fóruns regionais.

Em Portugal a experiência foi traumatizante para parte do movimento social. O primeiro Fórum Social Português (FSP) teve lugar em Lisboa em 2003. Pela primeira vez, 237 organizações, entre associações, ONGS, campanhas e sindicatos juntaram-se por «um outro Mundo mais Pacífico, Justo, Solidário e Sustentável». O FSP deu um impulso importante aos movimentos LGBT, pelos direitos das pessoas migrantes ou de *software* livre. Mas revelou imensas controvérsias e divisões entre as organizações, nomeadamente entre visões reformistas e radicais, partidárias e não partidárias, com o clímax na manifestação de encerramento. Apesar do acordo para as forças políticas desfilarem no final, como forma de mostrar que o FSP era acima de tudo um espaço de reflexão e debate das organizações não-partidárias, o Partido Comunista procurou dominar com as suas bandeiras e palavras de ordem a manifestação – que acabou por se cindir em duas.

A segunda edição realizou-se passados três anos, em Almada. O segundo FSP – e, até hoje, o último – teve em 2006 menos de metade das organizações, foi dominado pelos partidos políticos e esvaziado de participação e de impacto político e social.

Uma farda para destilar ódio
O caso da esquadra de Alfragide

Celso Lopes é um dos seis moradores agredidos na esquadra de Alfragide em 2015, caso que resultou na condenação parcial dos polícias. Residente no Alto da Cova da Moura, é colaborador da Associação Moinho da Juventude. Seis anos depois, deixou ao jornal MAPA um testemunho, em nome do coletivo, do «caso 5 de fevereiro».

CELSO LOPES

Luís Simões

Diogo Simões

O nosso caso é idêntico a muitos outros que não tiveram, infelizmente, o mesmo desfecho aos olhos da lei ou perante uma sociedade que opta por aceitar tudo o que lhe é imputado pois não quer discutir o seu passado e o seu legado.

O cenário deste caso envolve um bairro, o Alto da Cova da Moura, severamente atacado pela comunicação social nos últimos 21 anos, a que se juntam denominações tais como «bairro ilegal», «zonas críticas e de génese ilegal», que em nada ajudaram a que fosse possível ter uma visão humanística para a resolução das problemáticas que surgem quando o Estado falha e deixa as pessoas à sua sorte.

Aqui, as acções policiais costumam ter quase sempre uma postura muito agressiva e repressiva, aliada a uma incapacidade de reconhecer que aqui existem pessoas sempre disponíveis para o diálogo. Estes são factores identificados pelo cidadão comum aqui. Há comportamentos exclusivos aqui, como se estivesse em vigor uma suspensão do estado de direito permanente em que pode ser aplicado um estado de polícia ou, como o que estamos a viver actualmente, um estado de emergência, em que agem violentamente sem receios de prestar contas pelas suas intervenções, caracterizadas muitas das vezes por eles próprios como «musculadas», seja qual for a situação.

No dia 5 de Fevereiro de 2015 tivemos mais uma prova disso, dessas intervenções musculadas, algo que se tornou comum encontrar nas redes sociais: a legitimada e descontrolada violência policial, aplicada sem controlo sobre as comunidades africanas nos concelhos da Amadora, Cascais, Sintra, Oeiras, Setúbal, Almada, Seixal, Sacavém, Odivelas, Loures e Lisboa.

A instituição PSP, tem-nos provado ao longo dos anos com os seus inúmeros assassinatos de vidas negras, tais como o Angói, o Corvo, o PTB, o Snake, o Teti, o Kuko, o, Célé, o Musso, o Toni, o Camané entre outros, que tem uma diretriz muito clara quando se trata de lidar com africanos. Assumiram, e reclamaram para eles, nessas situações, o poder judicial reservado aos tribunais, e julgaram e aplicaram nestes encontros a sentença de morte.

Posso dizer que é uma instituição racista. Aos meus olhos, sim, é, porque nós vivemos todos os dias assustados com o facto de que podem alegar qualquer coisa e reclamar para eles a nossa vida. Para além de não que não há representatividade em altos cargos e de que não se preocupam em entender culturas diferentes. Querem sempre impor-nos, por estarmos em Portugal, que falemos somente em português, desconsiderando o facto de este país ter um passado e um presente multicultural, o que torna óbvio que não há um real interesse em fazer um bom trabalho e obter reconhecimento por parte destas comunidades.

Penso que o que fez este caso ser diferente foi o facto de termos apresentado queixa contra eles e, após terem caído por terra as mentiras que estavam acostumadíssimos a fabricar, mostrando a dimensão da violência que sofremos sem termos feito nada que justificasse tal. Foi também a nossa palavra ter-se mantido a mesma do princípio ao fim sem alterar uma vírgula sequer e ainda o facto de haver representantes da Associação Cultural Moinho da Juventude que se deslocaram à esquadra (no âmbito de um protocolo assinado em Fevereiro de 2002 entre a Esquadra de Alfragide e a associação) para se inteirarem da situação do jovem agredido e sequestrado pela PSP sem ter feito rigorosamente nada de errado, e se mostrarem úteis, fosse de que forma fosse, para o Bruno e até para a PSP se assim o entendesse.

O desfecho foram condenações históricas de sete dos 18 agentes a penas suspensas e um a pena efectiva, por estar em liberdade condicional por crimes idênticos ao que cometeu contra nós.

Vimos o tribunal reduzir penas que iam até aos 15 anos de prisão, em alguns casos, para meros 4 ou 5 anos de pena suspensa, algo que, se fossemos nós sentados no banco dos réus, debaixo do escrutínio judicial, duvido com todas as minhas forças que acontecesse. O Ministério Público decidiu posicionar-se do lado dos criminosos deixando cair por terra acusações de ódio racial e tortura, pois a definição actual de tortura retrata exemplos do tempo colonial ou medieval, e desconsiderou por completo os nossos depoimentos precisos e chocantes, de quem disse o quê, enquanto fomos agredidos fisicamente, verbalmente e psicologicamente.

Fez-se história. Como quando David enfrentou e derrotou Golias, mas nos tempos actuais. Sem recursos económicos e estratégicos, enfrentámos grupos organizados e *lobbies* que estrategicamente criavam matérias jornalísticas para posicionar a opinião pública do lado dos criminosos da PSP sempre que estava próxima uma nova sessão de julgamento ou o recurso apresentado ao Tribunal da Relação de Lisboa (TRL). Graças a um trabalho de equipa e a uma fraca crença no sistema judicial, pois, como a nossa história recente prova, este não se colocou na maioria das vezes do lado da verdade e do bem, enfrentámos o sistema de frente e saímos de cabeça erguida tal como sempre andamos.

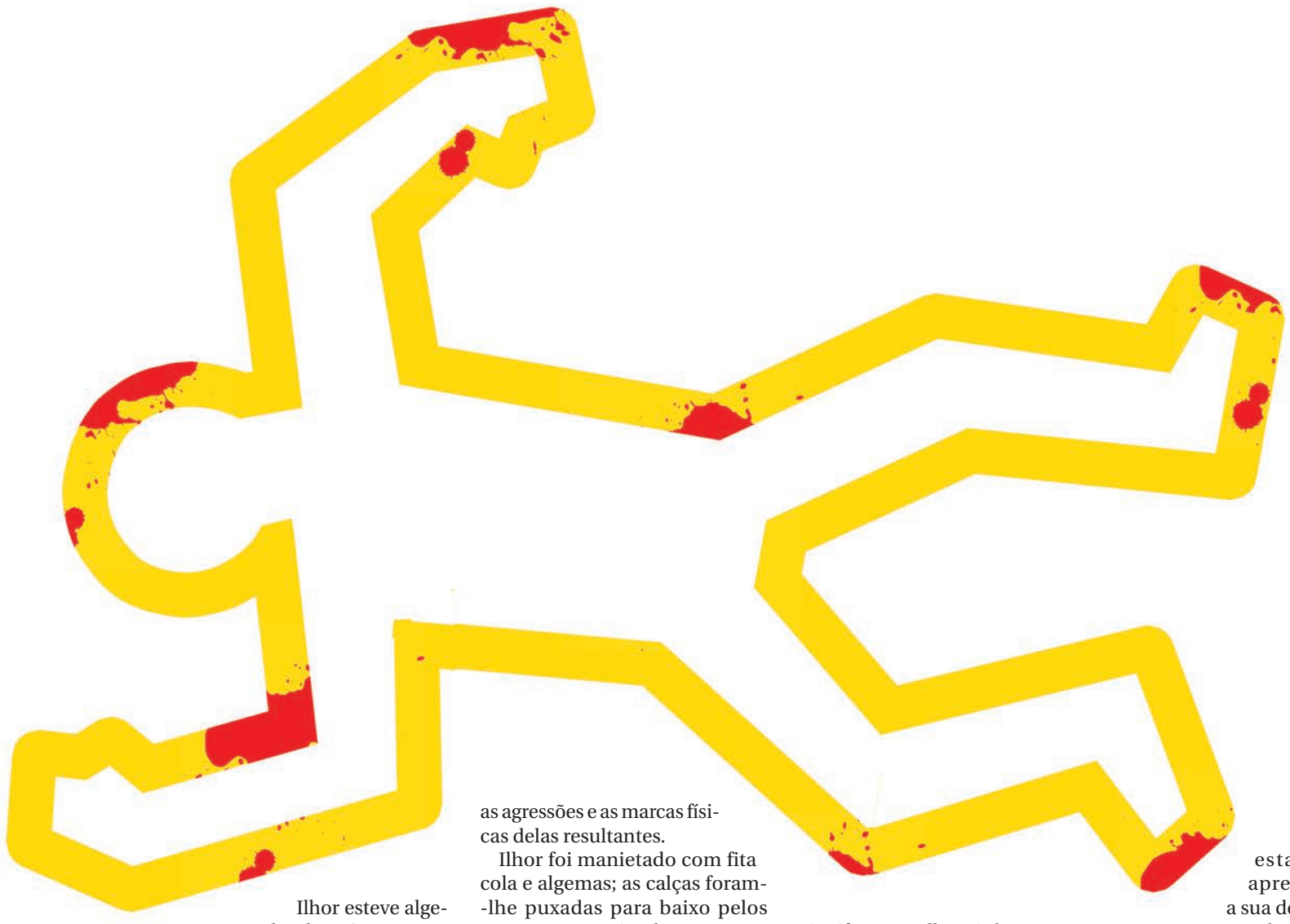
> Enfrentámos o sistema de frente e saímos de cabeça erguida tal como sempre andamos.

O que ficou a faltar, no nosso entendimento, e foi o que pretendemos com o recurso para o TRL, foram condenações efectivas, e não suspensas, pois o que nos fizeram não se faz a ninguém - o disparo de caçadeira à queima-roupa, deixando um buraco enorme na minha coxa, os dentes partidos do Flávio e do Miguel, os pontapés na cara de todos, o pisar-nos sempre que passavam por nós deitados sobre o nosso sangue ou sentados no chão da carripana, rindo e mandando piadas, ameaçando e apertando quase ao máximo as algemas. É claro que merecem ser despedidos, como o regulamento interno deles diz, e merecem apodrecer na cadeia, pois são indivíduos que fazem uso de uma farda para destilar ódio e provocar o pânico nestas comunidades.

Não tenho conhecimento de nenhuma reforma. A única transformação que nos interessa é aquela que vemos no terreno, quando começarem a tratar as pessoas com o respeito que merecem e a actuar em conformidade com as situações. Aí, nem um indivíduo que esteja a viver à margem da lei, se for preso sem abuso, ou desrespeito pela sua origem ou local de residência, ficará revoltado ou indignado com a policia, pois sabe que quem anda à chuva molha-se. A polícia tem um papel importante a desempenhar nesta sociedade mas, quando a policia é o problema, não cabe à Cova da Moura criar a solução, mesmo já a tendo criado anteriormente. Cabe a todos nós estarmos envolvidos nos processos que dizem respeito à nossa segurança, para que juntos possamos criar uma sociedade melhor.

Ilhor Homenyuk, a cronologia de um assassinato encoberto

A história do cidadão ucraniano que é detido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras após chegar ao aeroporto de Lisboa e acaba por ser torturado e assassinado pelo Estado Português. Eis como se está a desenrolar o caso, de março de 2020 até hoje.



DANIEL MACEDO

Ilhor Homenyuk, operário de construção civil, deixou uma mulher e dois filhos em Lviv, na Ucrânia, e partiu para Portugal. Entrevistado à chegada por dois inspetores, apresentou o visto de turista e declarou que tinha como objetivo assinar um contrato que lhe permitisse trabalhar em espaço europeu. Apesar de a sua situação não apresentar qualquer irregularidade, Ilhor esteve detido, entre 10 e 12 de março de 2020, na ala dos «inadmissíveis» do Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa (CIT), onde terá sido torturado e assassinado, alegadamente às mãos dos inspetores do SEF Bruno Sousa, Duarte Laja e Luís Silva.

Os seguranças da Prestibel, que estão de serviço permanente no CIT, chamaram os inspetores suspeitos, alegando comportamentos violentos por parte de Ilhor. Os três suspeitos espancaram a vítima a pontapé e com bastonadas, utilizando um bastão extensível pertencente ao inventário dos seguranças.

Ilhor esteve algemado de pés e mãos durante 15 horas, sem direito a usar uma casa de banho. Os seus carrascos recusaram-se a levá-lo para um hospital, apesar das recomendações de um enfermeiro. O depoimento do SEF justificou o uso de violência com o suposto comportamento agressivo do detido. Assistido por pessoal médico pouco antes de falecer, Ilhor acabaria por sucumbir, quando estava a ser transportado numa cadeira de rodas para um voo de deportação com destino a Istambul. A certidão de óbito, lavrada por um médico no local, declara que um ataque epilético o tinha vitimado. A defesa dos inspetores no julgamento em curso repetiu esta falsidade (já desmentida pela família), afirmando também que Ilhor era hipertenso e alcoólico, e que a manietação não foi violenta.

O cadáver foi removido e o local do crime limpo por ordem superior transmitida telefonicamente. O corpo da vítima chegou ao Instituto de Medicina Legal (IML) coberto de hematomas e encharcado em urina. O relatório conclusivo indica ainda que as verdadeiras causas de morte foram asfixia por esmagamento da caixa torácica contra o solo, o que demonstra que a certidão de óbito omitiu as agressões e as marcas físicas delas resultantes.

Ilhor foi manietado com fita cola e algemas; as calças foram-lhe puxadas para baixo pelos seguranças privados em serviço permanente no centro, que também o agrediram. Posteriormente, foram chamados os inspetores do SEF que espancaram Ilhor durante a noite; o bastão utilizado por um dos assassinos tinha a alcunha de «El Douradinho» (o que dá a entender que não foi a primeira vez que foi utilizado para agredir migrantes). O antigo presidente do IML, Duarte Vieira, viria a afirmar que Homenyuk foi «sujeito a um tratamento cruel e desumano».

A tortura e o assassinato de Ilhor Homenyuk são a demonstração violenta das muito apregoadas «politicas de receção» do Estado Português. O crime começou na própria detenção para deportação. Um cidadão ucraniano pode permanecer no espaço Shenghen até 90 dias sem qualquer tipo de visto, o que significa que Ilhor tinha em sua posse mais documentos do que o necessário, algo que até agora não foi admitido pelo Estado Português. Ao ser detido, como acontece a qualquer migrante em igual situação, foram-lhe retirados os pertences pessoais.

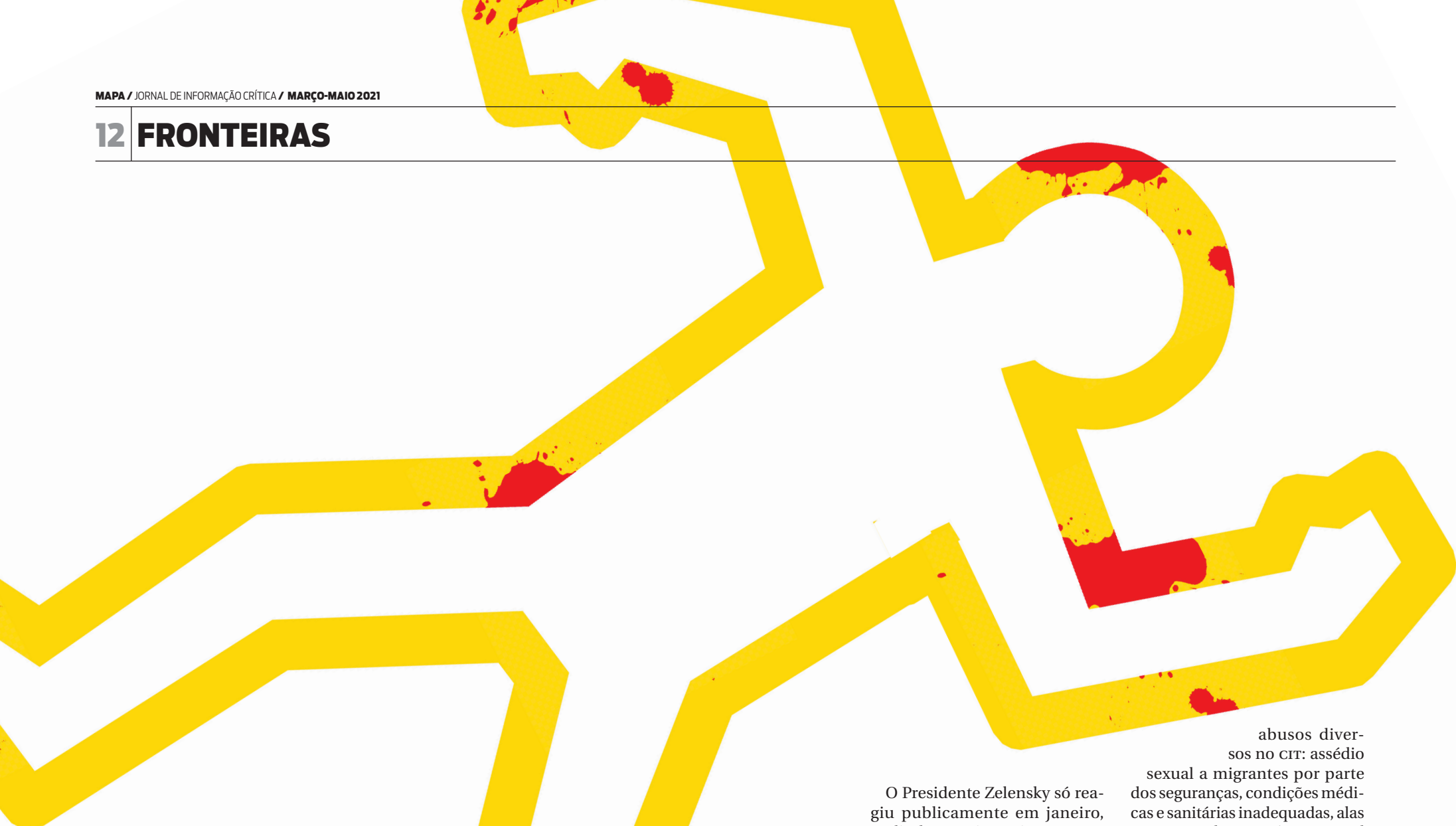
> O crime começou na própria detenção para deportação. Um cidadão ucraniano pode permanecer no espaço Shenghen até 90 dias sem qualquer tipo de visto, o que significa que Ilhor tinha em sua posse mais documentos do que o necessário

Quando, no dia 1 de abril, a tortura e o assassinato de Ilhor chegaram à Comunicação Social, o Ministro da Administração Interna limitou-se a demitir a Direção Regional de Lisboa do SEF e continuou a dar total confiança à Direção Nacional. Em declarações oficiais, esta afirmou «condenar» os acontecimentos no CIT, ao mesmo tempo que justificava detenção e a manietação do cidadão ucraniano, repetindo que este se mostrou agressivo, apesar de duas testemunhas-chave terem afirmado o contrário: estava apenas apreensivo com a sua detenção.

A Embaixada Ucraniana foi contactada apenas para transmitir a notícia do óbito aos familiares. Esta tragédia foi o primeiro assassinato de que se teve conhecimento em 60 mil detidos nos vinte anos de existência do CIT, mas este já tinha estado envolvido em outras polémicas internacionais, entre outras questões, por detenção de crianças não-acompanhadas, violando as normas para receção de migrantes das Nações Unidas.

Na noite em que Ilhor foi barbaramente torturado, estavam crianças na sala ao lado do local do crime, na ala dos requerentes de asilo. Existem também relatos de abusos, de sobrelotação e de cuidados médicos inadequados, que aconteceram não só no CIT de Lisboa, mas em todos os postos de fronteira do país, à exceção de apenas um, de acordo com a Procuradoria Geral da República.

O processo de investigação e acusação dos responsáveis demonstrou que o único interesse do Estado Português era ficar bem na fotografia. A viúva de Ilhor foi constituída assistente no caso, mas só depois de terem sido ouvidas as testemunhas-chave. Oksana continua a afirmar que o marido não tinha problemas



temperamentais e que não era epilético.

Na audição às testemunhas-chave e no relatório do IGAI, foi gritante o silêncio dos seguranças, do pessoal médico e de outros inspetores do SEF, sobre os acontecimentos dos dias 10, 11, e 12 de março. O conluio de outros inspetores com os suspeitos, que entretanto continuam em prisão domiciliária, foi facilitado pela Polítícia Judiciária, que ao deixar os arguidos manterem os telemóveis lhes permitiu que trocassem mensagens por Telegram com colegas de profissão, os quais lhes asseguraram que os iriam auxiliar na defesa. As conversas por Telegram também demonstraram que o local do crime foi escolhido por não ter câmaras de vigilância.

Apesar das provas irrefutáveis, a defesa dos arguidos continua a responsabilizar a vítima e as condições do local de trabalho pela tragédia. Um dos arguidos apontou o dedo aos outros inspetores do SEF ainda não implicados, aos seguranças (acusados pela defesa de terem manietado Ilhor) e aos enfermeiros. Uma agente de segurança veio a dizer, no início de fevereiro, que ouviu gritos vindos da sala onde Ilhor foi torturado, e que este estava sozinho não só com os suspeitos, mas também com seguranças.

Em maio, a viúva avançou com uma ação judicial contra o Estado Português, pedindo uma indemnização de 230 mil euros, por danos físicos e emocionais, que aumentou, em novembro, para 1 milhão. No final de janeiro deste ano, o Estado Português acabou por pagar 800 mil euros, após ser alcançado um acordo que pôs fim ao pedido de indemnização.

No último ano, Lisboa como Kiev têm tido uma atitude deplorável perante este caso, manifestamente pouco empenhada.

O Governo Português tem atuado em função das revelações da comunicação social: corre atrás do prejuízo da imagem. Oksana Homenyuk continua a não receber as desculpas institucionais a que tem direito, parecendo não ser abrangida pelos muito alardeados afetos do recém-reeleito Presidente da República. Mantêm-se praticamente intocados os principais responsáveis institucionais, como o Ministro Eduardo Cabrita e a ex-Diretora do SEF Cristina Gatões – que só em dezembro foi demitida do cargo e, logo de seguida, recontratada para a mesma instituição, como consultora para análise de vistos *gold*. Gatões, tal como Marcelo, nunca contactou a viúva. Questionado, Cabrita afirmou este mês que o que poderia ser polémico seria não pagar um salário a Gatões por esta estar a trabalhar.

O Estado Ucraniano não levantou muitas questões na já referida primeira vaga mediática, apesar de o SEF lhe ter mentido diretamente, ao afirmar por via telefónica que um cidadão torturado e morto às suas mãos tinha sucumbido a um ataque epilético.

Em relação a Kiev, só a partir de setembro, quando o anterior Cônsul Volodimyr Karmachuk e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dimytro Kuleba, manifestaram preocupação e defenderam que o caso não podia ser esquecido, a diplomacia ucraniana enviou um pedido formal para uma investigação transparente e concreta.

Mantêm-se praticamente intocados os principais responsáveis institucionais, como o Ministro Eduardo Cabrita e a ex-Diretora do SEF Cristina Gatões – que só em dezembro foi demitida do cargo e, logo de seguida, recontratada para a mesma instituição, como consultora para análise de vistos *gold*.

O Presidente Zelensky só reagiu publicamente em janeiro, pedindo uma investigação profunda, mas reafirmando a confiança nas autoridades portuguesas. Apesar de um ligeiro endurecimento de palavras, Cabrita foi convidado a visitar Kiev pelo homólogo ucraniano, e Marcelo gravou uma mensagem para o povo ucraniano em que não pedia desculpas pelo assassinato perpetrado pelo Estado que chefia.

A União Europeia, apesar de ter descrito o caso como uma violação clara dos Direitos Humanos, pouco interveio sobre a questão, dando um voto de confiança à maneira como Portugal tem gerido o caso e elogiando o pragmatismo da política migratória portuguesa. Não apontou a ilegalidade da detenção, algo que tem escapado ao escrutínio mediático, institucional e político.

No outono e no início do inverno de 2020 assistiu-se a uma bem mais pesada segunda vaga de escrutínio mediático e político. Em setembro os três inspetores diretamente implicados foram formalmente acusados de homicídio qualificado. Cerca de dois meses mais tarde, foi divulgado o relatório da Inspeção Geral da Administração Interna, que corroborou as conclusões do IML: Homenyuk morreu devido a uma asfixia mecânica, ao ser submetido a agressões brutais e a um posterior tratamento médico negligente, que não respeitou as suas necessidades fisiológicas e físicas – tudo isto contribuiu para um óbito totalmente evitável e infundamentado a todos os níveis. O documento acusa mais 12 inspetores, enfermeiros e pessoal de segurança, de «total desinteresse pela condição humana» da vítima. Apesar deste relatório, os 12 funcionários com processos disciplinares foram apenas afastados do CIT, meses depois do crime, e continuam a exercer funções noutros postos de fronteira.

O escrutínio mediático e político pôs também em evidência um ambiente de banalização de abusos diversos no CIT: assédio sexual a migrantes por parte dos seguranças, condições médicas e sanitárias inadequadas, alas não separadas por géneros e mal equipadas para crianças, o facto de os advogados terem de pagar uma taxa de 11 euros à privada ANA para terem acesso aos clientes no CIT. Grande parte das queixas de abusos não chegam a ser processadas (algo também corroborado pelas conversas Telegram acima referidas). Mais de 60% dos enviados para ala dos inadmissíveis são cidadãos brasileiros. Foi também divulgado que os inspetores que torturaram e assassinaram Ilhor Homenyuk tinham historial de abusos e de agressões, e que um deles tinha ameaçado o atual advogado da família Homenyuk em 2018, enquanto este atendia uma cliente no CIT.

O CIT continua apresentado oficialmente, não como um centro de detenção, mas como um posto de retenção. Desta forma, o SEF não admite oficialmente que detém pessoas nos postos de fronteira, jogo de linguagem utilizado para esconder que viola as normas da ONU e da UNICEF ao deter menores.

Apesar de o Governo se ter comprometido a melhorar as condições do CIT e a reformar profundamente o SEF após a tragédia, o PS (ajudado pela abstenção da direita) chumbou a proposta da deputada não-inscrita Cristina Rodrigues, que visava garantir a presença de um advogado sempre que um migrante veja a sua entrada recusada.

A única instituição que teve uma postura minimamente adequada à gravidade da situação foi a Provedoria Geral da República, que endureceu as críticas já feitas ao Governo, nomeadamente sobre os abusos cometidos e os atrasos na construção de um novo Centro de Receção de migrantes no Aeroporto. Maria Lúcia Amaral veio mesmo a dizer, em Comissão Parlamentar, que, no paradigma atual, os direitos humanos fundamentais dos migrantes retidos não podem ser garantidos e que a urgência das reformas não é nova.

SEF, entre as malhas da continuidade histórica do fascismo e do racismo

Os contornos macabros do assassinato de Ihor Homenyuk revelaram a flagrante natureza repressiva do SEF, instituição com práticas que refletem ligação umbilical com o *modus operandi* do tempo da velha senhora. O mínimo que se exige duma sociedade democrática que se preze, é a sua extinção.

MAMADOU BA
IMAGENS **DANIEL V. MELIM**

O caso de Ihor Homenyuk, o imigrante ucraniano recentemente morto depois de selvaticamente espancado por agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), é um trágico desfecho de uma longa história de prática de suspeição, arbitrariedade, humilhação e abuso de poder que, por vezes, acaba efetivamente em tragédias. Longe de ser ficcional ou circunstancial, esta é a história real vivida por imigrantes na sua relação com os agentes do SEF, seja nos aeroportos portugueses, seja nos postos fronteiriços marítimos e terrestres, seja nos centros de detenção pelo país fora.

O homicídio de Ihor, que só veio a ser conhecido duas semanas depois, inscreve-se nas inúmeras histórias de humilhação e violência contra imigrantes nas zonas internacionais dos aeroportos portugueses e nos postos fronteiriços do país. Para além da tentativa de ocultação e manipulação de factos, indicativo de habituais contornos de opacidade na atuação do SEF, os relatos que frequentemente chegam dos Centros de Instalação Temporária (CIT), na maior parte em aeroportos, e dos Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária (EECIT), não deixam margem para dúvida sobre a ocorrência de vários crimes e atropelos à dignidade humana.

As práticas policiais e administrativas de gestão da imigração alimentam-se da xenofobia e do racismo profundamente enraizados na sociedade portuguesa, que não rompeu definitivamente com a doutrina fascista do Estado Novo.

A imigração, enquanto instância de formação de categorias políticas, ilustra a falácia da retórica da igualdade, da solidez e da abrangência do que se convencionou chamar «modelo democrático» ocidental. Revela a baixa intensidade da democracia ocidental, pondo a nu o gigantesco fosso entre a proclamação da igualdade e as práticas castradoras da mesma. Para além de servir de pretexto para ressuscitar o fantasma da pertença e/ou exclusão de uma comunidade política, a sua gestão exerce-se, na maior parte dos casos, através do policiamento, com instrumentos de vigilância, controlo e repressão. A herança do fascismo e do passado colonial em boa parte dos países europeus, com grande presença de migrantes dos chamados «países terceiros», estão refletidos nas políticas de gestão da migração. Em Portugal, o Estado delegou esta gestão ao SEF.

O SEF tal como o conhecemos, ou seja, como órgão policial, existe desde o início do século XX e atua na vigilância de fronteiras, no controlo de estrangeiros e fiscalização dos movimentos migratórios. Para apreender bem a sua arquitetura orgânica e funcional, é preciso remontar à história e marca genética do SEF. A 29 de agosto de 1893 é decretada por D. Carlos I a partição do Corpo de Polícia Civil de Lisboa em três secções, uma das quais, a Polícia de Inspecção Administrativa (PIA) com funções, entre outras, de controlo dos estrangeiros. Deste modo, pode-se dizer que a PIA é, no fundo, o «pai do SEF». Vinte e cinco anos depois, em 1918, o Decreto-Lei n.º 4166 de 27 de abril cria a Polícia de Emigração. A Polícia de Emigração, responsável pelo controlo das fronteiras terrestres, era uma secção da Direção-Geral de Segurança Pública. Dez anos mais tarde, em 1928, nasce a Polícia Internacional Portuguesa (PIP) com a competência de vigiar as fronteiras terrestres e controlar os estrangeiros que vivem em território nacional.

A definição das competências da PIP e a sua autonomização face à orgânica geral das forças de segurança, vão fazendo caminho. Assim, a Polícia de Internacional sai da Polícia de Informações em 1930 e passa para a dependência da Polícia de Investigação Criminal, como Secção Internacional. Em 1932, é instituída a Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa, responsável pela prevenção e combate «aos crimes de natureza política e social». Em 1933, a Secção de Vigilância Política e Social passa a Polícia de Defesa Política e Social, saindo da Polícia Internacional. Neste mesmo ano de 1933, a Polícia Internacional Portuguesa e a Polícia de Defesa Política e Social são fundidas num único organismo que passa a ser a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), uma espécie de antecâmara da PIDE. A PVDE inclui a Secção Internacional que é responsável por verificar a entrada, permanência e saída de estrangeiros do Território Nacional, «a sua detenção se se trata de elementos indesejáveis, a luta contra a espionagem e a colaboração com as polícias de outros países». E em 1945, a PVDE é transformada na Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). No âmbito das suas funções administrativas, competia entre outros à PIDE a responsabilidade pelos serviços de emigração e passaportes, pelo serviço de passagem de fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e pelo serviço de passagem e permanência de estrangeiros em Portugal. No quadro das suas funções de policiamento, à PIDE competia fazer a instrução dos processos-crimes relacionados com a «entrada e permanência ilegal em Território Nacional, infrações relativas ao regime das passagens de fronteiras, dos crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes e dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado». Extinta em 1969, a PIDE é substituída pela Direcção-Geral de Segurança (DGS). Na sua orgânica, a DGS incluía a Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. Durante o período revolucionário, em abril de 1974, é extinta a Direção-Geral de Segurança e é atribuída à Polícia Judiciária o controlo de estrangeiros em território nacional e à Guarda Fiscal a vigilância e fiscalização das fronteiras. Estas atribuições vão sucessivamente mudar e alterar-se, várias vezes, entre o período revolucionário e a consolidação da arquitetura dos serviços públicos do Estado pós-revolução. Assim, por exemplo, o Comando-Geral da PSP irá receber as funções de emissão de passaportes para estrangeiros e a emissão de pareceres sobre pedidos de concessão de vistos para entrada, criando a Direção de Serviço de Estrangeiros (DSE), enquanto a guarda-fiscal será responsável pela vigilância e fiscalização das fronteiras. Em 1976 é, no entanto, reestruturada a DSE, passando a designar-se simplesmente Serviço de Estrangeiros (SE), sendo dotado de autonomia administrativa, deixando de estar na dependência da PSP. Dez anos mais tarde, em 1986, o SE é transformado no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Mas, face à escassez de meios e competências, o controlo das fronteiras continuou, na sua maioria, operado pela Guarda Fiscal em cooperação com o SEF. Só a partir de 1991 é que o SEF começa, gradualmente, a substituir a Guarda Fiscal nos postos de fronteira.

> No âmbito das suas funções administrativas, competia entre outros à PIDE a responsabilidade pelos serviços de emigração e passaportes, pelo serviço de passagem de fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e pelo serviço de passagem e permanência de estrangeiros em Portugal.

Foram, portanto, décadas de estreita relação entre polícia política, policiamento e criminalização das migrações.

O ciclo de reascensão da lógica criminal estava praticamente concluído e será no início da década de 90, com a adesão ao Acordo

de Schengen, que esta se consolida. O SEF passa então a organismo policial de perseguição e repressão dos imigrantes. O Processo de Regularização Extraordinária de 1993 veio atribuir-lhe maior centralidade administrativa e política, com a aprovação da lei 120/93. Tal, não apenas transforma o SEF numa polícia para controlar e reprimir imigrantes, mas num instrumento de criminalização da imigração, o que se efetiva com o DL 252/2000 que consolida e alarga as suas competências repressivas, atribuindo-lhe competências de investigação criminal. De fato, com este trajeto ficou evidente que o SEF não serve para defender os direitos de cidadania de quem aspira a melhores condições de vida para si e para os seus, podendo até ser uma ameaça real a esta aspiração, como lamentavelmente aconteceu agora com Ihor Homenyuk, por exemplo.

Foram, portanto, décadas de estreita relação entre polícia política, policiamento e criminalização das migrações.

A continuidade histórica entre a doutrina do Estado Novo e os tempos atuais na cultura administrativa de gestão da imigração torna-se óbvia quando, de todos os serviços e organismos policiais contemporâneos, o SEF é aquele que evidencia o maior laço genético com a doutrina policial do Estado Novo pela forma como reciclou a cultura da suspeição e vigilância permanentes, da chantagem e do medo. Tal como a PIDE, o espírito e a prática do SEF, bem como a sua intervenção, baseiam-se na necessidade e/ou invenção de um inimigo, uma ameaça, que justifique, em parte, a sua existência.

E esta continuidade histórica esteve, ao longo do tempo, muito patente na forma e nos mecanismos de atuação do SEF. Na realidade, os dispositivos legais que suportam a sua intervenção, além da sua semântica bélica assente na ideologia securitária, na instrumentalização do medo da invasão e da subsequente justificação da Europa-Fortaleza, transformaram os imigrantes em criminosos a vigiar, controlar, perseguir e reprimir. E, por exemplo, tal como acontecia com a PIDE, tais dispositivos legais, não só, promovem a delação através de mecanismos de «denúncia voluntária», como criminalizam até os afetos dos imigrantes, como, por exemplo, no caso dos chamados «casamentos brancos». O que, a título de exemplo, lembra a tal sinistra Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa, responsável pela prevenção e combate «aos crimes de natureza política e social». De fato, o SEF atua na maior parte dos casos como atuava a PIDE, exercendo uma intensíssima pressão sobre os imigrantes, abusando da fragilidade e da sua precariedade jurídicas para, quase sempre, os chantagear. O SEF é uma organização com um poder discricionário onde, por exemplo, um mero ato administrativo pode, por zelo e/ou vontade de um técnico, transformar-se num complexo caso de polícia criminal e de negação de justiça. Como sucedia no tempo colonial, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é simbólica e concretamente um lugar de exceção jurídica dentro da arquitetura jurídico-constitucional nacional. Uma ilha jurídica e administrativa onde o imigrante, ainda que imputável perante a sociedade no que se refere a todas as obrigações cidadãs, tem poucos ou quase nenhuns direitos. O SEF é um organismo público que atua como se estivéssemos no tempo em que vigorava o «Estatuto do Indigenato», em que tínhamos cidadãos e indígenas! E não seria de forma alguma exagerado equiparar-se o SEF a uma espécie de PIDE para imigrantes. Por uma economia de tempo e de espaço, nem se vai aflorar a ligação do SEF, ao longo do tempo, com todos os dispositivos repressivos de União Europeia em matéria de imigração, nem do empenho e do envolvimento do estado português na criação e consolidação de dispositivos militares e policias de vigilância e repressão contra os imigrantes no quadro da união europeia, como é o caso, primeiramente, da criação da Frontex e, depois, a criação de um corpo de guarda costeira de União Europeia com cerca de vinte mil agentes.

O SEF concentra estruturalmente sequelas do fascismo e do colonialismo, pelo que o seu modo de funcionamento é altamente repressivo e racista. Estas e muitas outras, são razões suficientes para pura e simplesmente advogar a extinção do SEF, como felizmente foi o caso de quase todas as suas antecessoras do período fascista (nomeadamente a PVDE; PIDE; DGS). Desfazermo-nos do SEF como o conhecemos é desfazermo-nos de uma parte desta herança fascista que grassa nas instituições da República, terreno fértil do racismo institucional.

As forças policiais em Portugal, onde se incluiu o SEF, continuam orgânica e doutrinariamente a ser coutadas do fascismo e do racismo que ainda subsistem e vão ganhando legitimidade social e política à custa da banalização do discurso populista e demagógico sobre a imigração e <<minorias étnicas>>. Deste modo, extinguir o SEF é escolher a sanidade democrática contra a putrefação ideológica, porque é, em absoluto, o primeiro passo para resgatar a dignidade dos e das milhares de imigrantes, homens e mulheres que vivem num gueto jurídico e administrativo e são alvo de todo o tipo de violência e abusos. O assassinato de Ilhor Homenyuk teve o mérito de trazer de volta ao debate político esta reivindicação, há muito protagonizada pelo movimento social.

Extinguir o SEF é o primeiro passo para resgatar a dignidade dos e das milhares de imigrantes, homens e mulheres que vivem num gueto jurídico e administrativo e são alvo de todo o tipo de violência e abusos.

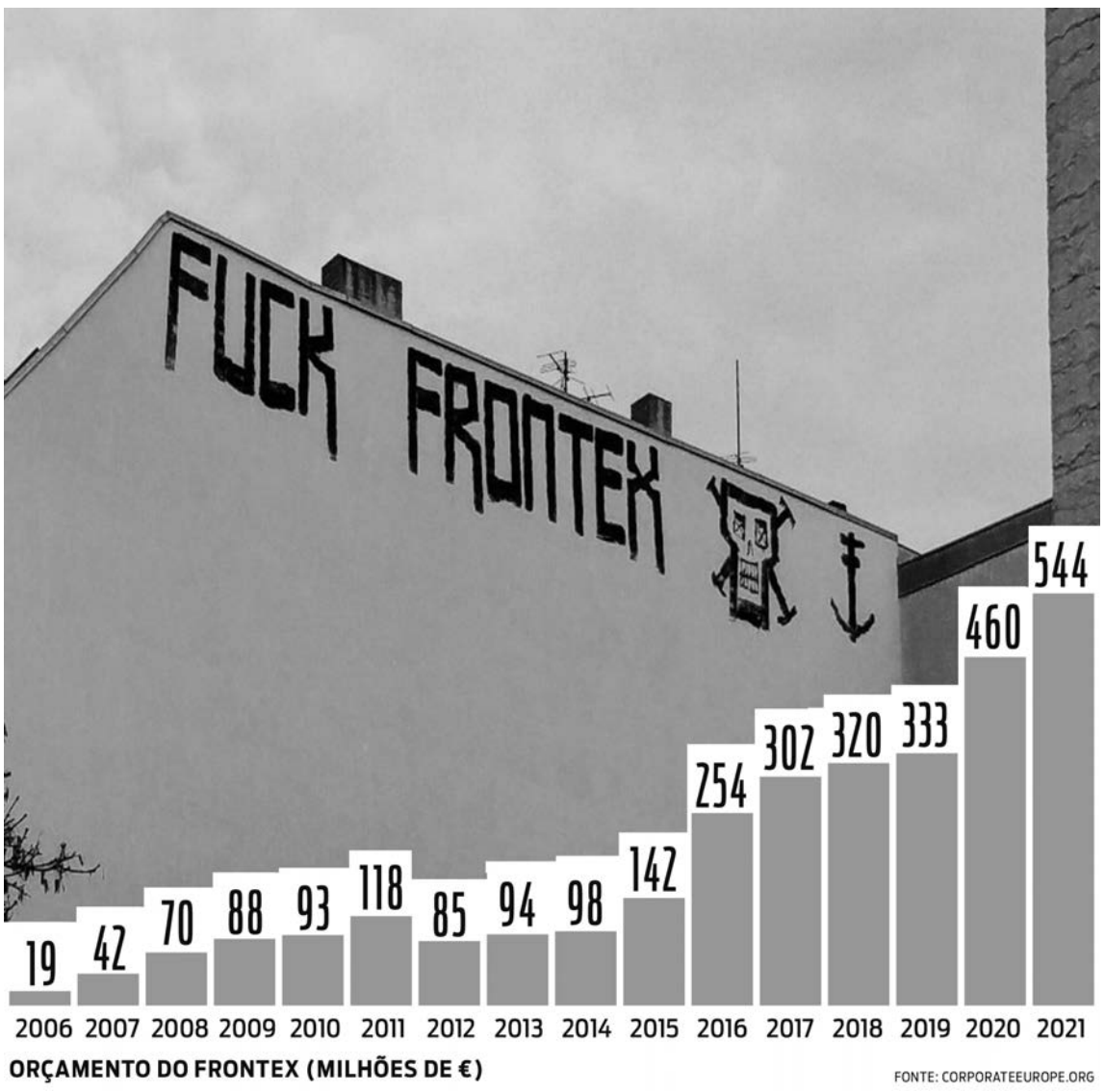
Porém, conhecidos os resultados do processo de «extinção» do SEF, a única novidade que parece ir no bom sentido é a passagem das competências da renovação dos vistos de residência para o Instituto e Registos e Notariado. O processo de desconcentração dos serviços e de transferência de competências, que podia ir ainda muito mais longe, não passou apenas de um *lifting* administrativo. Porque o resto das competências está divido entre forças de seguranças e militar, tendo o governo ido buscar o tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, comandante-geral da GNR, para chefiar o SEF. Não há *lifting* administrativo nem regresso ao modelo passado de gestão que salve o SEF. Em nome da dignidade e da igualdade de tratamento, o seu destino é a extinção.

15-02- 202

Frontex: impossível vigiar os vigilantes

Na linha da sua «nova política de transparência», a Frontex, uma força policial cada vez mais autónoma, decidiu fazer pagar quem se atreveu a pedir documentação e não teve direito a ela e, mesmo quando forneceu alguma, proibiu a sua partilha.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT



Foi bonita a festa, pá

A Frontex costumava levar a cabo um evento anual de autocelebração, normalmente em Maio, no qual compareciam várias centenas de pessoas, entre representantes da indústria de vigilância e armamento, autoridades fronteiriças dos Estados-Membros e políticos especializados. Em 2015, por exemplo, foram cerca de 800 convidados.

Para que tudo não se assemelhe a uma espécie de hetero-onanismo feito com as mãos e os bolsos dos contribuintes europeus, a Frontex afirma tratar-se de uma «oportunidade» para os vários corpos de polícias de fronteiras da Europa «partilharem experiências e boas práticas».

Voltemos ao exemplo de 2015. A Frontex gastou mais de 94 mil euros num jantar, no final de um dia em que já tinha havido prémios para as melhores fotos, cinema, jogos de futebol e voleibol, competições de tiro e exercícios de detecção de traficantes, com um custo total que ascendeu a € 360 499,45 (por um dia), no qual se incluiu o aluguer do espaço para a conferência (€ 91,818) e ajudas de custo para participantes (€ 56 118), tudo despesas importantes para o total final, ainda que inferiores ao preço do jantar.

O exemplo de 2015 não é único. Há documentos (libertados em resposta a um requerimento efectuado pelo *site* euobserver. com ao abrigo da Lei de Liberdade de Informação) que confirmam que os custos relacionados com a festa anual da Frontex têm crescido ao longo dos anos de 2016 (€ 371 063,31), 2017 (€ 341 324,58), 2018 (€580 152,22) e 2019 (€ 494 542,46).

A agência de gestão das fronteiras externas da UE, à medida que cresce, vai-se tornando cada vez mais independente.

Não se sabe se a questão está no aumento dos preços dos jantares ou noutro lado qualquer, uma vez que a Frontex apenas forneceu uma distribuição parcial dos custos. Ainda assim, acabou por disponibilizar os resultados de um inquérito, no qual a maioria dos presentes descreveu o jantar como «excelente», assim como os exercícios de detecção de traficantes, tendo, no entanto, recolhido resultados menos entusiásticos quando se tratou de analisar as palestras e apresentações. Em 2020, em pleno início de pandemia, a gala não se realizou. E acredita-se que, este ano, volte a não se realizar.

Não pagamos!

Em 2017, alegações impossíveis de provar de que os navios de vigilância das fronteiras se mantinham longe dos locais onde os barcos de migrantes se afundavam levaram a que, em Junho desse ano, Arne Semsrott pedisse à Frontex o acesso aos documentos que tivessem a lista de todos os barcos da agência em actividade no Mediterrâneo central e oriental. Três semanas mais tarde, as mesmas dúvidas levaram Luisa Izuzquiza a pedir documentação relacionada com uma reunião entre as chefias da Frontex e representantes de Itália e outros Estados-Membros. Mais tarde, em Setembro, ambos requereram informação relacionada com as posições dos navios numa operação no Mediterrâneo. A ideia era reunir dados e responder à questão inicial: estão os barcos em áreas onde não há nada para fazer? Evitam os locais onde podem encontrar pessoas em perigo? A Frontex nega o pedido a ambos. Eles juntam-se e interpõem recurso. O tribunal dá razão à agência, que alegou razões de segurança para não fornecer a informação requerida. Em Janeiro de 2020, o par recebeu uma factura para cobrir as despesas legais que a Frontex teve com o caso. Izuzquiza e Semsrott lançaram então uma petição[1] para que a Frontex retirasse a sua exigência de pagamento (que vai com perto de 90 mil assinaturas) e decidiram que não pagariam nem recorreriam da decisão judicial.

«Achamos que a Frontex já tem dinheiro que chegue, não queremos angariar fundos para lhes enviar», disse Izuzquiza, realçando que a petição permite, por outro lado, o envio de donativos para barcos de salvamento de ONG que operam no Mediterrâneo. Para além de que «o nosso caso foi o primeiro contra a Frontex. Se pagar custos judiciais de 5 dígitos por levar a agência a tribunal se transforma na norma, toda a gente vai pensar duas vezes antes de fazer o mesmo».

1 https://act.wemove.eu/campaigns/luisa-arne-vs-frontex-en.

Quem meteu a mão no meu quinhão

Lembremos que, neste momento, a Frontex é uma das forças policiais mais bem financiadas da União Europeia (UE). Em 15 anos, passou de um orçamento anual de 6 milhões de euros para quase 500 milhões. E um novo aumento está já anunciado, pelo menos de forma oficiosa, uma vez que lhe estão destinados cerca de 11 mil milhões de euros para serem gastos entre 2021 e 2027. A agência afirma que o seu orçamento é gerido de forma responsável e que faz tudo para proteger os interesses financeiros da UE. Para demonstrar o cuidado que tem com os dinheiros dos contribuintes, vincou que, por exemplo, pretende recuperar 24 mil euros de custas judiciais de um processo em tribunal do qual saiu vitoriosa.

Esquece-se a Frontex que gastar de forma «responsável» é um critério que deveria ser aferido por alguém que não a própria agência. E que, para que tal acontecesse, seria preciso que a sua aplicação fosse transparente. Para além disso, esse processo que acabou por ganhar, e que apresenta agora como prova de boa gestão orçamental («enquanto instituição pública que depende dos fundos que, em última análise, vêm dos contribuintes europeus, não podemos recusar uma decisão judicial que exige a quem nos processou que pague os custos legais», nas palavras de um porta-voz da Frontex), tem o seu quê de irónico, para não dizer insultuoso. [ver caixa 1]

Uma Agência Europeia de Gestão de Fronteiras em contacto permanente com empresas de armamento, do sector da defesa, da segurança e da vigilância, com as quais discute soluções para o controlo fronteiriço.

Lembremos que, neste momento, a Frontex é uma das forças policiais mais bem financiadas da União Europeia.

Uma Frontex empoderada

Ora, o facto é que, quando o *site* euobserver.com fez o seu Requerimento de Liberdade de Informação, os documentos chegaram com um aviso acoplado: «Não se esqueçam de que os *copyrights* dos documentos pertencem à Frontex e que disponibilizar estes documentos a terceiros (…) sem autorização da Frontex é proibido.» Em suma: dinheiros públicos aos quais correspondem facturas com direitos de autor, a cujo acesso os dadores do dinheiro estão vedados.

A agência de gestão das fronteiras externas da UE, à medida que cresce, vai-se tornando cada vez mais independente. Pode comprar os seus próprios barcos, aviões e veículos. Pode usar armas. Os seus oficiais podem agora fazer controlos fronteiriços e recolher dados dos migrantes de forma totalmente autónoma. Celebra acordos de forma independente com países como a Sérvia, a Nigéria ou Cabo Verde e manda oficiais de ligação para a Turquia. Apesar disso, o único controlo que, por exemplo, o Parlamento Europeu tem sobre a agência é a possibilidade de lhe cortar o orçamento.

Um corpo policial, ainda por cima de fronteiras, em roda livre, capaz de não prestar contas a ninguém, numa Europa cada vez mais fascista e fechada sobre si própria, mais do que um perigo enorme para os próprios europeus – que o é – é uma ameaça já quase cumprida de violação desmedida das vidas de milhões de migrantes.

Provedor de Justiça Europeu vai investigar

Uma investigação do jornal alemão *Der Spiegel* de Outubro passado dava conta de que a Frontex capturava pessoas em águas europeias e enviava-as à força de volta para águas territoriais turcas em pequenos botes de borracha. A mesma investigação apurou que um navio romeno da Frontex recusara o salvamento de algumas pessoas. Também descobriu que, naquela área, a maioria das embarcações da agência de fronteiras da UE desligava os seus dispositivos do Sistema de Identificação Automática, de forma a que não se soubesse a sua localização.

Apesar de os jornalistas terem pedido pormenores sobre a localização dos seus navios, de maneira a conseguirem averiguar se estavam ligados a repatriamentos (*pushbacks*), a Frontex nunca chegou a responder. A eurodeputada espanhola Sira Rego decidiu, então, fazer o mesmo pedido, na esperança de que o facto de ser eurodeputada lhe desse mais acesso do que aos jornalistas. Na altura, em Outubro passado, pediu também os dados de Rastreamento e Identificação de Longo Alcance da Organização Marítima Internacional.

A Frontex respondeu um mês depois, mas recusou-se a divulgar informação por questões de privacidade e por temer que essa informação pudesse ser utilizada por traficantes. Sira Rego clarificou as coisas, fazendo notar que não necessitava de qualquer tipo de informações pessoais, apenas a localização dos navios entre Março e Setembro de 2020. A Frontex voltou a recusar, desta vez afirmando não possuir as informações requeridas.

A eurodeputada apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, na qual dizia ser «confuso que a Frontex discuta o mesmo facto de duas formas diferentes» e não perceber como é que os dados sobre a localização de navios nos meses anteriores poderiam ajudar os traficantes. No passado dia 10 de Fevereiro, o Provedor de Justiça Europeu concordou em iniciar uma investigação sobre o assunto.

Frontex: Poder, lobby e opacidade

Um novo relatório do Corporate Europe Observatory demonstra que o *lobby* direccionado à Frontex molda as políticas fronteiriça e migratória da União Europeia e representa um perigo concreto para milhões de pessoas.

TEÓFILO FAGUNDES
IMAGEM **CORPORATE EUROPE OBSERVATORY**

O crescimento impressionante do orçamento, do pessoal e dos poderes da Frontex é o ponto de partida de um relatório lançado no início de Fevereiro pelo Corporate Europe Observatory (CEO) e intitulado "Lobbying Fortress Europe: The making of a border-industrial complex". Nesse trabalho, afirma-se que esse crescimento não teve a devida correspondência num aumento na transparência, na responsabilização ou na fiscalização da agência europeia de fronteiras, tendo apenas sido acompanhado por um processo intenso de facilitação do acesso da indústria aos corredores do poder. O que, no entender do CEO, «perpetua uma visão de controlo de fronteiras baseada em cada vez mais armas de fogo e vigilância biométrica, o que tem implicações enormes no que diz respeito aos direitos humanos».

Com cerca de 300 documentos conseguidos ao abrigo da Lei de Liberdade de Informação, o relatório da CEO é a primeira visão abrangente do *lobby* industrial direccionado para a Frontex e uma análise da sua relação com os actores empresariais entre 2017 e 2019.

«Nesse período, a agência fronteiriça europeia teve reuniões com 108 empresas para discutir assuntos como armas e munições, questões biométricas, vigilância aérea e marítima e sistemas de inspecção de documentos. Uma omissão notória de quase todas estas discussões é o impacto potencial que estas tecnologias e produtos podem ter sobre os direitos humanos, incluindo o enfraquecimento do direito fundamental das pessoas à privacidade, à presunção de inocência e à liberdade».

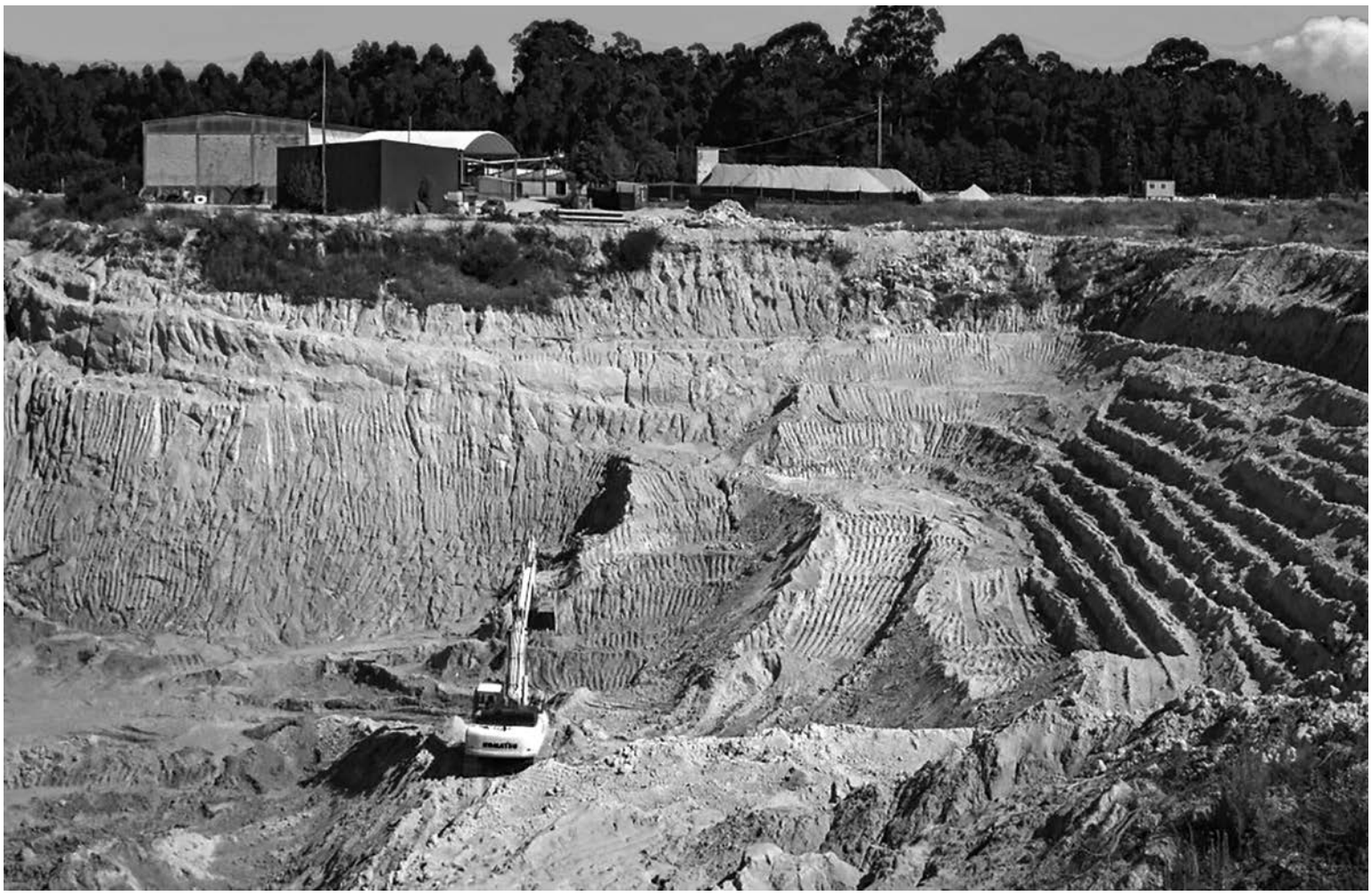
Os documentos, disponibilizados no *site* do CEO, permitem um mapeamento dos agentes privados que tentam influenciar o trabalho da Frontex. O resultado é a imagem duma Agência Europeia de Gestão de Fronteiras em contacto permanente com empresas de armamento, do sector da defesa, da segurança e da vigilância, com as quais discute soluções para o controlo fronteiriço. No seguimento lógico do que já tínhamos dado conta no artigo "Fronteiras: lucrar com a tragédia", da edição de Setembro de 2016 do Jornal MAPA, estas empresas ganham um papel desproporcional – sem correspondência noutras vozes – na modelagem das políticas de controlo fronteiriço.

Até os nomes são praticamente os mesmos: As empresas Airbus e Leonardo foram as que tiveram direito a mais reuniões com a Frontex, seguidas da Gemalto, entretanto comprada pelo Thales Group que, por sua vez, vem a seguir na lista. Notoriamente ausentes de qualquer reunião estão organizações de defesa dos direitos humanos, por exemplo. Para além destas reuniões, onde se decide o futuro da tecnologia de controlo fronteiriço – e, portanto, a forma política e policial que esse controlo terá – a Frontex organiza eventos especiais, conferências, encontros informais, discussões para que a indústria possa apresentar as suas propostas.

Esta notícia será desenvolvida em breve na edição *online* do Jornal MAPA

Caulinos: Quando o crime compensa

Uma empresa mineira que prevaricou vê-se premiada com ainda mais terrenos, numa zona onde, apesar da existência de mais de uma dezena de explorações de caulino, o nome deste minério ainda soa a morte, desde Junho de 1988, quando Carlos Simões foi assassinado pelas forças policiais ao tentar impedir o início da laboração mineira no centro da freguesia de Barqueiros.



TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA:PT
IMAGEM **OMINHO.PT**

Em Junho de 2017, a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) verificou que a empresa Motamineral, Minerais Industriais, S.A., detentora dos direitos de exploração das concessões de Bouça da Galheta e Alvarães «desenvolveu actividade extractiva fora das áreas apresentadas no Plano de Lavra», tendo minerado 2180 metros quadrados (Bouça da Galheta) e 302 metros quadrados (Alvarães) para além da sua concessão.

Na altura, a DGEG limitou-se a pedir alteração do Plano de Lavra para que, uma vez aprovado, a exploração pudesse continuar a laborar de forma legal. No entanto, o Estudo de Impacte Ambiental que a Motamineral apresentou em Dezembro de 2018 não mereceu aprovação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, que fez um pedido de elementos adicionais. Desde então, a Motamineral continuou a trabalhar de forma irregular.

Quase quatro anos depois, a forma que a empresa encontrou para corrigir a infracção foi aumentar a sua área de laboração em 24,3 hectares, através da fusão e ampliação das concessões mineiras de Bouça da Galheta, na freguesia de Fragoso, concelho de Barcelos, distrito de Braga, e Alvarães, União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro, Vila de Punhe, no concelho de Viana do Castelo. A respectiva Avaliação de Impacto Ambiental esteve em discussão pública até ao passado dia 21 de Fevereiro.

Perante uma situação em que alguém fez mais mineração do que aquela que lhe estava autorizada e que tem agora a oportunidade de aumentar 24,3 hectares à exploração, os Movimentos sos Serra d'Arga e sos Terras do Cávado lançaram, a 29 de Janeiro, um comunicado conjunto onde acusavam o Estado de ser «complacente com uma empresa mineira infractora», afirmando ainda que «caso a empresa venha a obter o necessário licenciamento, que serve apenas para branquear más práticas e irregularidades, a ampliação e fusão de duas unidades extrativas nunca será a solução para os impactes territoriais e ambientais que a empresa Motamineral, Minerais Industriais, S.A. tem vindo a provocar».

A forma que a empresa encontrou para corrigir a infracção foi aumentar a sua área de laboração em 24,3 hectares.

Fonte do Ministério do Ambiente e de Acção Climática, contactada nesse mesmo dia pela Lusa, «saudou a participação de todas as entidades na consulta pública», acrescentando que «nada tem a dizer em relação às acusações formuladas pelos dois movimentos, enquanto não estiver concluído o processo que é conduzido pela administração de avaliação de impacte ambiental».

Pressionado, o presidente da Câmara de Viana do Castelo, José Maria Costa, não se demarcou dos planos da empresa, mas acabou por afirmar que a consulta pública sobre o projeto de fusão e ampliação de concessões mineiras no concelho é uma «oportunidade» para introduzir «mecanismos de controlo e monitorização mais rigorosos e exigentes».

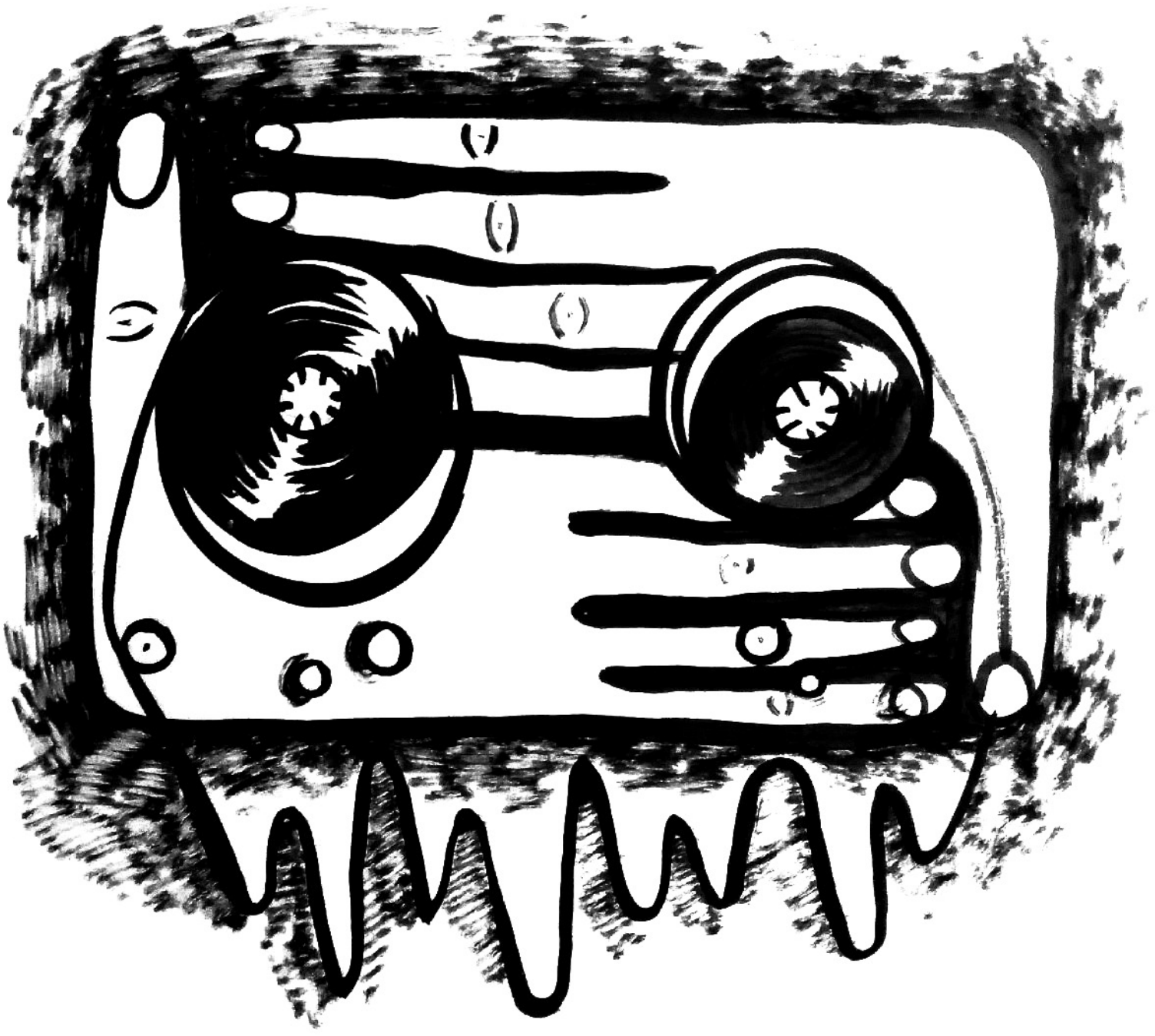
Ainda que esta frase de José Maria Costa possa demonstrar uma certa desconfiança em relação às intenções da Motamineral, os movimentos de luta pelo território viram nisto uma forma de «justificar o apoio a mais um crime ambiental e social» e preferiam que o presidente da Câmara, em todo este tempo, tivesse arranjado forma de obrigar a empresa, no espaço já concessionado, a cumprir com as normas e os espaços existentes, se não mesmo a encerrá-la por incumprimento e abuso.

Por seu lado, a Câmara de Barcelos anunciou que iria dar parecer negativo ao projecto de fusão e ampliação de concessões mineiras no concelho. Miguel Costa Gomes, presidente da autarquia, acrescentou que «o município fará tudo o que estiver ao seu alcance para que as coisas sejam feitas pela lei e se evite, eventualmente, a exploração, o que eu acho muito difícil», sublinhando que a competência do licenciamento é da DGEG. O autarca tinha já ouvido os dois movimentos em reunião camarária, onde ficou a saber que «a exploração já existia» e que só agora é que estão a ser feitos os indispensáveis estudos de impacto ambiental, uma situação que considera inadmissível. «Não podemos admitir que se avance com um processo sensível [antes de serem emitidos os respetivos licenciamentos]. A empresa sabia perfeitamente que, antes de mexer fosse no que fosse, teria de pedir os respetivos estudos e licenciamentos», concluiu, adiantando que este será um dos argumentos que o município esgrimirá no seu parecer desfavorável.

Os movimentos que se mexeram mais neste processo são movimentos que estamos habituados a associar à luta contra a mineração de lítio. Não é, no entanto, de estranhar, que apareçam agora noutra arena, que é afinal a mesma: defender o seu território de agressões. Por um lado, esta espécie de prémio estatal a uma empresa infractora não deixa grandes esperanças quanto aos apregoados cuidados de sustentabilidade da exploração mineira no que ao lítio diz respeito. Por outro, durante o processo de contestação do extractivismo as pessoas que integram estes (e outros) movimentos passaram a ter uma atenção nova e especial a mais do que um problema sócio-ambiental, também porque começaram a ter de considerar que o combate contra as minas e uma alteração profunda dos modelos de produção e consumo são coisas inseparáveis.

Os movimentos que se mexeram mais neste processo são movimentos que estamos habituados a associar à luta contra a mineração de lítio. Não é, no entanto, de estranhar, que apareçam agora noutra arena, que é afinal a mesma: defender o seu território de agressões.

Ocupar as ondas, ou porque importa a rádio na era dos podcasts



SARA MOREIRA*, NURIA REGUERO*, ANSELMO CANHA (*DIMMONS-UOC)
ILUSTRAÇÃO: **INÊS X**
CAIXA DE FERRAMENTAS POR RICODEMUS

Em Dezembro de 2020, uma das mais longevas rádios livres da Catalunha, a Contrabanda, foi obrigada a parar a sua emissão FM por ordem judicial do Tribunal Superior de Justiça da Catalunha. Faltavam poucos dias para celebrar 30 anos no ar. A sentença contra as emissoras «piratas» (ali entendidas como emissoras comerciais que emitem sem licença) resultou de denúncias da Associação Catalã de Rádio, levando por arrasto, e «de forma negligente», meios livres e sem fins lucrativos como esta rádio histórica, isenta de publicidade e de subsídios (públicos ou privados), e que subsiste exclusivamente através de quotas, carolice e militância dos seus associados.

Num manifesto divulgado no seu *website* [1], a «rádio livre, não comercial, assembleária e autogerida» anunciou que se viu obrigada a desmontar a antena e restante equipamento técnico do centro emissor de Turó de la Rovira – um ponto alto da cidade que, para além de oferecer vistas panorâmicas sobre Barcelona, serve também como ponto de emissão livre desde 1991. O colectivo denuncia os interesses das «corporações mediáticas» e a falta de vontade política das administrações públicas, incluindo o *Ajuntament* de Barcelona (liderado pelos esquerdistas Barcelona en Comú desde 2015) a quem acusa de «aproveitar uma decisão judicial sobre a reordenação das torres de emissão para levar avante parte do plano urbanístico» para aquela zona.

Em defesa da liberdade de emissão e de expressão

«O espectro é um domínio público e o acesso em igualdade de condições é um direito», remata um comunicado que surgiu poucos dias após a retirada da antena do ar, ecoando o manifesto da Contrabanda e em defesa da emissão FM comunitária (subscrito até à data de fecho desta edição por cerca de 170 pessoas e organizações). Embora a teoria sobre os direitos à liberdade de expressão por qualquer meio de reprodução esteja muito longe daquilo que acontece na realidade, de facto os direitos humanos compreendem uma dimensão individual e outra colectiva, incluindo o direito à comunicação: todas as pessoas devem poder expressar-se individualmente e em grupo. Sendo os meios comunitários, «livres» ou autogeridos, aqueles que mais favorecem esta expressão, há que velar para que não sejam eclipsados ou anulados pelo duopólio dos meios públicos e comerciais – assim

o afirmava já em 1980 a UNESCO, no relatório «Um mundo, muitas vozes» (ver caixa).

O manifesto da Contrabanda reivindica uma série de medidas concretas para garantir os direitos dos «espaços comprometidos com a Comunicação Livre», como a reserva de um terço do espectro radiofónico para as rádios livres, a disponibilização de espaços públicos para a instalação de antenas e transmissores de meios não comerciais e o acesso a licenças de emissão. Sem estas garantias, as rádios livres ficam condenadas à clandestinidade e constantemente ameaçadas de serem escorraçadas da sua emissão.

Exercer o direito à comunicação implica o planeamento de frequências no espectro, mas desde há décadas que as poucas frequências comunitárias que ainda restam no espectro radiofónico em Barcelona têm sido alvo de um cerco. Trata-se da «ameaça típica dos comuns naturais e urbanos», como afirma o comunicado em solidariedade com a Contrabanda, comparando a questão primordial do acesso ao espectro com a usurpação dos montes e dos rios, ou a privatização dos jardins e praças das cidades. Por mais sentido que possa fazer a ideia de ondas de rádio como um bem comum – aqui entendido como um recurso de acesso aberto autogerido pelas comunidades – quaisquer tentativas de transformar esse desígnio em consequências têm tido o silêncio como resposta. Talvez aqueles de nós que sentem a ideia de comum e trabalham na rádio para além da instituição formal tenham pouca paciência e energia para estas lutas. Talvez os reguladores saibam isso.

(Des)enquadramentos legais: uma longa luta para aceder ao espectro?

As rádios livres possibilitam a tomada de consciência e a acção colectiva sobre assuntos que afectam a vida quotidiana, já que partem de contextos locais onde certos grupos de afinidade se encontram (vizinhos, colectivos, etc.) e põem em prática as suas vontades e a sua liberdade de expressão. A participação é a essência destes meios, assim como a ausência de interesses lucrativos. Enquanto a «indústria cultural» e os meios de comunicação de massas se focam na geração de consumo e entretenimento, os meios de comunicação livres possibilitam o envolvimento real das pessoas, seja através da criação de programas e conteúdos, seja através das contribuições que permitem sustentar financeiramente os próprios meios. Organizam-se horizontalmente, tomam decisões por consenso e esforçam-se por estar atentos e desprender-se de certos hábitos autoritários que parecem estar atrelados a uma certa procura por eficiência que está inculcada em nós. Em última análise, uma rádio comercial gera um serviço para terceiros, enquanto uma rádio livre ou comunitária se gera a ela própria através da participação dos seus membros.

> Continuar a emitir pela internet é uma opção mas não a solução.

Rádio Pica (1981), Rádio Bronka (1987)e Rádio Contrabanda (1991), conformam um espectro radiofónico pirata que é ao mesmo tempo presente e memória das lutas que caracterizam a cidade de Barcelona desde a transição democrática no estado espanhol.

Portugal: nem lei nem foras-da-lei?

Antes de tentar a resposta, três dados. Primeiro, não existe qualquer enquadramento legal para as rádios comunitárias em Portugal. A Lei da Rádio de 1988 é omissa quanto à dimensão comunitária e à possibilidade de existência de um sector que não seja público/estatal nem privado/comercial. Isto fez com que a onda de radiofonia livre, pirata, que se propagou na década de 1980, praticamente se eclipsasse com a entrada em vigor de um sistema que obriga à constituição formal, a requisitos técnicos sofisticados e ao pagamento de taxas, competindo com meios comerciais.

Segundo, hoje em dia, em Portugal, a Entidade Reguladora da Comunicação está a obrigar todas as iniciativas comunicantes que se denominem "rádios" a prestar declarações e garantias como se de uma rádio comercial com alvará se tratasse. É jornalismo? Tem de seguir as regras deontológicas. Tem emissão regular? Tem de prestar contas do que anda a dizer. Está formalizada como entidade? Tem de declarar os seus interesses. Se se chamasse "blog hertziano" ou outra coisa qualquer, estaria submetido às mesmas regras?

Terceiro, a ANACOM concede autorizações temporárias para projetos não comerciais, por período não superior a 60 dias, mas a frequência de transmissão é cobrada a uma taxa mínima de 50 euros por 15 dias, e caso a emissão temporária queira insistir em renovações sucessivas, estas serão certamente tidas como ilegais por se aproximarem de uma emissão regular.

São muitos problemas juntos. O nome "rádio" parece, de facto, neste momento, mais forte do que a técnica fundadora da rádio – emissão em ondas hertzianas captáveis por receptores compatíveis a maior ou menor distância. A ideia maravilhosa de Rádio arrisca-se a diluir-se no seu longo lastro de compromissos e ambições. Talvez seja a altura de distinguir entre rádio – técnica de comunicação – e *rádio* – forma de utilização dessa técnica e de outras (por exemplo, a Internet), hoje ritualizada nos

mecanismos de regulação, formatos de edição, pressupostos de conteúdo, objectivos.

Estado espanhol e Catalunha

No Estado espanhol, as rádios de carácter comunitário surgiram em plena transição pós-franquista e por isso chamavam-se «livres». Desde o seu início, a existência de redes e de espaços de «coordenação» regional e estatal foi determinante para o reconhecimento legal. Já na segunda metade da década de 2000, foram envidados esforços para a articulação dos meios comunitários, resultando na constituição formal da Rede de Meios Comunitários (Remc), em 2015. A Remc facilita a partilha de experiências e de preocupações do sector, sobretudo no que diz respeito à reivindicação do reconhecimento legal, e o seu trabalho foi determinante para a inclusão das rádios comunitárias na lei aprovada em 2010.

A nível da Catalunha, as mobilizações do início da década de 2000 tiveram como resultado a inclusão das rádios comunitárias na lei autonómica de comunicação aprovada em 2005. Porém, o reconhecimento legal não é suficiente se não existe a planificação de frequências. Esta é a grande inação do Estado espanhol que deixa as rádios comunitárias totalmente vulneráveis. Isto é fruto de uma apropriação do espectro radioeléctrico por parte do Estado e do mercado. Daí a importância de reivindicar este bem público como um direito ao qual os grupos sociais devem poder aceder de forma comunitária, como base para garantir os direitos humanos e constitucionais de acesso à informação e liberdade de expressão.

Espaços de articulação

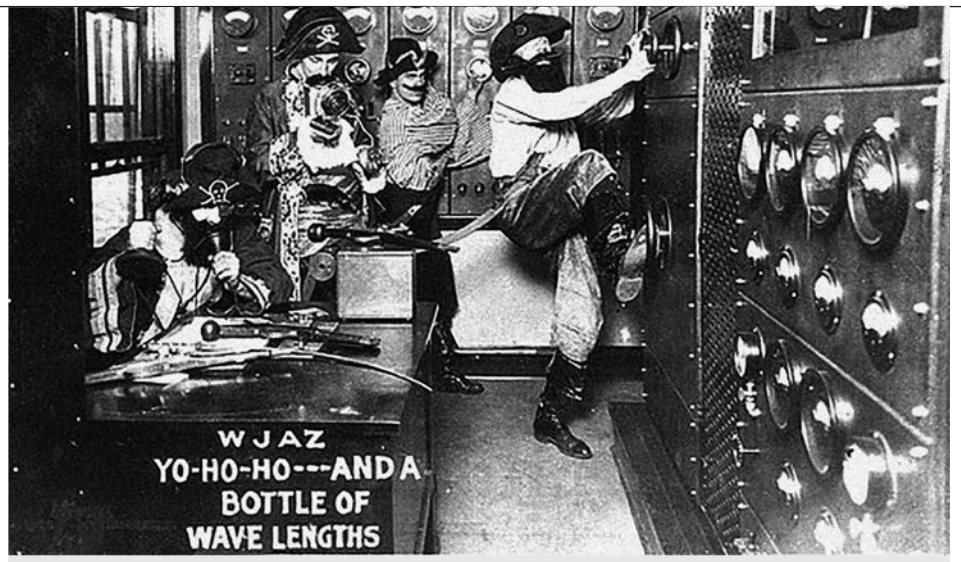
Para além das redes mais ou menos institucionais que permitem articular e dar visibilidade aos meios, é antes de mais a existência real de pessoas e projectos de rádio livre ou comunitária que persistem no tempo e que resistem nos territórios o que dá sentido a esta luta. Só em Barcelona, a Rede de Rádios Comunitárias[2] congrega 41 rádios associativas, piratas, livres, comunitárias – e o mapeamento nem está completo já que, por exemplo, a Contrabanda não está lá. A rádio (por enquanto) despojada das ondas hertzianas mostra-se crítica quanto à iniciativa impulsionada pelo *Ajuntament* em 2018, afirmando, no seu manifesto, que a Rede de Rádios Comunitárias se revela «claramente insuficiente» perante «os problemas reais e flagrantes das rádios livres e restantes meios autogeridos». Por outro lado, existem outros espaços de articulação dos meios mais contestatários, dos quais um exemplo é a rede de rádios livres[3] que dinamiza acções colectivas como os «cadenazos radiofónicos», juntando diferentes meios em emissões simultâneas por todo o Estado espanhol (e além).

Também em Portugal já houve esta dinâmica, só que o seu apogeu aconteceu há mais de três décadas. Em 1988, a poucas semanas da publicação do decreto-lei de regulamentação da rádio, «mais de duas centenas de rádios espalhadas por todo o país [participaram] na maior cadeia radiofónica portuguesa de que reza a história», conta um artigo do *Público* intitulado «Rádios calaram-se há dez anos» (em 1998). As emissoras que participaram na acção protestavam contra a obrigação de encerramento das rádios não oficiais no processo de preparação do concurso público para atribuição de frequências. Na transição entre a pirataria e a legalidade, poucas resistiram à burocracia e aos encargos. Um mapeamento das rádios comunitárias em Portugal realizado por Miguel Midões, aponta somente 24 iniciativas activas em todo o território em 2019, algumas com mais de uma década de existência (como a Rádio Zero, a Stress.fm e a Manobras) outras surgiram entretanto, como as rádios Gabriela e Paralelo. A sua presença é quase em exclusivo online, com atribuição de frequências FM só em casos esporádicos. Já do outro lado da península, a internet é entendida como «uma opção, mas não a solução», como defende a Contrabanda e tantos outros meios que insistem em ocupar as ondas. Talvez seja só romantismo nostálgico dos tempos em que não vivíamos bombardeados pela internet. Talvez porque ainda importa ecoar a dimensão colectiva e corpórea da rádio livre no éter hertziano, só que querem tirar-nos o ar.

Um mapeamento das rádios comunitárias em Portugal realizado por Miguel Midões, aponta somente 24 iniciativas activas em todo o território em 2019, algumas com mais de uma década de existência (como a Rádio Zero, a Stress.fm e a Manobras)

1 www.contrabanda.org

Foi por volta do Maio de 68 que as rádios comunitárias, associativas ou livres começaram a florescer pela Europa, mas não foi até à década de 1990 que os meios de comunicação alternativos ganharam relevância para as instituições, e foi preciso esperar até aos anos 2007/2008 para o reconhecimento explícito dos meios alternativos por parte do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu (Reguero e Scifo, 2010). Em 2007, o Conselho da Europa emitiu a «Declaração sobre a protecção do papel da comunicação social na democracia no contexto da concentração dos meios de comunicação social», na qual pedia aos estados-membros que adoptassem as medidas necessárias para o desenvolvimento de meios de comunicação alternativos sem fins lucrativos, permitindo assim o acesso à informação e à expressão de opinião para grupos sociais habitualmente excluídos dos *mass media*. Em 2008, a «Resolução sobre os meios de comunicação comunitários na Europa» emitida pelo Parlamento Europeu, recomenda também medidas de promoção destes meios. Mais recentemente, em 2018, a «Recomendação sobre o pluralismo e a transparência da propriedade dos meios» do Conselho da Europa, destaca o contrapeso dos meios comunitários face à concentração mediática, e insta os Estados a promovê-los e a estabelecer «mecanismos financeiros para fomentar o seu desenvolvimento».



CAIXA DE FERRAMENTAS LIVRES

Como transmitir uma rádio livre

Transmitir rádio envolve complexidade e conhecimentos de eletrónica e física, mas está ao alcance, com toda a informação que está disponível online, de qualquer autodidacta dedicado. Embora o equipamento de rádio seja dispendioso, a sua construção *DIY* reduz drasticamente os custos. Seguem as necessidades essenciais:

Transmissor rádio FM

• Composto por módulo de transmissão e fonte de alimentação/amplificador (em separado ou combinado);

• Em condições ideais, um transmissor com potência de 5W ERP alcança 4-5 km; um de 50W ERP alcança 30 km;

• Nunca ligar o transmissor sem estar ligado à antena: não tendo por onde escoar a potência, irá queimar.

Antena

• Adequada às características do transmissor;

Pode ser direccional (maioria da potência num sentido, mais ganho) ou omnidireccional (transmite em todos os sentidos, ganho mais baixo);

• Montar o mais elevado possível: telhados, torres altas, etc. O topo de uma montanha é ideal;

• Mantê-la longe dos outros equipamentos (emissor, fontes de áudio, outras antenas, etc.);

• Preferível investir numa boa antena do que em mais potência de sinal.

Cabo coaxial

• Transfere a energia do transmissor para a antena;

• Para distâncias curtas entre transmissor/antena (<10m) e baixa potência, os mais comuns RG-58 são suficientes. Comprimentos e potência superiores, usar de melhor qualidade, como o RG-8.

Equipamento áudio

• Mesa de mistura para gerir as várias fontes de áudio, computador, microfones, etc.

• Compressor de sinal à saída da mesa para controlar um nível óptimo para a emissão.

Operação

• A geografia é determinante. Escolher um ponto mais elevado possível e com campo aberto. Montanhas ou uma massa grande de edifícios produzem uma sombra que anula a propagação do sinal;

• Escolher uma frequência, no espectro da FM (87-108Mhz), com o máximo de espaço desocupado à sua volta. Isto evita o conflito com transmissões mais potentes das emissoras oficiais e também evita chamar a atenção ao interferir com estas emissões;

• Ter um rádio FM para monitorizar a transmissão. Alternar entre frequência de operação e frequência de outra estação para comparar os níveis de volume;

• As autoridades utilizam equipamento para detecção de direcção de rádio. Não sendo uma leitura imediata, é no entanto de evitar o mesmo local de transmissão;

• Evitar usar nomes ou informações que possam revelar identidade ou localização;

Resumo e tradução por Ricodemus a partir de «The hitchhikers guide to... operating a pirate radio station» (peacenews.info) e «Como configurar uma estação de rádio» (pcs-electronics.com).

Saara Ocidental, uma guerra alimentar

Entrevista a Abdulah Arabi, delegado da Frente Polisário no Estado espanhol.

A parálise da comunidade internacional face à ocupação de Marrocos do território do Saara Ocidental, declarada ilegal pelas Nações Unidas, permite o contínuo e acelerado espólio dos bens naturais do povo saarauí.

REVISTA SOBERANÍA ALIMENTARIA, BIODIVERSIDAD Y CULTURAS (SABC)
TRADUÇÃO **AURORA SANTOS**
ILUSTRAÇÕES **INÊS X**

«A razão ajuda-nos, ainda que lamentavelmente o mundo funcione de outra maneira; mas quem como nós acredita num mundo e num futuro melhores para toda a humanidade não pode deixar de fazer o que tem de fazer.» Com estas palavras, abdulah arabi, delegado da frente polisário no estado espanhol, terminava assim a conversa que mantivemos com ele poucos dias depois da reativação do conflito entre marrocos e o saara ocidental, no passado dia 13 de novembro. Como nos explicou, o motivo é simbolicamente esclarecedor; o exército de marrocos arremeteu contra jovens saarauís que queriam fechar a passagem fronteiriça de Guerguerat, ponto de comunicação entre o Saara Ocidental e a Mauritânia e que, desde 2001, Marrocos utiliza como mais uma via de saída dos bens naturais do Saara Ocidental. Trata-se de uma zona de não intervenção, segundo o acordo assinado com a ONU por ambas as partes, o que aumenta a gravidade da operação militar levada a cabo por Marrocos. «Ainda que o nosso *status* jurídico continue nas mãos das Nações Unidas desde os Acordos de Paz de 1991», explica Abdulah, «dez anos depois, Marrocos abriu uma fenda no muro que tinha construído durante a guerra para se proteger dos ataques do exército saarauí. Desde então converteu-se numa faixa de asfalto que lhe permite continuar a saquear os recursos pesqueiros por via terrestre, já que os barcos são mais fáceis de rastrear. Grande parte do que se pesca nas águas do Saara Ocidental sai por essa estrada até à Mauritânia e aí, no porto de Nuadibú, com etiqueta marroquina, carregam-se os polvos, as sardinhas ou o azeite e a farinha de peixe que chega a todos os supermercados ou à indústria agroalimentar, especialmente aqui a Espanha.»

Os tentáculos da ocupação

São muitos os mecanismos que Marrocos emprega para contornar as decisões judiciais internacionais que tentam impedir esta espoliação. Abdulah conta-nos que muitos barcos que chegam de outros países africanos utilizam o porto de Aaiún, capital do Saara Ocidental, supostamente para reabastecer, mas o que fazem é carregar peixe. Há outros mais descarados, próprios da impunidade sob a qual Marrocos gere o território ocupado, «como se fôssemos mais uma província do seu país», diz Abdulah. Acrescenta que estes álibis «permitem tranquilizar as consciências das empresas que no fim lucram com isto».

«Cada vez que compramos polvo é altamente provável que provenha de águas territoriais do Saara; uma atividade extrativa que não gerou nenhum benefício para a população saarauí, como Marrocos pretende justificar»

No relatório *Los tentáculos de la ocupación*[1], elaborado pelo Observatorio de Derechos Humanos y Empresas e Shock Monitor em 2019, encontramos inúmeros nomes e detalhes sobre estas empresas e sobre como, quanto e quem beneficia da exploração dos recursos pesqueiros do Saara Ocidental no quadro da ocupação pelo Estado de Marrocos. «A pesca e os fosfatos são a motivação histórica e presente da ocupação», detalha Abdulah. «Uma chantagem à qual todos os governos em Espanha cederam, agora complementados pela pressão dos fluxos migratórios e pela cooperação na luta antiterrorista.» De facto, ainda que os acordos de pesca entre a UE e Marrocos não possam incluir juridicamente o acesso às águas territoriais saarauís, enquanto Marrocos «administrar» (ocupar) este território, irá garantir aos barcos europeus a possibilidade de pescarem nestas águas – a grande maioria são barcos espanhóis, segundo o relatório, ainda que esta informação não seja pública. Na legislação interna de Marrocos, não há distinção entre as águas saarauís e as águas marroquinas. Abdulah conta que esta situação foi normalizada ao longo dos últimos 30 anos. Os barcos europeus chegam aos portos de El Aaiún e Dajla, carregam o peixe saarauí e trazem-no para o mercado espanhol, onde se vende e se consome com total normalidade. «No caso do Senegal, a espoliação dos seus recursos faz-se a partir de acordos comerciais injustos, mas com bases legais; no nosso caso, nem sequer isso acontece. Trata-se de um negócio ilegal que as empresas fazem com uma potência ocupante», denuncia Abdulah. Na verdade, como explica o relatório mencionado, o facto de Marrocos ser uma grande potência exportadora de polvos e que a cada ano encontremos cerca de 50 000 toneladas de polvo de Marrocos nos seus diversos formatos no El Corte Inglés, Casa Ametler, Mercadona, Carrefour ou Eroski, é escandaloso, pois é sabido que

‘Ocupación S.A.’

No dia 14 de novembro de 1975, a até então «província 53» de Espanha passou a ser anexada pela monarquia alauita através do acordo tripartido de Madrid entre Espanha, Mauritânia e Marrocos. Quarenta e cinco anos depois, como denúncia da perpetuação do colonialismo em pleno século XXI, estreia-se um documentário que pretende desmascarar a classe empresarial e política espanhola. *Ocupación S.A.* é um projeto da ONGD basca Mundubat e da produtora brasileira Forward Films, co-dirigido por Laura Daudén e Sebastián Ruiz-Cabrera.

O documentário revela com ousadia o *flirt* entre os poderes políticos espanhóis e as empresas pertencentes ao poderoso e intocável IBEX 35, uma prática com profundas raízes no período franquista que dá continuidade a um sistema injusto e opaco que continua a enfraquecer todos os direitos humanos e legislações internacionais. A narrativa de *Ocupación S.A.* assenta em declarações de especialistas em legalidade internacional ou extrativismo, ativistas saarauís, jornalistas ou representantes políticos, e pretende contribuir para aumentar a pressão cidadã de modo a acabar com o inaceitável beneplácito das autoridades espanholas, num negócio que mantém numa situação de colonização o último território de África por descolonizar, o Saara Ocidental.

O documentário estreou a 26 de novembro de 2020.

Mais informação: www.mundubat.org

Porto de El Aaiún no Saara Ocidental

os únicos bancos de pesca com polvo de toda essa região atlântica estão precisamente em águas saarauís. «Cada vez que compramos polvo é altamente provável que provenha de águas territoriais do Saara; uma atividade extrativa que não gerou nenhum benefício para a população saarauí, como pretende justificar Marrocos, já que em todas estas empresas só se contratam colonos marroquinos, por não quererem “testemunhas” que possam ter informação em primeira mão». Como nos diz Abdulah, não só devemos denunciar esta enorme espoliação, como também todas as regulamentações de direitos laborais, sociais e económicos da juventude saarauí que estão a ser desrespeitadas.

«Outro dos grandes interesses no nosso território para as potências internacionais», continua Abdulah, «é a exploração dos fosfatos, cujo impacto ambiental é enorme». Uma vista por satélite permite-nos observar facilmente o corredor de transporte mais longo do mundo que, com 98 quilómetros de extensão, liga as minas de fosfato de Bu Craa à costa de El Aaiún e permite mover cerca de 2000 toneladas de material por hora. O fosfato é um mineral estratégico que faz funcionar uma boa parte da agricultura industrial mundial. Tal como o Observatório de Direitos Humanos e Empresas no Mediterrâneo e outras entidades denunciaram, empresas de fertilizantes inorgânicos como a Fertiberia são as que no fim mais beneficiam da exploração comercial deste escasso mineral, que já só se pode encontrar em minas nos Estados Unidos, na China e nestas terras saarauís.

> Os direitos humanos estão subordinados aos interesses económicos; isto é o que caracteriza a *Realpolitik*

A importância da pressão cidadã

Contudo, já não se trata só da pesca ou dos fosfatos, também a terra agrária está a gerar negócios com lucros chorudos para Marrocos, com empresas do próprio rei Mohamed VI à cabeça. O exemplo mais claro, explica-nos Abdulah, são os famosos tomates *cherry* que nos chegam via Marrocos e se distribuem por todos os supermercados, mas que se produzem em estufas ou em cultivos abertos à volta de Dajla, a segunda cidade mais importante do Saara Ocidental, vulnerabilizando a soberania alimentar da população local. Ou seja, poderíamos falar de um claro açambarcamento de terras, apesar de neste caso não se ter executado de forma subtil com supostas compras ou usufruto, como fazem os fundos de investimento ou as multinacionais, e sim pela via da violência direta e invisível.

«Se reconhecemos que a nossa terra está ocupada, é muito fácil perceber que Marrocos tente oferecer qualquer tipo de propostas e facilidades para conseguir investimento estrangeiro que, por um lado, gere dividendos para o seu Estado e ao mesmo tempo garanta a sua presença e consolide de alguma forma a ocupação», continua Abdulah. Nesta dinâmica mercantilista, as cobiçadas energias renováveis (solar e eólica), esperança da salvação do crescimento capitalista, também se oferecem como um investimento rentável no Saara Ocidental. «A Frente Polisário tenta denunciar, investigar, recorrer de todas estas práticas, mas não é fácil e muitas empresas aproveitam-se da situação. Os direitos humanos estão subordinados aos interesses económicos; isto é o que caracteriza a *Realpolitik*». E assim, numa frase, Abdulah sintetiza este grande conflito.

Há 29 anos que o povo saarauí está à espera do referendo de cessar-fogo acordado, por isso Abdulah justifica que «para as gerações que já nasceram durante a ocupação, que têm agora 20 anos ou mais, não é suficiente a via pacífica na qual os seus dirigentes apostaram; começam a perder a paciência, é normal, não querem viver mais em acampamentos de refugiados sob a ocupação, é preciso fazer alguma coisa, dizem, e foram eles que se deslocaram até à zona de passagem de Guerguerat para a fechar e a quem o fogo marroquino reprimiu». O que desencadeou a guerra atual é o fracasso da comunidade internacional. As Nações Unidas e a sua paralisia converteram-se na melhor garantia desta situação de injustiça.

Graças à pressão cidadã em toda a Europa, assim como no Estado espanhol, conseguiu-se paralisar investimentos. «Temos o apoio de muitas organizações e fizeram-se campanhas como “Comprar roubado é roubar”[2] para sinalizar o Mercadona, mas o que fará a comunidade internacional?», pergunta Abdulah, «Impôr a ilegalidade ou estar do lado da legalidade? Muitos países estão presos entre o que devem fazer por dignidade e o que não devem fazer para continuar a desfrutar dos nossos bens naturais. Nós demonstrámos pacientemente que queremos a via pacífica como solução, somos um povo que ama a paz, mas essa mesma determinação também a temos para alcançar o objetivo de liberdade para o nosso povo, e continuaremos com essa luta.»

NOTAS

1 O relatório *Los tentáculos de la ocupación* está disponível em https://tinyurl.com/tentaculosdelaocupacion

2 Um vídeo da ação direta nos supermercados Mercadona pode ser visualizado em https://wsrw.org/es/archive/1534

Comemos polvo do Saara

Aque empresas europeias vendem as empresas marroquinas o peixe pescado nas águas do Saara? Através de que outras companhias, lojas, restaurantes ou grandes superfícies chegam estes produtos à mesa do consumidor final? Neste processo participam diferentes atores, desde empresas de transporte até certificadoras de qualidade do produto, passando por associações e lobbies que defendem os interesses da indústria. Segundo a ICEX [entidade pública empresarial dedicada à promoção das exportações e investimentos espanhóis], a indústria transformadora de produtos do mar tem diferentes formas de adquirir o peixe, quer seja através dos grandes operadores e das empresas conserveiras com frota pesqueira própria, quer seja através de intermediários, ou pela compra direta da matéria-prima nas lotas.

No âmbito espanhol, existe uma extensa rede de empresas que importam matéria-prima do Saara Ocidental para a sua comercialização e posterior distribuição. Estas empresas localizam-se maioritariamente na Galiza como Salgado Congelados SL, *Discefa*, ou *Canosa*, mas também encontramos marcas como *Viveros Merimar*, localizada em Palencia, ou *Angulas Aguinaga*, com sede no País Basco.

As quantidades de polvo de Dajla que se vendem por ano são muito significativas, como mostram alguns dados de 2018: 1000 toneladas pela distribuidora *Rosa de los Vientos* (que comercializa sob a marca *O Pulpeiro*), 2000 toneladas no caso de *Profand* e 9200 toneladas pela *Discefa* (com marcas como *El Rey del Pulpo*, *Fribó*, *Pindusa* e *Algarvío*). Estas empresas abastecem por sua vez grossistas (como Makro), grandes superfícies (como El Corte Inglés), supermercados (Carrefour, Mercadona…), hotéis, restaurantes e escolas. A quota de mercado das marcas brancas dos grandes supermercados é cada vez maior, mas a sua falta de transparência torna extremamente difícil o conhecimento e o acesso à informação pela cidadania.

Também em Portugal – um dos oito países para onde Marrocos exporta mais peixe (em termos de valor monetário) – se come polvo do Saara Ocidental. Várias das empresas identificadas no relatório operam em território português (*Salgado*, *Discefa*, *Merimar*, *Canosa*), fornecendo gigantes como a Sonae, a Makro e a Sogenave, bastando ir à secção de congelados dessas superfícies para encontrar algumas das marcas sob as quais as empresas comercializam os cefalópodes saarauís (*Algarvío, MareasVivas, Salgado*).

Informação extraída do relatório Los tentáculos de la ocupación.

Cultivar à Margem
Hortografias

Paradela (Miranda do Douro), 2016

ROSEIRAS BRAVAS
ROSEIRABRAVA@DISROOT.ORG

O que é uma couve? Uma rosa verde... então porquê não amar as couves?

Alberto Moravia

De caminhos entrelaçados, interessados em agricultura(s) surgiu um pequeno coletivo, as Roseiras Bravas. Em conjunto e em diálogo, descobrimos que… é simples, gostamos de hortas! Partilhamos curiosidade e afeto por esses pedaços de terra cultivados, mais ou menos óbvios, mais ou menos inusitados, testemunhas silenciosas do engenho da terra mas também de outras engenhocas. Fruto dessa curiosidade e afeto, temos imagens de hortas, captadas nos locais onde vivemos e/ou passamos, no presente e no passado. Espalhadas pelas mais variadas paisagens e geografias do país, somamos dezenas de fotos - em formato voo de pássaro, apanhadas com telemóvel, ou com uma intenção focada e boa resolução!

Registramos as hortas porque estes pedaços intemporais e marginais de agricultura(s) são, para nós, espaços e lógicas de r-existência e de persistência. E, também, porque é divertido sair à rua e reparar em tanta couve e agricultura «selvagem», em policulturas e «agroflorestas» com fartura. Sem logos nem inaugurações, as hortas crescem e sobrevivem, mostrando-nos as agroecologias e as campesinidades que (ainda) temos dentro de nós.

As suas autoras e autores gostam e preferem muitas vezes o anonimato da obra. Se, no campo, as hortas proliferam de acordo com o bom senso de quem as faz, na cidade, houve a ideia de as regulamentar, não fossem as maganas prevaricar. Mas, das nossas deambulações, torna-se óbvio que as hortas se estendem além do permitido, alheias à sombra de regulamentos e restrições. Consoante a necessidade e a oportunidade, ali vai! Planta-se nem que seja uma couve galega (a rainha da horta!), põem-se três ou quatro tabuinhas em redor e ei-lo: território conquistado à especulação e ao grande capital, reclamando o direito à cidade, o direito à terra, a cultivá-la com amor e a dela tirar sustento.

E nas hortas que, menos atrevidas, se situam obedientemente nos chamados parques hortícolas das cidades encontramos também exemplos vivos de irreverência e imaginação das pessoas que muitas vezes não vemos.

Todas estas hortas espelham uma agricultura, uma economia e uma ecologia reais, feitas por pessoas, e despertam em nós sonhos de laços, liberdade e autonomia. Esta fotorreportagem é uma tentativa singela de o reconhecer. Bem haja a todas e todos que se alimentam e que alimentam a sua comunidade e nos povoam a paisagem deste arrumo, engenho e caos colorido!

Benfica (Lisboa), 2020

Ode às Couves

"Falemos de couves,
a mais alta criação das
nossas hortas".
As mães couves.
As couves são o princípio
e o fim
(e não se distinguem do meio).
O crac crac da folha a partir
o verso e o reverso da
folha galega
a brancura na nervura fina
e o "verde mais verde que existe"
(que se trinca)
as couves-árvore talos
crassos, bordões para os
caminhos ásperos
a couve entalada, a couve
fumegante, a couve fresca
e palpitante
migada ou, soberana, deitada
sobre um par de batatas.
As cabeças de couve
redondas, fractais,
maravilhosas obras da
geometria natural.
Na sua grande família
cabem as insuspeitadas couves
nabo, rábano, rabanete,
a couve mostarda para te
chegar à penca (um cheiro
de resistência)
tudo isso são couves, é gente!
E não há discórdia entre as
couves,
de oriente até
à escarpa atlântica
do olho atento ao
coração fermentado.
Perfiladas contra os muros,
ou em mosaicos, bordaduras,
incontáveis,
esperam, pacientes e sem medo,
a nossa rendição absoluta.

Olivais (Lisboa), 2020

Romeira (Almada), 2015

Cova da Piedade (Almada), 2018

Bemposta (Ponte da Barca), 2020

Feital (Guarda), 2018

Areosa (Viana do Castelo), 2020

O Lugar da Horta

É nas veigas, nos socalcos ou entre leiras.

É nas margens, no asfalto ou em apeadeiros.

É um lugar de raízes e sementeiras.

De onde brota biodiversidade cultivada.

*

É lugar de colheita, malha e desfolhada.

É onde se come, e se bebe. É uma festa.

Lugar de produção e reprodução.

É toda uma esfera de cuidado.

*

É lugar estrumado, em fecho de ciclos.

Regado pelas águas da levada.

É lugar de saberes, memória e oralidade. É popular.

O lugar da horta é o lugar do real. Lugar que resiste.

Viagem dos e das zapatistas à Europa

Este encontro terá efeitos na nossa aprendizagem da solidariedade, da escuta e da permuta

GEORGES LAPIERRE
ENTREVISTADO POR **JÚLIO HENRIQUES**

Georges Lapierre é um activista e escritor francês, autor de obras marcantes sobre o moderno movimento zapatista ou por ele inspiradas, a mais recente das quais *Être Ouragans – Écrits de la Dissidence* (l'Insomniaque, Montreuil, 2015). O seu livro *Le Mythe de la Raison* (O Mito da Razão) vai ser publicado em breve por Livros Flauta de Luz

Sabendo como estás implicado na história do moderno movimento zapatista, poderás dizer-nos como surgiu a ideia deste périplo internacional que vai começar pela Europa? E podes falar-nos dos preparativos, no México e na Europa, dadas as incertezas com que a actual pandemia ameaça as acções que pressupõem relações directas, de viva voz?

Não estou por dentro das confidências dos zapatistas, ignoro como terá surgido a ideia deste périplo pela Europa e pelo mundo, e o que podem esperar disso os zapatistas. Será uma maneira de se confirmar o carácter internacional do projecto social de que são portadores? Pensam eles encontrar, na proximidade com outras realidades, na Europa e nos outros continentes, temas comuns e novos assuntos de reflexão que lhes permitam aprofundar e alargar o seu ponto de vista? Esperam eles despertar no plano internacional uma atenção que favoreça a sua luta e a sua resistência face à actual ofensiva do Estado mexicano contra as posições que ocupam na região? Foi isso que [o jornalista e escritor libertário] Raúl Zibechi apontou num artigo publicado no diário *La Jornada* de 29 de Janeiro: «Perante o genocídio silencioso dos povos», ele vê nesta viagem às avessas «um esforço considerável das comunidades para romperem o círculo da morte».

Pensas que esta viagem «em sentido inverso», mais de 500 anos depois da pretensa «descoberta» das Américas, pode ser uma contribuição valorosa, uma estimulação salutar, para a revisão crítica, em curso um pouco por toda a parte, daquilo a que o discurso dominante continua a chamar Civilização?

Somos levados a pôr-nos muitas questões acerca desta iniciativa, tendo em consideração que nesta inversão da viagem de Cristóvão Colombo o objectivo não consiste em conquistar novas terras num novo mundo, com espírito mercantil e de dominação, mas em encarar a invenção e a edificação de um mundo novo.

Como nós, os zapatistas tiveram de se interrogar a respeito da pandemia, mas parecem ter ultrapassado isso, a si mesmos dizendo que tais interrogações não são de sua competência.

> «No México, fui particularmente sensível (...) a este radicalismo que leva os mexicanos a captar mais rapidamente, e com maior clareza, as consequências no plano social das medidas tomadas pelo Estado».

Penso que este encontro irá ter efeitos, sem dúvida, no respeitante à nossa própria atitude, e que ele incitará a iniciativas em vários planos, entre os quais o de uma crítica prática aos projectos de apoderamento de regiões ou territórios com objectivos estranhos aos seus habitantes; e terá também efeitos na reflexão crítica. Mas é sem dúvida num outro plano que este encontro irá exercer um efeito, pelo menos assim o podemos esperar: no da nossa própria aprendizagem da solidariedade, da escuta e da permuta. Em certa medida, esta proposta dos zapatistas representa para os europeus um desafio: organizarem um acontecimento ultrapassando as clivagens e as oposições de carácter e de ideologia que nos são próprias.

Que podemos nós esperar na Europa desta visita extraordinária de uma delegação tão importante das comunidades zapatistas, sempre em luta mais de 25 anos depois da insurreição?

Trarão com eles o seu radicalismo, ou seja, um regresso às fontes da recusa que nos opõe a este mundo, trarão uma visão da situação menos baralhada, mais simples mas também mais obstinada, confrontando com o mundo do mercado, dominado pelo dinheiro, pelo lucro pessoal e pela avidez do ganho as exigências do humano, ligadas a uma vida social de vizinhança. No México, fui particularmente sensível a este aspecto, a este radicalismo que leva os mexicanos a captar mais rapidamente, e com maior clareza, as consequências no plano social das medidas tomadas pelo Estado. Penso que este avanço teórico se deve em parte à existência, ou à sobrevivência, no seio da sociedade mexicana, de uma vida social outra, baseada na vida comunitária, que se opõe ao mercado e à predominância do dinheiro.

Já que se trata agora, neste périplo, do que poderíamos chamar «um barco de Chiapas», podes falar-nos da aventura que foi, nos anos 90, a iniciativa chamada «Um barco para o Chiapas»?

A ideia surgiu-nos em 1995 e propusemo-la numa reunião em Berlim destinada a preparar o encontro intergaláctico de 1996[1]. Um pouco à maneira dos Argonautas do Pacífico, a ideia era irmos ao encontro dos zapatistas com testemunhos das lutas na Europa e com diversas manifestações de apoio e de simpatia. A preparação dessa viagem foi em si mesma uma oportunidade para encontros: precisávamos de um barco, de um comandante, dos testemunhos das lutas e de toda uma logística. Finalmente, o barco, um veleiro de doze metros, zarpou de Marselha com cinco membros de equipagem (entre os quais Eugène Riguidel, o comandante) no dia 17 de Abril de 1997 e chegou à costa mexicana do oceano Pacífico em 17 de Julho. Em finais de Julho encontrámos os zapatistas no Aguascalientes Francisco Gómez, em La Garrucha, em Chiapas [município rebelde autónomo zapatista]. Essa viagem deu-nos a oportunidade de abordar a realidade mexicana e, sobretudo, de encontrar diferentes formas de resistência e de luta no interior deste país, principalmente a partir das formas de luta dos povos índios. Foram então estabelecidos muitos contactos, que se prologaram até hoje.

1 Esse encontro, formalmente chamado Fórum em Defesa da Humanidade e Contra o Neoliberalismo, congregou na selva Lacandona de Chiapas cerca de seis mil activistas de cinco continentes, que ali fomentaram uma «chuva de ideias» sobre a crescente ameaça ao Planeta Terra criada pela globalização corporativa empresarial – a Organização Mundial do Comércio tinha sido fundada no ano anterior. Considera-se em geral que esse fórum esteve na origem das posteriores manifestações históricas contra a OMC em Seattle (em 1999), de que resultou o movimento contra a globalização capitalista.

Não se pode cantar a liberdade de mãos atadas

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A Casa da Achada - Centro Mário Dionísio (CA-CMD) nasceu da vontade de tornar público o espólio literário e artístico de Mário Dionísio, o seu arquivo pessoal e o seu pensamento, alicerçada na ideia de que «a arte e a cultura não devem ser feitas por elites e para elites, nem sequer de elites para o «povo», mas antes de pessoas para pessoas». Isso reflecte-se na gratuitidade de todos os seus eventos. Que têm sido muitos e com uma constância e uma insistência (resistência) tais que fazem da Casa da Achada uma das âncoras dum certo viver fora do capitalismo na cidade de Lisboa. Para além dos inúmeros debates, palestras, leituras, oficinas, projecções de filmes, peças de teatro, lançamentos, concertos, exposições, edições, etc., a CA-CMD mantém uma biblioteca pública com serviço de empréstimos, fornece pontos de acesso a computadores e *internet* e acolhe, para além do Coro da Achada, um Grupo de Teatro Comunitário.

Nascido para a inauguração da Casa da Achada - Centro Mário Dionísio, há mais de 11 anos, o Coro da Achada continuou até hoje o seu caminho de recolha, invenção, reinvenção e partilha de «canções de luta e de liberdade». Rara é a mobilização em que não empresta a sua voz e muitas são as vezes em que, por mote próprio, se lança na aventura de assinalar uma efeméride revolucionária ou alertar para um problema actual e premente. Ao contrário dos coros mais tradicionais, o Coro da Achada, no seu combate consciente contra a especialização, não exige que se saiba cantar, baralha as vozes e os naipes e tem sempre as portas abertas para quem se queira juntar. Com isto, garante, não apenas a heterogeneidade de influências e aportações, como um internacionalismo saudável e militante.

A propósito da campanha de *crowdfunding* para uma Kantata do Tecto Incerto («criação colectiva dum espectáculo, um coro de vozes: quando as cidades se transformam em tabuleiros de Monopólio, o que têm a dizer os habitantes que resistem?»), que recentemente terminou com sucesso, o Jornal MAPA entrevistou Pedro Rodrigues, membro da Casa e do Coro da Achada.

> Claro que temos de tocar nos interesses dos proprietários, dos fundos imobiliários e dos poderes que os defendem.

Partindo dos problemas da habitação, que a Casa da Achada testemunha de perto, que podemos esperar de kantata do tecto incerto? O Coro da Achada tem um papel importante neste projecto?

A ideia de fazer um projecto artístico comunitário com o tema da habitação surgiu há mais de dois anos atrás. A experiência anterior da «Kantata de Algibeira», em 2013, em que o assunto era o dinheiro, foi determinante. Estava incluída num projecto maior de trabalho cultural com a comunidade. Por um lado, pode esperar-se algo de semelhante: dezenas de pessoas sem experiência de palco põem mãos à obra, envolvendo-se na construção de um espectáculo que será apresentado em teatros públicos ou mesmo na rua. E, desta vez, queríamos que os participantes, para além de serem criadores, cantores, actores, também tomassem a palavra. Que dissessem o que sofrem na pele e o que pensam que teria de mudar nas cidades, na economia, nas leis, na política, na nossa vida, para vivermos sem esta espada sobre a cabeça, sem esta dificuldade de pagar uma renda, sob o risco permanente de despejo. Por isso propomos que a criação seja precedida de uma série de conversas, encontros e assembleias onde a ideia é «levantar vozes». No sentido de recolher testemunhos, de dar a palavra a muita gente, mas também no sentido de que essas vozes sejam ouvidas e afrontem os poderes instalados – que se levantem, se insurjam contra o incumprimento de um direito essencial – ter um tecto para viver.

Como chegaram à escolha de Regina Guimarães para a criação do texto dessa obra polifónica?

A Regina Guimarães, embora viva no Porto, faz parte da Casa da Achada e fez mil coisas connosco. Já tinha sido ela a escrever o texto base da «Kantata de Algibeira». Creio até que foi ela que propôs

que fizéssemos outra coisa do mesmo tipo com o tema da habitação e do direito à cidade. Mas há outras pessoas também muito importantes no projecto, sobretudo o Luiz Rosas, para puxar as pessoas a «dizerem de sua justiça», e a Margarida Guia, uma pessoa especial que encenará e dará forma a isto tudo. Mas também o F. Pedro Oliveira a ajudar na encenação e o compositor João Caldas na música, por exemplo.

Que véu já nos podem descerrar sobre o texto, ou quais são desde já as inquietações, reflexões e propostas do grupo de pessoas que a interpretarão em cena?

O texto ainda não existe, porque será criado a partir das tais vozes levantadas. Grande parte do texto só surgirá do próprio processo, provavelmente. Mas é evidente que queremos questionar as maneiras habituais de pensar e falar sobre o assunto. Muitas das pessoas despejadas acham que a culpa é sua porque não conseguiram pagar a renda, e só quando lutam colectivamente é que percebem que há muita gente com os mesmos problemas e que as razões do seu despejo são injustiças profundas. Claro que temos de tocar nos interesses dos proprietários, dos fundos imobiliários e dos poderes que os defendem. Os problemas da habitação não são só, como vemos muitas vezes na televisão ou nos jornais económicos, os das «flutuações dos mercados».

Qual é a «vizinhança» e o sentido comunitário que o Coro e a Casa da Achada pretendem promover?

> Os pontos de partida para a comunidade interventiva que imaginamos são a igualdade e a diversidade. Mas também a ideia de que as coisas podem mudar.

A Casa da Achada situa-se no bairro de São Cristóvão, na Mouraria, ali no centro de Lisboa. É uma zona onde há vários prédios inteiros esvaziados, sem ninguém, ao sabor da especulação imobiliária. Mas ainda há vizinhos. Ainda há gente que ali vive. E, noutros bairros de Lisboa, há problemas parecidos, esvaziamento, gentrificação, despejos. Queremos juntar gente que está ali perto e os que estão mais longe. Os pontos de partida para a comunidade interventiva que imaginamos são a igualdade e a diversidade. Mas também a ideia de que as coisas podem mudar. O conformismo e o «sempre foi assim» não nos ajudam.

Com mais de uma década já vivida em «canções de luta e de liberdade», como descreveriam o percurso do Coro da Achada: o que vos surpreendeu e o que ficou por alcançar?

Queria esclarecer que o coro da Achada não é o motor da Kantata do Tecto Incerto, embora tenha a certeza que muita gente do coro participará no projecto. É difícil de responder. Tanta canção que descobrimos neste coro, tantas desafinações, tanta gente que ali conhecemos ou que encontrámos pelo caminho a cantar aqui e acolá, tantos cantos na rua, em teatros, no país, no mundo, tanta gente que trouxe vozes, ideias, experiências e música consigo... Tantas pessoas. Era preciso perguntar a cada uma. Mas, às vezes, penso, quando cantamos uma canção do José Mário Branco que diz «Há-de vir o dia em que o liro-ló será igual ao liro-liro», que o mundo continua de pernas para o ar e está tudo por fazer...

Qual é o denominador comum e qual é a diversidade das vozes do Coro da Achada?

Acho que o denominador comum são mesmo as canções. E atrás delas – e à frente – estão as lutas sociais e políticas que nos inspiraram ou inspiram e que lhes deram origem ou às quais associamos essas canções. E, ao mesmo tempo, é essa diversidade política, social, económica, cultural, etária. Mas o denominador comum também passa pela forma de fazer, de cantar e de ensaiar, que não é separável do que as canções significam. Não se pode cantar a liberdade de mãos atadas. Não se pode cantar a igualdade com chefes a dizer como é.

Quem mais acham que acompanha hoje, no cenário musical, o Coro da Achada nesse caminho das «Vozes na Luta», para recuperar a expressão do Grupo de Acção Cultural (gac)?

Não sei. Gostaria de pensar que são muitos grupos e colectivos que não conheço e que fazem coisas com a mesma atitude crítica, autónoma, interventiva, solidária. Conhecemos alguns coros do mesmo tipo em Espanha, França, Itália e noutras partes do mundo. Mas acho que estamos ao lado de todos os que, de alguma forma, nem que seja num pequeno aspecto, questionam os meios (e as técnicas) que usam e não se conformam aos fins mercantis nem se limitam a «olear a máquina» do sistema capitalista.

Que sentido e possibilidades coletivas, das que ecoam nas vossas vozes, vêem possível ser hoje realizadas?

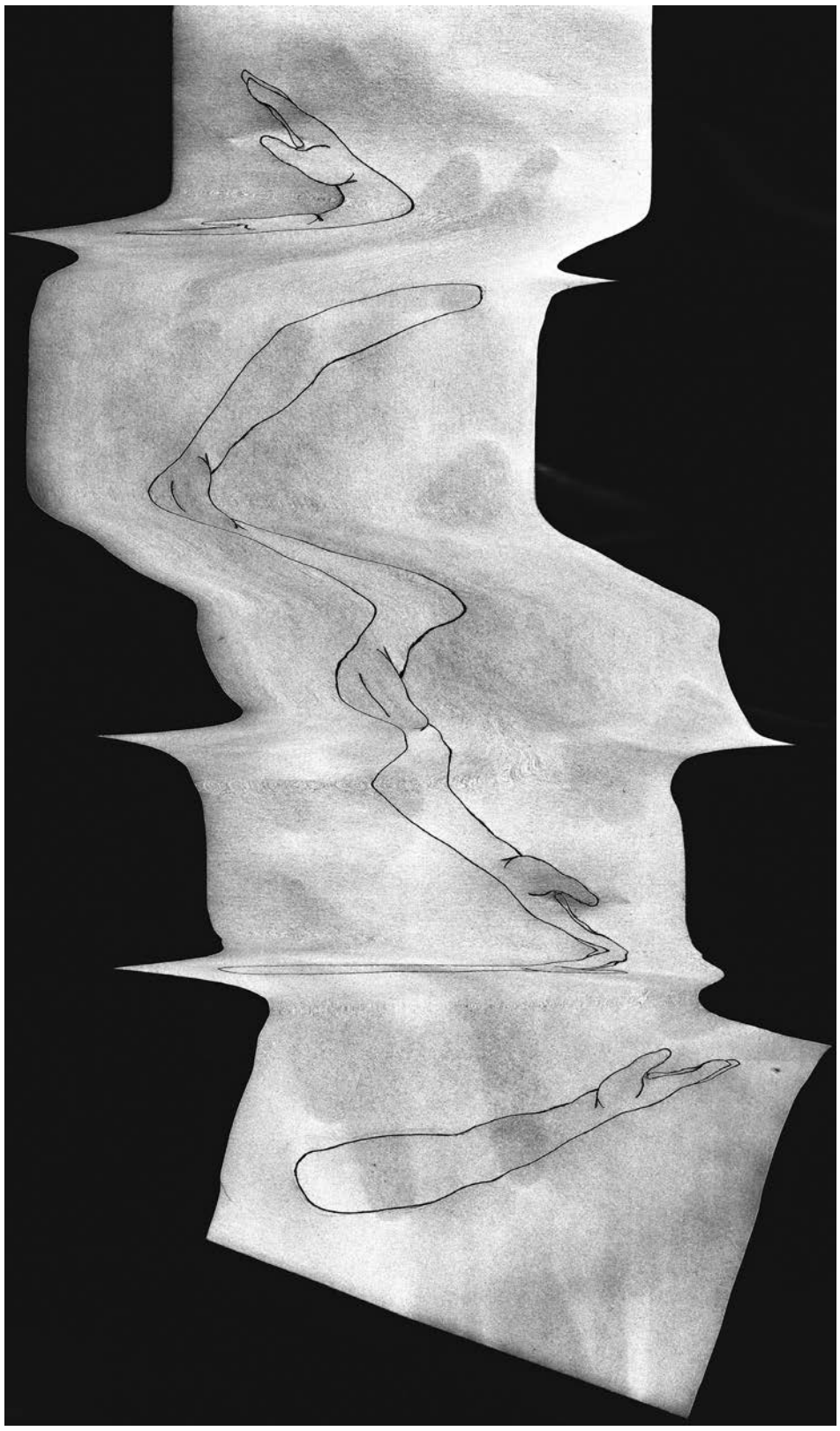
Isso era preciso perguntar a cada pessoa, ia haver respostas giras de certeza. A mim dá-me muita força estar num ensaio do coro com dezenas de pessoas a cantar, sem uniformismos mas com uma cumplicidade feita da maior diversidade, da rugosidade de cada voz presente, de uma canção vivida e criada ali. Às vezes mostra-me que são possíveis coisas que não achávamos possíveis ou não sabíamos que existiam.

Como vive o Coro estes tempos de distanciamentos físicos e confinamentos? E a Casa da Achada?

> Não se pode cantar a liberdade de mãos atadas. Não se pode cantar a igualdade com chefes a dizer como é.

Em Março e Abril de 2020 fizemos uns encontros em videoconferência, teve momentos divertidos, mas cantar em conjunto ali é difícil. Fizemos canções e 3 vídeos à distância, com cada um a gravar em casa, e montados, para não deixar passar o 25 de Abril sem um grito de liberdade. Conseguimos ensaiar durante meses ao ar livre, entre Maio e Dezembro, ali no Largo da Achada. E agora, em Janeiro, parámos de novo. Mas estamos sempre a fazer coisas e a lembrar uns aos outros que a música é parte da emancipação. Propomos canções, imaginamos discos e espectáculos futuros. Até há quem lance jogos de adivinhas de canções por *mail*!... A Casa da Achada tem conseguido não parar. Adiaram-se muitas sessões públicas, conversas e projecções de filmes, mas preparam-se novas edições e actividades. E começámos agora a fazer um programa de rádio com muito entusiasmo. Vamos lá ver o que vai dar, pode trazer grandes surpresas. E, claro, vamos ver como arrancamos com a Kantata. Não vai ser fácil, mas há ali muita gente que gosta de tornar possível o impossível.

(Pós)fascismo, trabalho e precariedade
Parte 2



ZNM
ILUSTRAÇÃO **CATARINA SANTOS**

Na primeira parte deste artigo começou-se por analisar a composição socioprofissional do potencial eleitorado do Chega e em que medida é que esta traduz a existência de um elemento comum entre os velhos fascismos e os novos pós-fascismos. Antes de avançar, contudo, é importante justificar o recurso a esta última categoria na análise de formações partidárias como a liderada por André Ventura (AV).

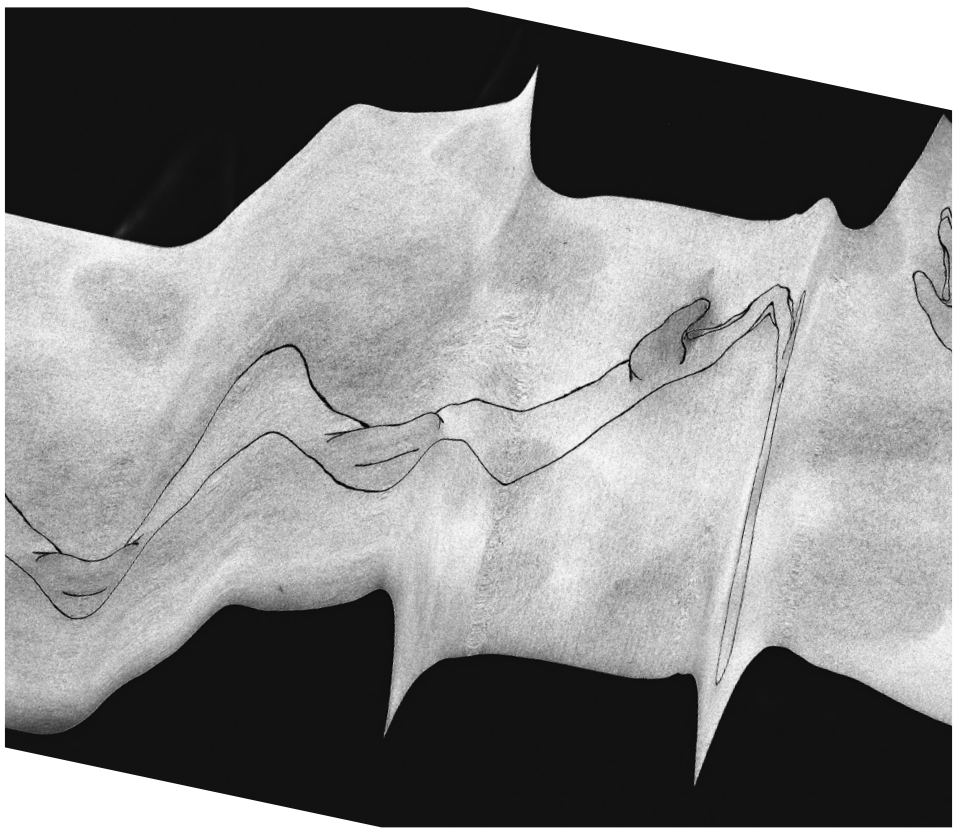
Clarificando conceitos.

Em termos rigorosos, defini-la como fascista implicaria secundarizar importantes traços tanto da ideologia, como da experiência histórica. Dado o tema deste artigo, é de salientar, entre outras diferenças, a do seu programa económico, baseado na doutrina do corporativismo. Teoricamente, esta surge como uma alternativa ao socialismo e ao liberalismo, tendo como principal objetivo organizar a economia a partir da cooperação das suas «forças vivas», capital e trabalho, representadas pelas devidas associações patronais e sindicais. O objetivo era evitar tanto as experiências políticas a leste, na Rússia, em 1917; como as experiências económico-financeiras a oeste, nos Estados Unidos da América, a 1929. O papel do Estado limitar-se-ia assim, supostamente, ao exercício de um papel de arbitragem. Em termos práticos, porém, a perpetuação do princípio de propriedade privada dos meios de produção, articulada com a supressão do princípio de luta de classes e consequente proibição quer de sindicatos livres, quer de greves, conduziu a um enorme desequilíbrio na relação entre estas «forças vivas».

Embora os atuais partidos pós-fascistas mantenham alguns destes elementos, como a aversão à luta de classes ou a afirmação de um poder arbitral, o modelo económico é bastante distinto. As políticas económicas dos fascismos não são estranhas ao paradigma keynesiano-fordista então dominante, intervindo diretamente na economia através da propriedade de empresas públicas, da regulação da concorrência e do comércio externo ou da proteção de alguns setores tidos como determinantes para uma soberania nacional.

O pós-fascismo, pelo contrário, não só não se opõe, como reproduz os preceitos essenciais do liberalismo económico. Neste sentido, parece estar mais próximo, ideologicamente, do modelo preconizado pelas ditaduras sul-americanas da segunda metade do século XX (Chile, por exemplo) do que propriamente nos corporativismos fascistas da Europa. O papel arbitral reivindicado não se exerce com o objetivo de impor uma orientação ao mercado, mas sim de assegurar a sua livre operacionalidade. O programa do Chega é clarividente no que respeita a este fim: o papel do Estado na economia é colocado no final, num capítulo dedicado às suas funções subsidiárias e/ou supletivas. Conforme se pode ler: «Ao Estado compete uma função arbitral e não a de concorrente com empresas privadas. Não cabe, pois, ao Estado ser o "dono" na Economia, como o entendem os comunistas; nem motor da Economia, como o entendem os socialistas; ou mesmo dinamizador da Economia, como o entendem os sociais-democratas e democratas – cristãos. Ao Estado não compete a produção ou distribuição de bens e serviços, sejam esses serviços de Educação ou de Saúde, ou sejam os bens vias de comunicação ou meios de transporte. Ao Estado compete, como o entendem os conservadores liberais que somos, funcionar como entidade arbitral, reguladora e, no limite, supletiva não interferindo na produção e oferta de bens ou serviços limitando-se, por intermédio de entidades para o efeito constituídas, a regular e arbitrar no âmbito dos vários mercados, de forma a que se não constituam monopólios ou oligopólios»[1].

Não por acaso, este mesmo documento começa por afirmar a importância das reflexões presentes nas obras de Edmund Burke, Ludwig von Mises ou Friederich Von Hayek, não se encontrando qualquer referência a Mussolini ou Salazar.



O "subsidiodependente" – figura cuja criação tende a ser reforçada por preconceitos racistas – poderão arregimentar alguma simpatia em vários setores sociais, independentemente da classe

A menção de teóricos liberais poderá, à primeira vista, causar alguma sensação de estranheza. Contudo, atendendo à secundarização da liberdade política em relação a uma liberdade individual, pois «um povo livre não é necessariamente um povo de homens livres»[2], estas afinidades não devem constituir uma surpresa (nem, por conseguinte, a eventual coligação deste partido com outras formações pertencentes ao mesmo campo político-partidário).

Embora o conceito de pós-fascismo traduza, *per si*, uma certa indefinição, acaba por ser o mais coerente na análise de um partido do qual ainda pouco se sabe, dado a sua novidade. Se, por um lado, é possível identificar elementos em comum com os velhos fascismos – o nacionalismo, a xenofobia, o ataque racista a minorias étnicas, a defesa da superioridade dos valores cristãos, o reforço da autoridade em detrimento de direitos, liberdades e garantias – por outro, nas palavras de Enzo Traverso, «o pós-fascismo pertence a um regime particular de historicidade – o início do século XXI – que explica o seu errático, instável, e por vezes contraditório conteúdo ideológico, no qual filosofias políticas antinómicas se misturam»[3].

Vão trabalhar!: Neoliberalismo, precariedade e obreirismo

Ao longo da campanha para as eleições presidenciais realizada por AV, o candidato apoiado pelo Chega viu-se confrontado por diversas concentrações e manifestações antifascistas. Muitas vezes, a sua resposta resumiu-se a algo como «Vão trabalhar!». Embora o trabalho esteja longe de corresponder a um tema particularmente abordado tanto pelo dirigente, como pelo partido, o mesmo não deixa de constar no seu programa. A sua conceção é bastante coerente com as réplicas de AV às injúrias de que foi objeto. O capítulo dedicado às questões de emprego, começa precisamente por ditar que o «Estado não deve ter a preocupação de criar empregos, a não ser para os seus serviços, mas apenas implementar as condições necessárias para que estes sejam criados pelos agentes da sociedade». Tal implica, entre outras medidas, a «alteração da legislação laboral no sentido da flexibilização dos fluxos de entrada e saída da situação de empregado» e «dos salários pela aplicação da máxima "salários diferentes para trabalho diferente"», bem como a aprovação de legislação com vista a «equiparar os trabalhadores do sector público ao sector privado»4. Relativamente aos sindicatos, advoga-se o «fim dos vários privilégios dos sindicatos e nomeadamente o de poderem requisitar filiados ao seu trabalho profissional»5.

O modo inequívoco como estas medidas são apresentadas, por comparação a uma narrativa mais moderada à direita, e o relativo sucesso eleitoral de AV em regiões menos abastadas[6] poderá, à primeira vista, ser difícil de explicar. Em primeiro lugar, é importante frisar que esta questão não corresponde, propriamente, a um dado novo, uma vez que o voto de setores subalternos em partidos de direita em Portugal sempre constituiu uma realidade, motivada tanto por fatores económicos (a semi-proletarização e os efeitos da pequena propriedade, elemento estrutural da condição «proletaróide»[7]), como socioculturais (a religiosidade, por exemplo) ou políticos (caciquismo ou nepotismo). Em segundo lugar, e conforme mencionado, o lugar ocupado pelas temáticas do trabalho e do emprego na economia do discurso do Chega é bastante parco, encontrando-se esta preenchida por uma série de *soundbytes* passíveis de gerar mais *likes*, partilhas e cobertura mediática. Em terceiro lugar, a precariedade resulta não apenas de um processo de desregulação das leis do trabalho, mas de uma variedade de dispositivos. Para quem é trabalhador independente (falso ou verdadeiro) ou empresário em nome individual, as obrigações e deveres fiscais são tão ou mais centrais que o disposto no código laboral (o movimento *Gillets Jaunes* em França iniciou-se como resposta à implementação de uma taxa de carbono, responsável pelo aumento dos preços da gasolina[8]). Como tal, a defesa de um Estado mínimo e/ou a evocação dos direitos dos contribuintes aos frutos do seu trabalho e respetiva definição de um inimigo a abater, o «subsidiodependente» – figura cuja criação tende a ser reforçada por preconceitos racistas – poderão arregimentar alguma simpatia em vários setores sociais, independentemente da classe.

Finalmente, é curioso verificar que o programa do Chega em torno das questões de trabalho e do emprego em nenhum momento se faz munir de categorias como a de «empreendedor», recuperando um espírito «obreirista»[9]. Mais do que sintoma de uma falta de sofisticação e/ou de um certo conservadorismo, as posições em torno destas matérias – de resto, semelhantes à do Vox espanhol – reflete o quadro de relações de trabalho pós-2008. A partir de então o neoliberalismo entra numa fase «punitiva»[10], ilustrada pelos processos de austeridade como resposta a uma irresponsabilidade coletiva (o «viver acima das disponibilidades»). Se o discurso neoliberal em torno do trabalho reivindicava uma lógica expressiva, de profunda identificação e prazer na sua realização (ao ponto de se pôr de parte o próprio conceito), velhas ideias como dever e sacrifício, próprios da ética protestante, parecem retornar. O tipo de recuperação económica verificada, fruto do crescimento de setores como o da hotelaria ou das plataformas digitais, onde o trabalho tende a ser intensivo, mal pago e precário, não parece ser, de todo, incompatível com estes valores. Mais do que o PSD, é a própria dinâmica do capitalismo que contribui para uma normalização do Chega.

Ao mesmo tempo, porém, este «obreirismo» pós-fascista oferece-nos a oportunidade de refletir sobre o que é que poderá constituir uma política antifascista. Se é o próprio capitalismo a reforçar o Chega, então qualquer oposição radical (ou seja, que vise a sua raiz) ao mesmo deverá tomar como objeto as estruturas que o mobilizam. Um dos meios à disposição poderá passar não só pela solidariedade com os visados, mas pela própria reivindicação da figura do «subsidiodependente» e da rejeição do trabalho como princípio constituinte e mediador das relações socias, por via de medidas como a da diminuição do tempo de trabalho sem redução de salários, por exemplo. Se nos mandam trabalhar, a resposta só poderá ser algo como, evocando as palavras do poeta, «Vão vocês!»[11].

NOTAS

1 IV – Funções subsidiárias e/ou supletivas. 5. Economia. Programa partido Chega 2019 https://tinyurl.com/vnebe4xd.

2 Acrescenta Hayek, «A relação que se procura frequentemente entre esse consentimento da ordem política e a liberdade individual é uma das fontes da confusão atual sobre o seu significado. É claro que qualquer um "pode identificar a liberdade... com o processo de participação ativa no poder público e no processo legislativo público". Mas devemos esclarecer que quem fizer essa identificação está a falar de um estado que não aquele que nos importa». Friederich Hayek (2018). *A Constituição da Liberdade*. Lisboa, Edições 70, p. 38. Noutra obra, o mesmo autor defende que «A democracia é essencialmente um meio, um mecanismo utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. Como tal, não é de todo infalível ou garantida. Nem nos devemos esquecer de que tem havido muito mais liberdade cultural e espiritual em governos autocráticos do que em algumas democracias». Friederich Hayek (2013). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa, Edições 70, p. 100.

3 Enzo Traverso (2019), *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*. London, Verso, p. 7

4 IV – Funções subsidiárias e/ou supletivas. 6. Emprego. Programa partido Chega 2019

5 IV – Funções subsidiárias e/ou supletivas. 4. Trabalho. Idem

6 Para uma análise detalhada dos resultados das eleições presidenciais ver Pedro Varela (2021), *O fenómeno eleitoral da extrema-direita: algumas notas, análises e caracterizações*. https://semearofuturo.com/

7 Ver primeira parte deste artigo, publicada na edição anterior do jornal *Mapa*, N.º 29, Dezembro 2020-Fevereiro 2021.

8 Plateforme d'Enquêtes Militantes (2019)., «Back to the Future: The Yellow Vests Movement and the Riddle of Organization». https://tinyurl.com/ncwn82re

9 Álvaro Briales (2020). Crisis del empleo y derechización social: hacia una crítica antifascista del trabajo. In Fundación de los communes (org.), *Familia, raza y nación en tiempos de posfascismo*. Madrid, Traficante de Suenos.

10 William Davies (2016), The new neoliberalism. *New Left Review*, 101.

11 Referência a «Vamos ao Trabalho» da banda Peste & Sida (*É que é*, 1990).

Mil e uma diatribes e um sopro de vida

(neo)fascismos, democracia liberal, e o devir-esperança

(Parte I)*

A arte de fazer uma ruptura com a repetição não nos é ensinada no capitaloceno. É tanta a intimidade com a escuridão à nossa volta que um pouco de luz nos parece fatal. Nós preferimos pisar o risco, porque sem ar não há fogo. Isto que aqui se tece é um profundo hausto de ar que é começo e há-de alimentar desenlaces. Antes sonhar que repetir um falso futuro forjado pela mentira da civilização.

JÚLIO DO CARMO GOMES
VADIO.ENVIADEVIR@GMAIL.COM

Há todos os motivos para ser pessimista, mas é ainda mais necessário abrir os olhos durante a noite, mover-se sem descanso, procurar novamente os pirilampos.
Pasolini

Recontar as ruínas deste tempo – o cinismo da democracia liberal, o reaparecimento do (neo)fascismo, o colapso do capitaloceno e a agonia do antropoceno… – com ternura, singularidade e reinvenção é uma prática dilacerante. O pleno usufruto desses talentos ajusta-se melhor à reconstrução do mundo. Antes do esboço dessas visões (Parte III, *O devir-esperança*), relâmpagos que escapam ao breu e à própria romantização frouxa e niilista do catastrofismo, escavemos primeiro no «tempo» presente para trazer à superfície a arqueologia da sua derrocada, os cacos da sua infâmia, as raízes da sua ignomínia.

Neoliberalismo, totalitarismo das almas

Paradigma da subjectividade pós-moderna, o discurso do liberalismo prometia prosperidade para todos, a paz internacional com o fim da guerra fria e a democracia como imagem de marca. Interminável reclame a cores das últimas décadas do século XX, essa *neo-belle époque* enfeitiçou populações em todo o mundo. O liberalismo «é bom é bom é!», diziam os berrantes Chicago Boys, com a lição do «avô» Pinochet, e dizia o cinzentão «bebé» Cavaco, com a sua peculiar visão do progresso de transformar a elite portuguesa num clube de empreiteiros e de fazer de cada português um trolha...

Sucessivas crises económicas e sociais no início do novo milénio demonstraram que as políticas neoliberais conduziam à degradação das condições de vida, a duros processos de sobrevivência social e a um estado de aceitação da miséria que encaminhava direitos básicos e fundamentais para a coluna do deve e haver de um departamento burocrático, quando não para o caixote do lixo da história. A militarização da nova ordem mundial desde a Guerra do Golfo (1991) e, posteriormente, o advento do neo-imperialismo legitimado através da doutrina de choque no seguimento dos atentados de 11 de Setembro de 2001, converteram em fumo negro as promessas de paz. A paz prometida, grotesca e purulenta, era afinal um «dano colateral», tão pacífica que exigia «ataques preventivos». Quanto à crise dos regimes democráticos, sequestrados pela oligarquia económica e financeira, gerou um forte repúdio das populações em vários cantos do mundo. «Que se vayan todos!»; «Não nos representam!»; «Somos os 99%!»... lemas que percorriam o planeta de lés a lés com ecos anticapitalistas. Mas o «1%» não se foi e um imenso mar de impotência alastrou.

O capitalismo é, em primeiro lugar, uma potência subversiva de extrema eficácia: destroça toda a comunidade de interesses comuns e institui uma separação entre a classe regente (da riqueza) e a classe submetida, responsável por gerar riqueza, fractura que resulta num conflito. Uma ordem económica que, ao evoluir do mercantilismo para o colonialismo e o industrialismo, destruiu os antigos sistemas de vida e impôs a hegemonia de uma temporalidade absoluta. Essa quebra dos vínculos sociais pelo fetiche da mercadoria e do lucro gera processos de alienação da vida comum, promove uma hierarquização vertical dos poderes, conduz à iniquidade social e a uma hostilidade latente, sempre pronta a estalar em lutas abertas. Como se não bastasse, veio a desembocar no colapso do ecossistema planetário…

Ao longo do tempo, a classe regente nunca se desprendeu da sua forma reactiva de controlo – a repressão –, mas foi evoluindo para regimes de subjectivação cada vez mais subtis e multi-diversos para elidir e iludir a conflitualidade sócio-económica. À medida que as promessas materiais da *belle-époque* do «comunismo do capital» (Virno) foram perdendo o seu encanto no mundo Ocidental, o poder dominante foi implementando novas estratégias de sedução no modo de produção, consentâneas com a fase do capitalismo cognitivo. Empreendido pela vanguarda empresarial neoliberal, o laboratório de experiências pós-fordista reivindica uma espécie de *mindfulness* dos desejos e afectos dos assalariados, prática que instiga a processos de rendição destes últimos e à indissociação entre explorado e explorador. A iniciativa capitalista orquestra a seu favor as condições materiais e culturais que o materialismo dialéctico se propunha assegurar: a abolição do escândalo intolerável que é a persistência do trabalho assalariado. Chantagem agora elidida pela auto-exploração, pela superação da alienação através do consentimento integral da subjectivação *mindfulness*, pela diluição da conflitualidade por um eficaz hiper-aparato de estímulos à participação voluntária e à distração individual, sempre compensados pela farmacologia, e, estado de nirvana do altar *flat hierarchies* do pós-capitalismo, pela valorização de tudo o que torna irrepetível a vida dos indivíduos, êxtase da narcisotopia.

Desde o banquete de Platão que a alegoria do desejo é a mesa comunitária aonde o poder oferece o banquete que iguala as classes. O desejo é ágape. Fenomenologia potente, este «totalitarismo das almas» (Lordon) traz-nos à memória uma lúcida analogia do surrealista Georges Henein quando advertia que

Käthe Kollwitz

«da mesma maneira que os olhos se habituam à obscuridade, o espírito habitua-se à ignorância, a razão habitua-se ao progresso do fetichismo e o homem livre habitua-se às sujeições que os seus amos forjam sob o cómico termo de disciplina consensuada». Ironia da história, a condição de alienação é superada não pela luta de classes mas pela argúcia do capitalismo afectivo, que induz o indivíduo a um permanente transe de rendição e de euforia trivial. Uma nova condição de assimilação cultural profetizada há quase um século por Aldous Huxley em *Admirável Mundo Novo*, simbolizada na distopia do visionário inglês pela milagrosa pílula «soma». Caso para dizer: «Utentes da soma de todo o mundo, desmamai-vos!»

A arte do controlo da mente tornou-se uma ciência – como Huxley previra – e a parábola do Grande Inquisidor de Dostoiévski cumpriu-se. A sistemática intoxicação do ser humano pela ideologia da «Felicidade» conseguiu tornar os indivíduos «felizes» ao suprimir-lhes a liberdade. Este «totalitarismo das almas» da era do «capitalismo senil» não poderia deixar de produzir um retorno às formas explícitas do fascismo. O insurrecto ideal do liberalismo de fabricar um indivíduo radicalmente separado da comunidade e da natureza conduziria inevitavelmente ao seu contraponto: o regresso à textualidade do fascismo como forma bárbara, clânica e patriarcal de religar o ser humano.

Évora, 2020. Foto: Luís Pereira

Com focos de contestação um pouco por toda a parte, o poder hegemónico da democracia representativa é ciclicamente posto em causa e a extrema-direita procura demagogicamente tirar proveito dessa desconfiança do cidadão comum.

Neofascismos, dores da burla liberal

A ascensão da extrema-direita está intimamente ligada a este multifacetado reajuste societal e político fruto da profunda modificação do modelo social na época da globalização do capitalismo financeirizado e da crise dos sistemas políticos da democracia liberal. Não é demais lembrar que «o fascismo não é o oposto da democracia, mas a sua evolução em tempos de crise», como referia Bertolt Brecht. O trabalho foi desvalorizado e precarizado, as desigualdades aumentaram no Ocidente a limites até então desconhecidos, os serviços sociais foram privatizados ou simplesmente abolidos, a vida de sectores cada vez mais amplos da população empobreceu e a classe média juntou-se à classe desapossada passando também a viver na incerteza. Para além do colapso social, outro factor estrutural diz respeito à profunda crise da democracia liberal. Com focos de contestação um pouco por toda a parte, o poder hegemónico da democracia representativa é ciclicamente posto em causa e a extrema-direita procura demagogicamente tirar proveito dessa desconfiança do cidadão comum.

Um elemento que também potenciou a clivagem ideológica das sociedades e assanhou as correntes conservadores e extremistas nos últimos decénios prende-se com o facto de a orientação política da esquerda institucional progressista ter passado a privilegiar questões que se definem como culturais: a centralidade de temas como o aborto, os direitos das minorias, a imigração, o casamento homossexual e a igualdade de género, conduziram à polarização social, rompendo com traços culturais tradicionalistas e patriarcais. Um outro factor conjuntural menos apontado que franqueou o espaço de intervenção da extrema-direita foi o retrocesso das lutas sociais e do campo contestatário. Entre o altermundismo de Seattle (1999), as caçaroladas e *las tomadas* na Argentina (2001), a Primavera Árabe (2010), o Occupy Wall Street e o M-15 (2011), o impasse foi ganhando forma e as praças foram-se esvaziando.

Neste contexto histórico, a capacidade de expansão do neofascismo não se explica tanto pelo seu hábil uso da *Internet* e das redes sociais, mas sobretudo pelo nexo com os efeitos nefastos do capitalismo transnacional e da liberalização financeira, sobre os quais actua com mistificações, propondo falsas soluções e indicando falsos inimigos. Apesar de nuances culturais específicas, autores como Paul Hainsworth e Donatella Della Porta sustentam que a extrema-direita reúne uma série de características elementares que estão presentes no seu nebuloso coquetel político venha de onde vier o seu discurso. E os chavões vociferam ao vento: retórica de repúdio do multiculturalismo, uma distorção que desvia a crítica à mundialização dos mercados e do império da mercadoria; ataques políticos e de esferas eclesiásticas na Europa e nos EUA contra o perigo do Islão, variantes de um neo-discurso identitário e etnocêntrico numa espécie de fundamentalismo branco; reafirmação da pureza e da superioridade cultural da civilização Ocidental, supostamente cercada pela barbárie da presença islâmica, africana ou asiática, mitificações e retóricas que eliminam a materialidade dos processos históricos de herança imperialista e neo-imperialista do movimento do capital e que condicionaram, quando não obrigaram, «as pessoas e as coisas», pluriculturas e seus estilos de vida, a saírem cada vez mais dos seus lugares como direito de sobrevivência e «direito de fuga» (Sandro Mezzadra), enquanto a nova ordem mundial seguia somando capital e poder.

As narrativas da extrema-direita ideológica são escoradas em teses holísticas e criacionistas, baseadas em mitos de origem e correlativas crenças messiânicas que têm a pretensão de explicar a condição humana, as circunstâncias políticas e sociais e a própria história da humanidade, como um desenvolvimento em direção a uma unidade de destino unívoca e universal: uma história com um sentido e uma direcção prescritas, num tabuleiro sem mobilidade social, em que cada classe tem o seu espaço de actuação predefinido, regido por normativas conservadoras, e onde apenas uma casta de eleitos tem acesso ao xeque-mate do poder e à fórmula mágica da «regeneração» de um povo.

O desrespeito pelos direitos humanos é outro ingrediente essencial. Deitando raízes num princípio de desigualdade, dividindo a humanidade entre seres/povos superiores e inferiores consoante factores biológicos e étnicos, atribuem ao ser/povo superior a missão inerente à sua natureza de ditar o destino dos seres/povos inferiores, pelo bem da humanidade e para o bem das vítimas. Supremacia, discriminação e xenofobia são o resultado dessa mistura ideológica encharcada de autofilia e alterfobia. Historicamente, a oposição encarniçada aos fluxos migratórios e à integração multicultural geraram efervescentes ondas de anti-semitismo, aversão aos imigrantes, às minorias culturais e a diferentes grupos religiosos. Se o ódio ganha embalo, deriva na violência sobre o «outro», no etnocídio e no genocídio.

Como se o fundamentalismo, o essencialismo, o darwinismo social e o determinismo histórico não bastassem, esses grupos alimentam a repugnância pela liberdade sexual e promovem uma visão patriarcal em virtude da qual as mulheres têm um ministério determinado em uma ordem social dominada pelos homens. A figura do *pater,* controlador da sexualidade feminina ao nível das relações de parentesco, transmuda-se simbolicamente na representação social do homem providencial (bom chefe de família), cuja função é impedir a descaracterização e desgoverno do *domus* – a casa dos patrícios e da acumulação material da Roma Antiga –, impedindo a corrupção dos costumes e atendo-se a uma aura de integridade e autoridade.

Trata-se da tematização da corrupção, uma reivindicação por natureza da extrema-direita, facto que tem escapado a todo o espectro da crítica. Além de ser por excelência um tema da direita segregacionista, a reprodução da crítica à corrupção pela esquerda ou pelo pensamento libertário é um logro, pois implicitamente predica a purificação e o advento dos homens-santos. Ratifica o *status quo* ao exigir a obediência dos políticos à lei, reforçando o sistema legal. Legitima uma classe separada, mesmerizada pelos dispositivos estatais. Mistifica a origem sistémica do autoritarismo inerente à democracia representativa. Passa ao lado da crítica sistémica à macrocefalia do poder.

Correlativo ao *pater familias*, outro ingrediente do legado fascista é o compromisso com aparatos políticos fortemente centralizados, hierarquizados e securitários. Quase todos esses movimentos são essencialmente militaristas, com uma inclinação séria para o chauvinismo, a intransigência e o uso gratuito de violência. O manifesto culto de um líder é outro traço evidente desta sub-cultura, que se verga à autoridade incontestada de figuras monocromáticas, monolíticas, monossilábicas e, acima de tudo, que monopolizam o seu território político-partidário.

Outro rudimento que se renova com destreza nas hostes do neofascismo é a paranóia. Ávida para mediar os precipícios suicidários contemporâneos, que escondem brutais processos de auto-desilusão societal, a extrema-direita apela à metafísica do medo, injectando ansiedade, carregando nos maniqueísmos, compondo fábulas conspiracionistas, receitas destinadas a explorar as angústias do cidadão comum. Este medo é o terror primitivo aos estados de fragmentação interior, à solidão e ao isolamento social, um monstro que só o liberalismo moderno podia sustentar com a inverificável promessa do indivíduo separado da Natureza e da Sociedade. O fascismo é filho dessa dor e enteado dessa burla do padrasto liberal.

Em suma, o neofascismo do novo milénio é uma resposta patológica ao progressivo deslocamento extra-estatal da soberania, ao desmantelamento do Estado social (na Europa) e à evidente obsolescência que doravante caracteriza o mundo laboral enquanto aparato estabilizado de integração. Razões que se encontram nos antípodas dos mecanismos de integração social do fascismo histórico.

Como se o fundamentalismo, o essencialismo, o darwinismo social e o determinismo histórico não bastassem, esses grupos alimentam a repugnância pela liberdade sexual e promovem uma visão patriarcal em virtude da qual as mulheres têm um ministério determinado em uma ordem social dominada pelos homens.

Chega: o politicamente correcto à procura do seu líder

Este quadro de análise do fascismo contemporâneo pretende ser mais liminar do que linear. Isso não significa que o reaparecimento da extrema-direita seja menos perigoso ou que não haja elementos de continuidade com o passado. No entanto, parece evidente que se trata de um fenómeno diferente e radicalmente novo.

Apesar do aberrante homicídio de Ihor Homenyuk no aeroporto de Lisboa,

o fascismo pós-moderno é mais sinuoso do que parece e a dificuldade em analisá-lo começa quando nos limitamos a olhar para as operações da Administração Interna sem olhar para o caleidoscópio em que assentam as formas de vida modelizadas pela cultura neoliberal. Por isso, não obstante a proliferação de medidas legislativas que atentam às liberdades ou a infiltração de sectários do fascismo nas forças institucionais, o dado inquietante procede de onde deveria vir a esperança: em manifestações colectivas que evitam a representação política e se auto-descrevem como um contrapoder. Como propõe Paolo Virno, o neofascismo não exige «uma compreensão feroz do poder constituído, mas sim da eventual configuração popular de um "contra-poder"». Tenebrosos (Ucrânia e Grécia) e imprevisíveis (Itália), sem esquecer as amálgamas (Espanha e EUA) e os populismos nostálgicos (Alemanha), o aparecimento de um neofascismo que se configura enquanto poder popular e/ou movimento antissistémico causa alarme e estupefacção. Não raras vezes, é desarmante (*).

Plataforma Antifascista Coimbra

O manifesto culto de um líder é outro traço evidente desta sub-cultura, que se verga à autoridade incontestada de figuras monocromáticas, monolíticas, monossilábicas e, acima de tudo, que monopolizam o seu território político-partidário.

Por mais diversificado que seja o retrato, a má notícia é que estes fenómenos do fascismo pós-moderno se generalizam a várias latitudes: os crimes de ódio e os ataques à integridade física provindos do extremismo de sociais-identitários ou de neoliberais autoritários têm aumentado consideravelmente. Por mais que forcemos comparações, a boa notícia é que o líder do Chega se trata de pouco mais do que um demagogo, aprendiz de feiticeiro de políticos como Durão Barroso e Paulo Portas, Passos Coelho e Sócrates, que fizeram da política «a mais ampla usança da arte do fingimento» (Gracián). Por mais que ficar de braços cruzados não seja opção política, a boa notícia é que o deputado do Chega não representa o neofascismo, muito menos a sua vertente de contra-poder. Pelo contrário, orienta-se estrategicamente com o único fito de se integrar no sistema, repetindo como um papagaio que não haverá governo de direita sem o Chega, revelando que o que importa é a arte de conquistar o terreno político da governação, não o de fazer vingar os seus (gelatinosos) «princípios».

O discurso risível e marialva, grotesco e caricatural, mais fantasista do que messiânico, é menos genuíno do que puro tacticismo. Uma prédica vulgar e mal amanhada que tem indisposto fascistas convictos, feito corar saudosistas da «outra senhora» e gargalhar o menos arguto dos fanqueiros da Vandoma. No seu tropel comunicativo não se vislumbra nem talento para a paranóia nem propriamente o recurso a *fake-news* a trouxe-mouxe, antes se divisando o aperfeiçoamento da técnica do modelo televisivo da clubitorreia adaptada à política. A mais pura pseudologia. Ao contrário do poder instalado que crê que o povo não tem direito à «verdade» política, o líder do Chega está convencido de que o povo tem uma verdade bestial, marialva e pimba, e que ele é o seu mais ilustre porta-voz. O sistema tem o monopólio da «verdade» – e principalmente a exímia astúcia de formatar a sua absolutização – enquanto o líder do Chega reivindica o direito inalienável à piada foleira e à mentira mais descarada. As *fake-news* são inverdades temperadas em factos ou acontecimentos reais, o líder do Chega clama pelo direito ao patetismo, sublimado na fantasia da IV República. Onde Barroso, Portas, Sócrates e, nesta arte, também Costa, sabem quando dizer a verdade e quando é mister calá-la ou mascará-la, o líder do Chega não se importa de meter os pés pelas mãos para «ver as fraldas à mulher» e «enfiar a carapuça» à sua clientela. Lembrem-se de que não é com mau gosto que se fazem lorpas. Para enganar de fininho uma nação requer-se o cálculo da tecnocracia e a subtileza da eminência parda. Arte que corresponde a uma sociedade distinta, produto de uma organização racional. Esta dispõe da máquina e do algoritmo, aqueloutro assobia as gordas do Correio da Manhã. É a diferença entre a «verdade» para-totalitária e a peta do troca-tintas.

Além das tipologias de balbúrdia, na fundamentação viscosa e inconsistente da sua ideologia não é possível descortinar nenhum criacionismo (in)digno desse nome. Recorre, sim, a uma indulgente valorização da sua crença católica, tão pascácia e alardemente que a célebre «religiosa portuguesa» é bem capaz de lhe arremessar ao toutiço com o seu último *crochet* ao mesmo tempo que se benze… e o vendedor de banha da cobra que se desenmerde com as malhas caídas para tricotar o *babygrow* da IV República!

De convicção por excelência apenas divisamos um posicionamento político impregnado da hipocrisia da meritocracia, valor nato do neoliberalismo. Desinspiradas e embebidas na mistificação do *self-made*-indivíduo e do individualismo, destituídas de qualquer espiritualidade e amaldiçoando qualquer projecto de emancipação colectiva, as pessoas cumprem em abandono o programa de predições disponibilizado pelas ridículas liberalidades do parque temático de virtualidades de plástico e digitais, de coisas e matérias que o capitalismo terminal lhes oferece. Em rigor, que a sociedade da transacção, clube que organiza a paixão pela posse, lhes faz crer que conquistaram por pleno direito e mérito. À beira da história da humanidade, repleta de sentido trágico ao longo de milénios – cosmogonias, politeísmos, filosofia clássica, comunismo arcaico, cantigas de escárnio e maldizer, ética da revolta… –, que guião deprimente tem esta novela de duzentos anos… Quão deprimente é esta «felicidade» legislada e publicitária… que mal acabou de atingir o seu auge não se aguenta ao olhar-se no espelho do seu próprio abismo. O grito, o susto – onde o fascismo vasculha – há-de ter o nosso afecto e os nossos cuidados. O enaltecimento da meritocracia enquadra-se no focinhar da clivagem interclassista, tributária da falácia do mérito social capitalista, polarização que exige bodes expiatórios. Nada melhor do que chafurdar numa atitude discriminatória contra os ciganos – preconceito que não é do dirigente do Chega, mas transversal à sociedade portuguesa. Mais uma vez, a táctica do Chega subentende o politicamente correcto, não o discurso de contra-poder ou antissistémico.

Porém, o argumento mais potente que separa o Chega das correntes antissistémicas deve ser encontrado na condução interna do partido. A ninguém escapou a sangria que o líder encetou contra todas as facções e indivíduos conotados com a extrema-direita, saneando as ligações ao movimento Nova Ordem Social, a ex-elementos do PNR, a resíduos neonazis. Que não restem dúvidas: é o sistema que ele quer lamber, não as botas cardadas dos descamisados da rua. Não é a política o que o atrai, mas a governação. Ainda não se afiambrou ao poder e já dá razão à sábia tese de Maquiavel: a única estratégia que lhe serve de norte é a táctica como sobrevivência. O resto é paisagem. Em absoluta coerência com o tacticismo, o cordão sanitário empreendido contra as correntes ideologicamente fascistas foi desencadeado em nome do politicamente correcto. Não foi devido à pressão das forças de esquerda, nem em virtude de denúncias do sistema jurídico, muito menos infelizmente por contestação popular, que o líder purgou o aparelho de alto a baixo. Sentiu-se coagido pela *media*, máxima fabricadora de consensos institucionais e do purézinho do politicamente correcto.

Um trambiqueiro de trusses

Não tendo nada de subversivo mas apenas de caricatural, o deputado do Chega pretende operar o que Daniel Guérin apelidou de «milagre psicológico». O historiador que analisou em *La peste brune (1933)* e em *Fascisme et grand capital (1936)* o fascismo e o nazismo, obras fundamentais para compreender a inextricável relação histórica entre o modelo capitalista e estes dois extremismos políticos, descreve o prodígio desse milagre: «Transmutar em entusiasmo e espírito de sacrifício o descontentamento, a miséria de amplas camadas populares».

A varinha de condão do dirigente do Chega para «transmutar o descontentamento» é o *marquetingue,* não a política nem o debate ideológico. A sua visão de campo não alcança a emancipação do meio-campo, muito menos a baliza do futuro, antes revira os olhos, lúbrico e nebuloso, sobre o estado terminal e mundano da terra-batida do neoliberalismo. Ora o *marketing* dejeccionista de um *voyeur* que joga na lama não se predispõe à análise política, pede antes crónica de costumes. A sua personalidade mediática revela sobretudo o descaramento, não a convicção (em valores fascistas). A falta de vergonha na cara assume o seu registo apoteótico quando sucessivamente reitera a graça divina da sua missão. Quando um jornalista procura indagar quando se deu essa revelação sobrenatural, o deputado, terreno, secular, na desportiva, mata no peito e dispara esta pérola: «Foram várias vezes ao longo do tempo». Este farsante é genuinamente cómico! Lembram-se de Tom Sawyer? Não o pirralho traquinas a correr na orla do Mississipi, mas o jovem adulto que monta o seu negócio permanecendo tão trapaceiro quanto em miúdo? Personificação da livre iniciativa empresarial, cheio de truques e manigâncias, genial nas relações públicas. Tão trambiqueiro que foi até capaz de trair Huck, o seu mais fiel amigo de infância, esse ilustre nómada, de ética humanista e universal. Huck era tão puro que, ao descobrir a trapaça do seu velho amigo, o pior pensamento que lhe reservou foi imaginá-lo ainda de bermudas por detrás da secretária de trabalho da sua novel agência imobiliária. E é ou não nesses preparos que vimos a descobrir André Ventura? Limitemo-nos a vê-lo como um pobre tratante de trusses e guardemos inteligência e energia para combater o que realmente degrada as sociedades, destrói a vida das pessoas, degenera a cultura livre e plural, delapida o planeta e reprime o devir-esperança.

Este medo é o terror primitivo aos estados de fragmentação interior, à solidão e ao isolamento social, um monstro que só o liberalismo moderno podia sustentar com a inverificável promessa do indivíduo separado da Natureza e da Sociedade. O fascismo é filho dessa dor e enteado dessa burla do padrasto liberal.

Uma parábola literária pode ser eloquente, mas aprendemos com a vida que a realidade supera sempre a literatura. Na era da colonização mediática e da «instantaneotopia», como se não bastasse a imprevisibilidade da viducha, a hiper-realidade fabricada pelos *media* distorce radicalmente o real. Tom

Sawyer não tinha mais do que um bando de gaiatos para exibir as suas tropelias e as luzes da ribalta da sua aldeia extinguiam-se sempre ao lusco-fusco nas margens do grande Rio. A aldeia global já não é o que era. Dá-lo como morto, ao artista do Chega, pode ser desmentido pelos holofotes televisivos. Embora em contra-senso aos factos, não descuremos também a hipótese de o autêntico *Dr. Jekyll* do fascismo ideológico voltar a sair do armário num desmentido ao *Mr. Hide*. Neste tipo de areias movediças, todos os «estranhos casos» são poucos… No tabuleiro do poder, também já houve um desmentido, com o PSD a formar governo nos Açores com um acordo de legislatura com o Chega. Na campanha para as eleições Presidenciais de 2021, assistimos a uma catadupa de desmentidos. Quando os candidatos respondiam a um insulto do deputado do Chega ou pretendiam defender uma ideia através de uma objecção à conduta pessoal deste, no fundo, significava que já tinham sido levados pelo feitiço do flautista de Hamelin. Tal como o príncipe de *Aventuras de João sem medo*, os príncipes e princesas despediram-se do candidato do Chega com umas orelhas de burro mais vistosas e impopulares.

O líder do Chega trata-se de pouco mais do que um demagogo, aprendiz de feiticeiro de políticos como Durão Barroso e Paulo Portas, Passos Coelho e Sócrates, que fizeram da política «a mais ampla usança da arte do fingimento»

Quanto à resposta eleitoral nas Presidenciais, terá sido o arrebitar cabelo de uma porção da população que cultiva não o fascismo mas o penduricalho da meritocracia? Ou, ainda mais provocador, terá sido o escárnio que o pouco mérito do sistema instiga mais do que convicção no ódio? Em bom rigor, estas interrogações valem o que valem. As eleições são um ritual de legitimação da separação de poderes entre dominadores e dominados. O que não é nada pouco… De um lado, o jogo viciado e sádico de quem vende promessas a torto e a direito; do outro, as apostas viciantes e masoquistas de quem se reserva ao papel de cronometrar o tempo de duração dessas promessas... Se uma boa fracção de eleitores sabe que as promessas políticas caem sempre em saco roto, qualquer bitaite que se alimente do lado-B da mentira das promessas passa a ser uma mentira menos má, quiçá, com sorte, uma mentira relativa, cá entre nós, verdadezecas bem ajambradas com cheirinho a *novelty*. É que à sombra de uma Grande Promessa – a democracia (ver Parte II, *Crítica da Democracia Liberal*) –, quem tem uma mentireca relativa há-de sempre chegar a bobo da corte! De que nos vale denunciar um resultado eleitoral, se são as próprias eleições que são um escândalo? A resposta da população ao fenómeno do Chega não é aferida nas urnas. Nesse capítulo, o único elemento relevante foi a coesa organização das comunidades ciganas em vários pontos do país, manifestando o seu repúdio à sanha racista do candidato do Chega.

Twiiter André Ventura

Mais hilariante foi a reacção pós-eleitoral! O Livre esfalfa-se nos jornais a escrever a estratégia interna do… PSD! O Bloco, coerente com os seus habituais dotes de sedução, também na imprensa, espeta um beijo rosa pálido no PS para ficar amarradinho ao cordãozinho sanitário do «xoxo»-ialismo. Declaram ambos, por diferentes palavras, «que a política não pode ser apenas a arte do possível». (Pasme-se!) E que (Alto!), «sabem disso»! Assim como assim, querem-nos fazer crer que a única arte que aqui se dá por constância é a arte de não enxergar as (auto)evidências das suas próprias contradições. É que, temos visto, nesse tipo de arte não há impossíveis… Acaso, pergunto eu, realista… (caro leitor, há contradições surreais a que nos temos que sujeitar!): quem acredita na política como «arte para lá do possível», aplica-se a reformar os possíveizinhos do vizinho através dos jornais? E que vizinhos! Realisticamente, que espécie de entrismo é esse? É que, cruzes canhoto, «bater» a essas portas é por excelência a arte da circunstância...

Nas redes sociais, um povo «egrégio» descobre da noite para o dia que tem à perna meio milhão de racistas, machistas e fascistas… Ah, «valente Nação»! É a maior vitória da cultura do ódio. É o reverso distorcido do que já era uma distorção. É a reprodução do «ou eu ou tu!». Não há dúvida, o eleitor de esquerda, liberal e antifascista, mordeu o isco. Neste charco, o líder do Chega provou ser tão hábil como Tom Sawyer: faz caldeiradas com pesca à linha! É precisamente essa a intenção demagógica de líderes como o do Chega, com a conivência monetarizada da *media* e a complacência do centrão político: provocar uma polarização que gera um falso regime de atenção que desvia o olhar, o entendimento e a acção das causas reais da iniquidade do poder, da desigualdade económica, do sentimento de injustiça e de impotência das populações, da dissipação dos recursos energéticos, da crença numa vida materialista e hiperconsumista, enfim, do colapso da civilização liberal do capitaloceno.

Finalmente, há uma ironia sublime que parece ter escapado a toda a gente. Não conhecemos nós de algum lado estes eleitores, que se apressam a cair na esparrela da bi-polarização do ódio, chamando de racistas, machistas e fascistas a meio milhão de votantes? Não são eles os mesmos eleitores, que se atiçam contra qualquer posição crítica ao sistema parlamentar e eleitoral? Não são eles os mesmos, que desprezam os abstencionistas e arrenegam os que questionam a democracia liberal? São ou não são os mesmos? É que sem repararem na bi-polaridade da sua reacção, revelam afinal todo o desdém que têm e toda a descrença que sentem por um sistema político que reduz o ser humano ao estado de impotência, à condição de insoberanidade, à estética reaccionária e, pelo andar da carruagem, ao carácter de imbecilidade…

A esperança é a última a morrer?

Pedro Levi Bismark, num excelente artigo ("A Lógica Política do Capital"), já tinha traçado a nova geometria descritiva da cultura política neoliberal em Portugal: «Onde está um Mayan haverá sempre um Ventura». Falta complementar a bissectriz com a volumetria da *realpolitik*. Onde está o coveiro do Chega a saltitar nos torrões do cemitério liberal, regateando o preço de cada campa com os estropiados, oculta-se o sinistro sorriso de Barroso, essa figura que carregou a gadanha transnacional da guerra e que em *offshore* abriu a vala comum para que milhares de cadáveres sucumbissem à mentira do lucro e da democracia...

Haverá melhor prova de cinismo e de formatação da era neoliberal? Chamar fascista a um fedelho que nos arranca gargalhadas – e que merece o escárnio daquele esqueleto teatral em Beja (e não era um esqueleto, era um esqueleto a rir!) – deixa-nos o quê, para chamar aos ex-governantes Durão Barroso e Paulo Portas, que, num dado momento das suas vidas, disseram sim à mais letal empresa de morte, ódio e sofrimento do novo milénio? No mais distinto clássico literário da contra-cultura portuguesa, Alberto Pimenta havia traçado ao detalhe as diferenças entre o «Grande e o Pequeno Filho-da-Puta». Em ruído de fundo escutamos: vão os filhos do neoliberalismo precisar do fascismo explícito (ou do eco-fascismo) num momento histórico em que já se não distinguem um do outro? De acordo com os argumentos que expusemos, não temos a certeza se se trata de uma questão ou se estamos perante uma verdade de *La Palice*...

Além das referidas conclusões de Daniel Guérin, também Theodor Adorno nos adverte para não perdermos o foco. Em "Estudos sobre a personalidade autoritária" (1950) conclui que, de modo recorrente, se relativiza a responsabilidade histórica da classe política dominante ao mesmo tempo que tendemos a ver apenas os partidos de extrema-direita (e seus eleitores) como abertamente perigosos: fascistas, sexistas, xenófobos. Adorno sustenta que esta distorção é alimentada pelos chamados partidos democráticos para desviar a atenção das ameaças que eles próprios representam à liberdade e à possibilidade de a vida humana ser digna desse nome (*). Por sua vez, em *Fascisme et grand capital*, Guérin desmontou outra distorção do sistema democrático, a ilusão do frentismo *antifa*: «O antifascismo é ilusório e frágil, sempre que se limita à defensiva e não tem como objetivo derrubar o próprio capitalismo». Vituperemos a serpente se não queremos ver o ovo renascer...

Estamos cercados por um dilema que exige que nos situemos face a duas vontades de liquidação da sociedade: a liquidação que atém às exigências da ilimitação capitalista e aquela que se cinge à limitação simbiótica do poder político à democracia liberal parlamentar, em si mesma neutralizada pelo meta-poder da oligarquia económica. Enfim, como nos situamos face a duas visões societais que conduzem a uma «verdade»: governar sem povo. (Parte II, *Crítica à Democracia Liberal*, próxima edição do Jornal MAPA). Governar sem povo, governar sem política, destilar medo, vender desesperança, regalar-nos uma imensa solidão.

O antifascismo é ilusório e frágil, sempre que se limita à defensiva e não tem como objetivo derrubar o próprio capitalismo

É aqui que a nossa incompreensão tropeça de espanto naquela velha expressão: «a esperança é a última a morrer». Como assim? Antes de mais, nós não fomos ao nascer um ser «sem povo», nós não fomos um ser «sem política». Desde a primeira golfada de ar, não éramos um ser independente da Sociedade e da Natureza, porque somos os laços sociais de quem de nós cuida, somos nutridos pela Natureza de acordo com as condições económicas em que estamos inseridos, somos a cultura em que nos transformamos, somos devir e utopia, somos também a nossa ancestralidade, e ainda a teia singular e mística da existência e da coexistência, guardada no desconhecido e no indeterminado. É a partir desta *matrix* social e cosmológica – e graças a ela – que podemos fazer um percurso de singularização. A esperança não é a última a morrer, é um dom desde o primeiro sopro de vida. Dom esse que tem uma memória histórica que nos fez e ensina, que nos comove e inspira. Que nos ajuda ao querer e à imaginação (Parte III, *O devir-esperança*), que antes de mais bloqueia e implode a repetição de procedimentos de dominação que se foram naturalizando no contexto do capitalismo cultural. Voltemos a ver-nos como seres humanos cujos corpos e saberes e paixões se conectam em séries infinitas para viver, cuidar, aprender, amar, construir e transformar. Este fragmento de estilhaços e luzes tem a pretensão de não ser apenas uma crítica à discursificação da política. É um gesto político que se move sem descanso porque visa buscar aliados. Nós somos pessimistas porque nunca nos faltou a esperança, tão pessimistas que viemos para quebrar o impasse. Lá onde o tempo está suspenso, nós desenlaçamos a acção insondável. Lá onde dissolveram a política, nós buscamos a paixão. Nós abrimos os olhos durante a noite.

* A versão integral da Parte I pode ser consultada no site do Jornal MAPA e permite uma leitura mais aprofundada do artigo.

Angola, a força bruta do poder e o poder em bruto da resistência

No dia 11 de novembro de 2020, dia da Independência de Angola, mais um jovem morreu às mãos da polícia numa manifestação por melhores condições de vida e pela democracia. O seu nome: Inocêncio Matos, jovem anónimo, estudante e no início da sua participação nos movimentos cívicos. João Lourenço (atual Presidente do país) deixou de ter o benefício da dúvida por parte dos movimentos sociais e 2021 adivinhava-se um ano muito ativo em Angola. De facto, janeiro e fevereiro ficaram já marcados por mais momentos trágicos.

M.LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT
PULA BABULO

Depois da morte do jovem angolano, foram realizadas várias manifestações, entre as quais, no dia 10 de dezembro, uma pelo direito a uma melhor vida e outra pelas eleições autárquicas de 2021, que deveria iniciar a tão prometida descentralização do poder político prometida para 2015, pelo então Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa (atual vice presidente de Angola). O governo tinha prometido eleições em 2019, que só foram anunciadas para 2020 e adiadas pela mesma desculpa de sempre, falta de condições, desta vez por causa da Covid-19. João Lourenço, no dia dos 64 anos do MPLA, acabou por dizer que não existem condições para as eleições em 2021, ano do congresso do seu partido, onde se promete uma renovação superior para preparar as presidenciais de 2022 (ainda sem autarquias).

O governo tentou intimidar e deter os organizadores antes da manifestação de 10 de Dezembro, uma prática comum no país que teve repercussões na imprensa internacional com o que sucedeu com os 15+2, o caso dos ativistas detidos em 2015, acusados de golpe de Estado, quando se reuniram para ler e debater formas de resistência pacificas para exigir eleições autárquicas. Desta vez, a manifestação foi acompanhada pelos órgãos de comunicação social nacional e noticiada internacionalmente, mas quando alguns jovens se dirigiam para casa, no fim do protesto, longe do olhar dos jornalistas, foram atacados pela polícia, que baleou Eduardo João de Castro e prendeu algumas pessoas, como a ativista Finúria Silvano. No dia seguinte, Nuno Álvaro Dala, ativista do processo 15+2, recebeu uma notificação da Procuradoria Geral da República num processo de investigação criminal.

A voz dos angolanos tem sido abafada pela indiferença dos órgãos de poder mundiais e raramente lhes é dado protagonismo. O mais comum é as suas ideias e sua dor serem traduzidas por um especialista - um político, um cientista social, um jornalista, etc. No entanto, os jovens angolanos não só organizam manifestações, como também criam associações socioculturais, organizam recolhas de alimentos, roupas, material e mão de obra para reconstruir casas, dinamizam debates e fornecem informação atualizada no Facebook Central Angola 7311. Segundo o canal de notícias DW, jovens angolanos criam, também, bibliotecas ao ar livre. Luaty Beirão (Ikonoclasta) tornou-se um exemplo bem conhecido em Portugal desta resistência juvenil, que usa o *Rap* como forma de expressão e ferramenta de difusão da revolta, tal como noutros países, dando origem a diversos movimentos de *hip hop* angolano, como o Terceira Divisão. Apesar destas dinâmicas, e depois de um ano marcado por campanhas Black Lives Matter nos países «desenvolvidos», continua a ignorar-se as relações coloniais que persistem entre o Norte e o Sul e as perigosas reações de movimentos fascistas, racistas ou nacionalistas. Como pessoas vivas nos dias de hoje, não nos podemos manter em silêncio enquanto o sistema criado há mais de 500 anos continua a provocar o mesmo tipo de violência branca, que ceifa a vida de indivíduos como George Floyd (EUA), Bruno Candé (Portugal) João Alberto Silveira Freitas (Brasil) ou Inocêncio Matos (Angola) ou que exerce com variadas formas e graus de violência sobre as suas comunidades.

> Se uma comitiva de deputados e observadores (...) é tratada deste modo, não podemos sequer imaginar como são tratadas as pessoas das comunidades locais

Em Angola, as questões territoriais e de distribuição de recursos tornaram-se fatais em janeiro passado. O massacre da Lunda Norte, ocorrido no dia 30 de janeiro na vila de Cafunfo, aconteceu quando as forças de segurança angolanas reprimiram brutalmente um conjunto de pessoas que se manifestavam contra as condições de extrema pobreza em que vivem. O descontentamento social partiu sobretudo de jovens, estudantes, e ex-trabalhadores da empresa mineira Endiama (antes chamada Diamang, empresa de extração de diamantes), que reclamam não estarem a receber as suas reformas e/ou não terem oportunidades de vida. Uma comissão de observadores, composta por 5 deputados da UNITA mais 2 ativistas independentes, deslocou-se ao local para apurar os factos, mas foi detida ilegalmente, isolada sem mantimentos nem contactos durante 3 dias e impedida de chegar à zona de Cafunfo, apesar do apoio e solidariedade das comunidades locais.

O relatório[1] que escreveram conta detalhadamente como sucederam os episódios de violência e morte, que incluíram a profanação dos cadáveres e o seu depósito em valas comuns ou no rio, por parte das mesmas forças policiais. É de notar que, se uma comitiva de deputados e observadores de Direitos Humanos é tratada deste modo, não podemos sequer imaginar como serão tratadas as pessoas das comunidades locais. No dia 8 de fevereiro, ainda em retaliação, forças estatais terão assassinado outro cidadão na Lunda Norte, ao mesmo tempo que detinham em Luanda o líder do Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe, José Mateus Zecamutchima. Este movimento de libertação das regiões das Lundas reclama, entre outras coisas, que Portugal tinha prometido, num Acordo de Protetorado celebrado entre nativos Lunda-Tchokwe e Portugal, nos anos 1885 e 1894, dar estatuto de autonomia internacional àqueles territórios. Segundo estes, quando se negociou a independência de Angola entre 1974/1975, apenas os movimentos de libertação nacional tiveram direitos e a situação de protetorado foi ignorada.

Nesta luta dos povos africanos, encontramos a ideia de que a dor de um é a dor de todos e que, para a eliminar ou partilhar, se trabalha em cooperação. Os jovens angolanos têm colaboração regular com ativistas de todo o mundo, de Portugal ao Brasil, passando pelo Reino Unido, Holanda, França e outras ex-colónias, como Moçambique, que está abandonado pelos polícias do mundo às mãos do DAESH, na zona de Cabo Delgado, no norte do país, numa guerra prestes a tornar-se mais visível. É preciso «abrir caminho aos que vêm atrás» e afirmar que vemos e recordamos o que se passa lá longe no Sul, para que estas injustiças sociais não se repitam mais.

1 Que pode ser consultado em http://www.filedropper.com/relatriocafunfo

É preciso uma tragédia para
chegar a ti e a mim
é preciso uma tragédia para ver
o que está longe daqui

LISTA DOS MORTOS DO MASSACRE DE CAFUNFO - 30 JANEIRO 2021

Zango Zeca Muandjaji
António Avelino Bumba
Jorge Justino Muawanda
Tchifutchi Tomás
André Tchinjanga
Mutunda Mambo
Raimundo Manuel
André Muene Kapango
Borge Angelino
Castro Cassombo
Juca Avelino
David Mbalu Muamugina
Mukuenda Tomás Luampishi
Júlio Elias
Adacar Kaita
José Kawambiye
Sheta Eduardo
Nelson João Kapoia
Manuel Swete
Dinis Simba
Joel Julinho Lázaro
Afonso Sazeca

Zito Zeca Muchima
Muyemba
Muteba
Alfredo
Kaxala
Wilson

Quando o sonho americano se transforma em pesadelo

O estado crítico dos Estados desunidos da América

JORGE VALADAS
COLABORAÇÃO NA TRADUÇÃO DO INGLÊS **LUÍS LEITÃO**
ILUSTRAÇÃO GONÇALO SALVATERRA

Numa entrevista recente a uma revista francesa, diz o escritor irlandês-americano Colum McCann: «Ninguém sabe o que poderá vir a passar-se nos próximos anos nos Estados-Unidos da América. É exactamente isso que cria e alimenta o medo. Nenhum de nós sabe como será o futuro próximo. Ninguém tem a mínima ideia. E isso é verdadeiramente uma situação nova. Até agora as coisas eram claras: mudava-se de presidente e de administração, e o novo presidente aplicava o seu programa eleitoral, (…). Agora, temos de ter em consideração as decisões tomadas por Trump durante os últimos quatro anos, mas sobretudo este clima de incerteza, inédito, que reina no país. (…) Temos de ser lúcidos: vivemos actualmente em dois países diferentes (…) estes dois países já não se compreendem. Já nem sequer comunicam entre si. (…). Alguns intelectuais, nos quais tenho confiança, estão convencidos de que a próxima década verá o fim deste país, os Estados-Unidos da América, tal como o conhecemos. (…) é uma hipótese séria que não podemos totalmente pôr de lado tendo em conta o clima que reina actualmente»[1]. A inquietação do escritor traduz bem o sentimento partilhado por sectores importantes da sociedade americana. Depois da queda do bloco capitalista de Estado, a crise americana, que está ainda em desenvolvimento e que se agrava com as consequências económicas e sociais da pandemia, constitui provavelmente o acontecimento maior do princípio do novo século, com consequências planetárias evidentes. McCann sublinha que o consenso de crença na «democracia americana», que era o cimento interclassista da sociedade, se desmoronou, deixou de existir. A nova administração tudo fará para tentar restabelecer este «interesse geral» interclassista, mas os fundamentos da «democracia americana», a ideia segundo a qual a vitalidade do capitalismo americano cria condições para uma prosperidade partilhada por todos, já não existem. Sobre as ruínas da vitalidade do capitalismo americano, emergem agora os interesses díspares, opostos, antagónicos, de sectores e de classes sociais diversas atravessadas por questões raciais que se misturam às questões de classe e que estavam contidas por essa ideia da «democracia americana». A ideia do «cada um por si», da defesa egoísta do pouco que se tem contra os que nada têm, substitui, pouco a pouco, a ideia do consenso geral interclassista indispensável a um funcionamento minimamente conflituoso do capitalismo. Tudo isto tendo como pano de fundo uma crescente desigualdade de riqueza na sociedade que, há anos atrás, o movimento *Occupy* denunciou com radicalidade.

> A aliança entre conservadores e a extrema-direita está a desfazer-se muito rapidamente. Sem um líder que esteja já no poder, não há unidade possível.

Sem entrar de forma mais aprofundada na análise destas questões, pensamos que seria uma boa introdução dar a palavra a alguns camaradas americanos que viveram em directo e de perto os recentes acontecimentos e que reflectem sobre as suas consequências. Mais uma conversa não acabada...

Comecemos pelo 6 de Janeiro de 2021. Como chegámos a este acontecimento?

B.- Esta chamada «insurreição»… Privilégio branco, supremacia branca, poder branco. E a polícia do Capitólio deixou-os entrar. Estes clamores de fraude eleitoral e a tentativa de inverter o resultado de uma eleição, pondo em causa a legitimidade dos votos – o que não se sublinhou o suficiente é que estes votos são votos dos NEGROS. Foi exactamente isto que aconteceu após a Reconstrução a seguir à Guerra da Secessão. A democracia é atacada quando isso significa que os negros votaram. «Fraude eleitoral» significa: Não queremos que os negros votem.»

A.- Vendo as coisas em retrospectiva, os acontecimentos de 6 de Janeiro parecem quase inevitáveis. Trump andava há meses a espicaçar a turba supremacista branca (veja-se, por exemplo, o ataque ao parlamento do estado do Wisconsin) e, antes da eleição, já afirmava que se preparavam para lha roubar. Continuou sempre a reivindicar para si uma vitória esmagadora. Tentou reverter a derrota através dos tribunais, das assembleias estaduais e do congresso. Organizou o motim ao dizer aos seus apoiantes para irem a Washington no dia 6 de Janeiro, que ia haver «festa».

Os republicanos sempre souberam que Trump era um psicopata, mas era o *seu* psicopata e consideravam, com razão, que podiam tirar proveito da sua presidência. Além disso, tinham medo dele, pois toda a energia do Partido Republicano provinha dos partidários de Trump, que se contavam por milhões. Enquanto a maioria dos republicanos «respeitáveis» se apressam agora a saltar do barco Trump, que se está a afundar, o mesmo não acontece com os seus partidários.

Tem-se discutido muito sobre como foi possível que a turba de nacionalistas brancos tivesse conseguido penetrar no Capitólio. Os polícias do Capitólio abriram as

portas e inclusivamente pousaram para tirar *selfies* com os trumpistas. Depois do ataque, o chefe da polícia do Capitólio demitiu-se. Porém, é impossível dizer se houve um acordo entre a polícia do Capitólio e Trump ou alguns dos seus sequazes.

G.- Os conservadores estão ansiosos por subverter o sufrágio universal em virtude de a demografia ter diminuído a sua base potencial de eleitores brancos, rurais e suburbanos. A longo prazo, estão votados a desaparecer por causa desta mudança populacional. Mesmo assim, nesta última eleição, conseguiram angariar alguns votos de imigrantes recentes, sobretudo latinos e asiáticos. Embora estes grupos ainda continuem a votar maioritariamente nos democratas, os republicanos fizeram incursões no seu seio, porventura por eles se verem em competição directa com outras minorias urbanas, em particular afro-americanas e caraíbas.

Voltemos a esta ideia reaccionária da «supremacia branca» e à sua dimensão política hoje.

B.- Esta supremacia branca não é nada de novo. O que estamos a assistir é à emergência das velhas contradições, vindas desde a fundação deste país de colonizadores, que levaram a uma guerra civil que foi ganha militarmente, e depois perdida politicamente, sendo sobretudo os negros a sofrer as consequências. Os negros, os latinos e os indígenas – e as mulheres durante muito tempo – nunca tiveram democracia aqui e continuam a lutar por uma verdadeira sociedade multirracial. Os próprios comentadores da imprensa de referência não puderam deixar de ficar chocados (enquanto nós, pela nossa parte, não ficámos surpreendidos) com a incrível diferença como foram tratados os supremacistas brancos pela mesma polícia que se especializou em espancar e prender manifestantes negros e de esquerda. Torna-se agora cada vez mais evidente que havia muitos polícias e militares naquela turba que tentou reverter os votos negros. A polícia, mais do que os militares, está fortemente impregnada de supremacistas brancos, e ainda mais de uma grande simpatia pelas suas opiniões e de hostilidade para com as pessoas de cor. Sabíamos isso. Mas estes acontecimentos determinaram um conhecimento mais alargado da enorme diferença como a polícia trata negros e brancos. Ninguém com olhos pode negar o que viu em 6 de Janeiro.

Trump pode ser visto como um personagem unificador de todas as correntes reaccionárias, racistas, conspiracionistas, religiosas, fascistas? Neste sentido, é legítimo pensar que tenha um papel político no futuro?

G.- Trump teve de renegar a extrema-direita para manter a sua posição no partido republicano. Com uma condenação, não seria útil para ninguém.

Os conservadores estão ansiosos por subverter o sufrágio universal em virtude de a demografia ter diminuído a sua base potencial de eleitores brancos, rurais e suburbanos.

Penso que, de uma forma geral, ele não tem bons argumentos mobilizadores. Só foi capaz de unir conservadores e fascistas porque já tinha o poder supremo. Sem isso, as suas tácticas de intimidação tornar-se-ão muito menos eficazes e serão mais fontes de novas fracturas do que factores de união à sua volta.

A aliança entre conservadores e a extrema-direita está a desfazer-se muito rapidamente. Sem um líder que esteja já no poder, não há unidade possível. Por agora, o motim na capital pode ser visto como um último fôlego, do mesmo modo que as planeadas manifestações da extrema-direita nos parlamentos estaduais no dia da posse do presidente. Suspeito que muito em breve se irão digladiar entre eles. Tal como os republicanos estavam divididos nalgumas quinze facções antes da eleição de Trump, o partido ir-se-á dividir de novo internamente e a extrema-direita desagregar-se-á em dezenas de grupos separados e conflituantes entre si.

Pode dizer-se que, nos Estados-Unidos, o Estado não está ao serviço da classe capitalista; pelo contrário, é a classe capitalista que é o Estado. Toda a elite política está íntima e directamente ligada ao capitalismo. De uma certa forma, a censura final das GAFAM a Trump veio sublinhar quem governa, quem tem o poder. Passamos do espectáculo político para a cena dos capitalistas que manipulam o dito espectáculo…

G.- Sim. Hoje em dia, as empresas tecnológicas são todo-poderosas; é um verdadeiro «capitalismo monopolista». O seu controlo dos meios de comunicação social permite-lhes destruir qualquer candidato político. Agora que Trump perdeu a possibilidade de usar o *twitter* e outras plataformas, a extrema-direita ficou basicamente decapitada. Isto explica os apelos, tanto de democratas como de republicanos, para regular as empresas tecnológicas, e mesmo acabar com elas. Estas empresas ajudaram Trump a ascender ao poder e, depois, a espalhar as suas mentiras, e agora têm a possibilidade de o silenciar. Os políticos percebem que podem ser os próximos e, de facto, os republicanos que votaram contra o reconhecimento de Biden como presidente estão a sofrer as consequências. Muitas companhias comprometeram-se a retirar-lhes os apoios.

E agora, o que se segue? Os Democratas podem conservar o poder político durante dois, talvez quatro anos. Biden e o seu governo de orientação liberal não parecem ser capazes de dar resposta a nenhuma das crises que o país enfrenta. Eventualmente, a crise sanitária poderá ser mitigada pela campanha de vacinação, mas a economia está a afundar-se, a miséria explode, a crise ambiental agrava-se cada dia que passa…

A.- «Ficaria surpreendido se a democracia burguesa «ao estilo Obama-Biden» sobrevivesse nos EUA mais de dez ou quinze anos… No passado, a classe dirigente americana podia entender-se mais ou menos quanto a um rumo futuro. Esse acordo sofreu um sério rombo durante os anos 60 com o fim do compromisso no congresso. Desde então, as divisões

agravaram-se. Há anos que a política norte-americana se encontra polarizada e, com a ascensão ao poder de uma figura como Trump, um governo autoritário tornou-se uma possibilidade real.

Trump pode ter perdido a eleição, mas a ameaça trumpista mantém-se. Este ano, tal como em 2016, a maioria dos eleitores brancos votaram em Trump. Obteve mais de 72 milhões de votos e aqueles que votaram nele não vão desaparecer. Trump vai deixar o cargo, mas tentará conservar o controlo do partido republicano e continuará a vomitar ódio e a insistir em medidas autoritárias. Os EUA continuarão polarizados em termos políticos entre republicanos e democratas, ou, para dizer as coisas de um modo ligeiramente diferente, entre uma direita autoritária (partidários de Trump) e uma «esquerda» dividida entre centristas neoliberais e «progressistas».

A divisão entre republicanos e democratas tem sido uma batalha entre a «Main Street», ou localistas e a «Wall Street», ou globalistas. A «Main Street» agrupa os pequenos comerciantes, o imobiliário (de onde vem Trump), retalhistas, pequenos industriais, etc. focados sobretudo nos mercados locais. A Main Street tende a ser nativista, abertamente racista, muitas vezes anti-semita e, sobretudo, antigoverno. Abarca elementos da direita libertária e é apoiada discretamente pelas grandes empresas de combustíveis fósseis e por centenas de milhares de pessoas abastadas. O partido republicano de Trump faz lembrar o movimento em França de Pierre Poujade na década de 1950 (racista, anti-impostos, antigoverno) e a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen (antigoverno, racista, anti-imigrantes, anti-semítico, etc.). Contudo, ao contrário destes, Trump e os seus aliados conquistaram o poder, pelo menos durante quatro anos. Durante esse tempo, com a ajuda de um Senado complacente, fizeram tudo o que estava ao seu alcance para converter a democracia burguesa, tal como é, no governo de um só homem. Trump gostaria de tentar fazer censura à imprensa («a inimiga do povo», como lhe chama), incentivar a violência contra os manifestantes, destruir tudo o que existe de cultura liberal, etc.

«Wall Street» – os globalistas – dominou a política americana desde a década de 1930, embora tenha havido republicanos – Goldwater, Nixon, Reagan e, mais às claras, Trump – que cortejaram a Main Street, fazendo apelo ao racismo e alimentando-o. Pelo contrário, Biden representa um regresso ao *status quo* neoliberal de Obama. A sua missão, na visão dos centristas democratas, é «restituir» aos EUA o seu lugar «legítimo» no mundo, o que significa a renovação do poder imperial a nível global, domínio da NATO, «comércio livre» (eliminando as tarifas de Trump), melhores relações com a China e mesmo com o Irão, e uma política mais dura para com a Rússia e a Coreia do Norte. A nível interno, significa o apoio a programas que tiveram a sua origem com Roosevelt nos anos 30 (Segurança Social, aliança trabalhadores-governo), e com Kennedy nos anos 60 (seguros de saúde Medicare e Medicaid) e um apoio moderado aos direitos civis.

P.- Por agora, a maior parte do país está contente por se ter visto livre de Trump e com esperança de que os democratas consigam pelo menos dar uma resposta organizada à pandemia. Quanto ao resto, não tem grandes expectativas de que as coisas mudem. É como que um atrasar do relógio para 2016, para antes de Trump, excepto que o fosso ideológico entre os neoliberais reaccionários e os neoliberais progressistas se alargou. Biden será empurrado um pouco para a esquerda e o partido republicano pode muito bem desfazer-se. Verdadeiramente importante para a classe capitalista americana foi o facto de o populismo social-democrata de Bernie Sanders, uma preocupação nova, ter sido contido. As pessoas que não são conspiracionistas fascistas, nem notórias racistas, nem fundamentalistas religiosas ficaram tão aliviadas que estão de um modo geral contentes com o que lhes oferecem os democratas, pelo menos por agora.

Manifestação em Portland após as eleições de 2020

Mas a crença subjacente no sistema terá ficado porventura suficientemente debilitada para que, quando as disfunções do capitalismo inevitavelmente se manifestarem na degradação constante da economia, do clima e da saúde da população mundial, se comece a procurar uma alternativa.

A.- Biden vai revogar as ordens executivas de Trump, restaurar as salvaguardas ambientais que estavam em vigor em 2016, suavizar a política de imigração de Trump, admitir mais refugiados e imigrantes «legais», trabalhar com cientistas governamentais para controlar a pandemia, etc. Os dias dos «factos alternativos» e da anti ciência terminarão, pelo menos a nível do governo, embora Biden vá enfrentar revoltas a respeito de questões como o uso obrigatório de máscara e as leis das armas, ou estabelecer alguma forma de controlo sobre a polícia. Biden não dará seguimento à exigência dos progressistas de reduzir o orçamento da polícia, mas pode tentar avançar com reformas nas forças de segurança, o que provavelmente estará votado ao fracasso. Nos EUA, a polícia mantém uma cultura de funcionamento autónomo e continua a violar grosseiramente a lei, reprimir violentamente as manifestações e a assassinar negros, muitas vezes com total impunidade.

Em termos mais gerais, Biden, no seu primeiro ano no cargo, tentará prosseguir um programa neoliberal que provavelmente conjugará austeridade e globalismo amigo das grandes empresas. A sua administração tentará estancar a disseminação do coronavírus, tentar suster a queda da economia, talvez insistir num salário mínimo de 15 dólares por hora, etc. Todavia, tal como aconteceu com Obama, não conseguirá levar este programa muito longe. Entretanto, a polarização política continuará.

> Ficaria surpreendido se a democracia burguesa «ao estilo Obama-Biden» sobrevivesse nos EUA mais de dez ou quinze anos.

Voltemos à questão da tendência social-democrata que se manifestou à volta da candidatura do Bernie Sanders. Quais são as suas perspectivas futuras?

A.- A grande maioria dos que seguem Bernie Sanders são, como o próprio Sanders, sociais-democratas moderados, muito sintonizados com o *Democratic Socialists of America* (DSA). Se alguém se der ao trabalho de eliminar a retórica republicana, o seu programa atrai grandes faixas da população, inclusivamente muitas pessoas que votaram no partido republicano: cuidados de saúde públicos universais («Medicare para todos»), universidades públicas sem propinas, o «New Deal Verde» (um esforço em grande escala para parar o aquecimento global), maior diversidade, uma política de imigração humana, etc. Sanders lidera uma corrente «progressista» que tem vindo a crescer no partido democrata, que teve ganhos nas eleições de 2018 e 2020 para a Câmara dos Representantes. O arauto mais conhecido da social-democracia na Câmara dos Representantes talvez seja Alexandria Ocasio-Cortez, que se tornou uma estrela da comunicação social e um dos ódios de estimação dos republicanos. O seu grupo na Câmara, conhecido por «*squad*» [brigada], constituída por mulheres de cor, tem também tido direito ao seu quinhão de ódio racial e de demonização.

Os eleitores jovens impulsionaram o desvio para a esquerda. Muitos encontram-se a braços com dívidas de empréstimos de estudos, muitos têm empregos precários e sem futuro, e não vêem perspectivas viáveis para si próprios ou os seus amigos, e têm mais consciência do que os mais velhos da ameaça que representa o aquecimento global. Uma sondagem recente do *New York Times* incindindo sobre a faixa etária dos 18 aos 39 anos mostra que, perante uma escolha entre capitalismo e socialismo (estava subjacente que se tratava aqui de social-democracia), metade escolheu o socialismo. E a percentagem pró-socialista seria sem dúvida maior se a pesquisa tivesse incluído apenas a faixa dos 18 aos 29 anos. Esta é uma tendência completamente nova na América!

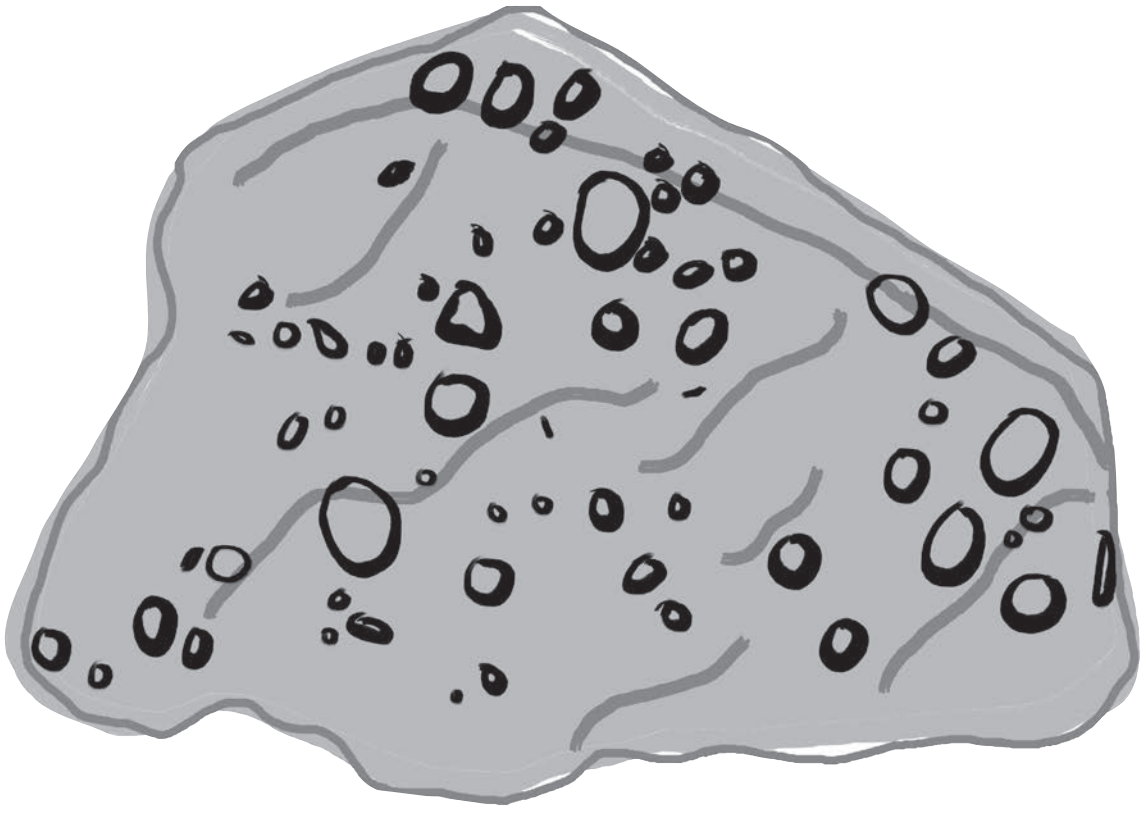
Além disso, a análise estatística dos resultados eleitorais por idade mostra que, em estados em que os democratas ganharam, o grupo etário com maior percentagem de votos nos democratas foi o dos 18 aos 29 anos. A segunda maior percentagem referia-se às idades de 64 anos ou superior – o que não surpreende, dado que estes eleitores receavam, muito justamente, que, num segundo mandato, Trump e os republicanos eliminariam ou restringiriam a segurança social, o Medicare e o Medicaid.

As manifestações do Black Lives Matter que ocorreram durante o Verão acentuaram as divisões políticas. Os republicanos classificaram as manifestações de «motins», que deviam ser «dominadas» pela polícia e pelas milícias paramilitares governamentais, descreveram o Black Lives Matter como um «grupo de ódio» e tentaram fazer passar a ideia de que se os democratas ganhassem, os «antifa» e os «anarquistas» arrasariam as cidades. Os democratas tentaram apropriar-se de um movimento que começou por ser espontâneo e basista e, em grande medida, conseguiram-no. Black Lives Matter, que surgiu durante a revolta de Ferguson em 2014, beneficiou de uma enorme vaga de aprovação popular no início do Verão. No Outono, o movimento ainda promoveu manifestações, mas também apelos às pessoas para que fossem votar.

NOTAS

1 Colum McCann, «Le grand entretien», America, nº16, Inverno 2021.

O silêncio das pedras parideiras



M. ARAÚJO
IMAGEM **NIMA SEMEDO**

Estamos presos na lógica cultural da objectificação e na lógica objectificante da cultura, de modo que aqueles que aconselham novos rituais e outras formas representacionais como o caminho para uma existência reencantada não entenderam o essencial.

JOHN ZERZAN, *O fracasso do pensamento simbólico*[1]

Durante a maior parte da sua existência, até ao aparecimento das primeiras sociedades sedentárias, a humanidade viveu sobretudo da caça e da recolecção. Com o surgimento da agricultura e a domesticação de animais, o ser humano tornou-se produtor dos meios para a sua subsistência. Esta mudança estabeleceu as bases da civilização e veio configurar o mundo até ao presente. É a partir da «revolução neolítica» que se inicia a ascensão do poder da humanidade, ou de uma cultura que passou a ser identificada com a humanidade. Na opinião de alguns autores, é também o começo da actual época geológica designada por antropoceno[2].

Para o arqueólogo francês Jacques Cauvin, que dedicou a maior parte das suas pesquisas ao estudo da pré-história no Oriente Próximo, o domínio e a transformação da natureza não tiveram origem em razões materiais como a alteração do clima, o crescimento da população ou a diminuição de recursos. Ele fundamenta essa mudança numa profunda transformação cognitiva que designou por «revolução dos símbolos»[3]. Segundo Cauvin, as imagens neolíticas que representam «seres supremos» sugerem uma nova psicologia do ser humano submetido a uma força divina personalizada e dominadora. Ele encontra esses símbolos na figura de uma mulher, representando uma deusa, e na figura de um touro, representando um deus masculino. A deusa e o touro seriam a base de um novo sistema religioso que desde o neolítico se foi difundido por todo o Oriente Próximo. Cauvin argumenta que na arte paleolítica não estão representados seres sobrenaturais, pois as colecções de mamutes das cavernas franco-cantábricas não são alusivas a um «deus mamute». O nascimento das divindades e o reconhecimento dessa dualidade terão estabelecido a agência necessária ao surgimento da agricultura.

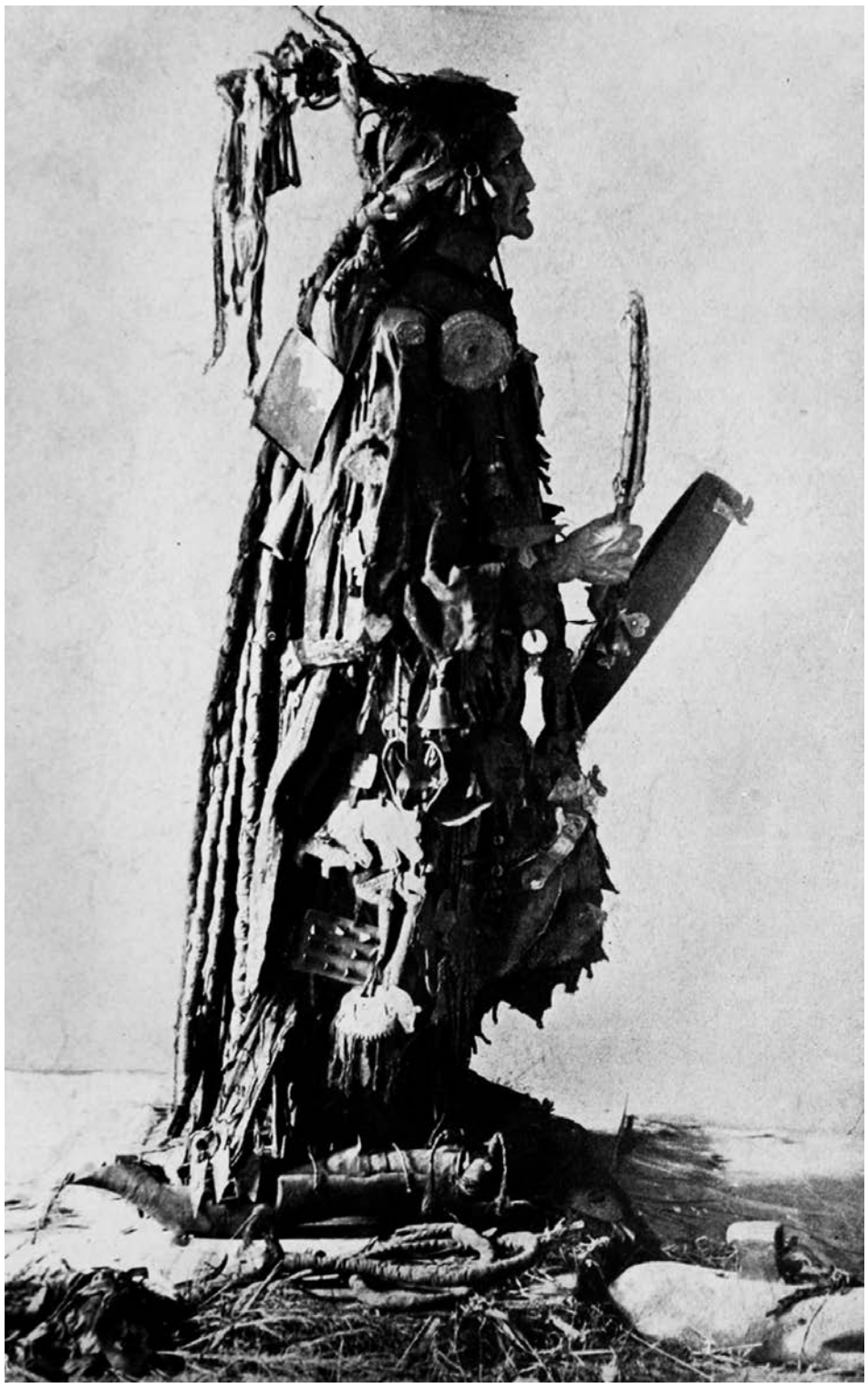
Os megalíticos de Göbekli Tepe no sudoeste da Turquia parecem sustentar essa hipótese, colocando a religião e o ritual no centro dessa mutação cultural. Estima-se que as grandes estruturas em pedra tenham sido erigidas há 12 mil anos, antes mesmo das primeiras práticas agrícolas. O nível de organização e trabalho necessários à sua construção excedia a capacidade de pequenos bandos de caçadores-recolectores, sugerindo que as bases para a sedentarização já existiriam antes das primeiras comunidades agrárias. Os pilares de pedra em forma de T, com figuras de animais e humanos cravadas em relevo, são interpretadas como representando deuses antropomórficos sobrepondo-se ao mundo natural[4]. Algumas dessas figuras representam falos, sugerindo que o tema da «virilidade» já faria parte desse simbolismo. O templo foi usado em períodos posteriores para funerais e excarnações conotadas com o culto dos mortos. Lewis Mumford refere-se aos primeiros assentamentos humanos como a cidade dos mortos ou «thanatopolis».

> É com o desbravar da natureza que o politeísmo ganha força, incensando as divindades da domesticação.

O culto do touro que Cauvin associa ao deus masculino de Çatal Hüyük perpetua-se pelas civilizações urbanas da Idade do Bronze Oriental na figura de um deus antropomórfico, venerado como herói guerreiro e «civilizador». É o deus Baal das tempestades e da fertilidade para os Fenícios, é o deus Adad para os Sumérios. A força bruta e selvagem do touro depois de dominada e «humanizada» converte-se em força produtiva, símbolo de «virilidade» e domínio. Será essa uma das razões por que o confronto entre o homem e o touro, visível nos ritos tauromáquicos, se foi difundindo desde Çatal Hüyük até à Creta minóica ou à Ibéria, do Neolítico à Idade do Bronze até ao presente. Os povos celtas da Gália e da península Ibérica incluíam nas suas práticas religiosas o sacrifício de touros.

De forma semelhante, o culto da «deusa mãe» triunfou nos estados teocráticos das antigas civilizações da Mesopotâmia e do Egipto. A deusa era conhecida por Ishtar na Babilónia, Isis no Egipto, Astarte na Fenícia, Rea para os minóicos. Estas sociedades estariam bem distantes do imaginário pacífico e igualitário que tenta identificar a veneração de divindades femininas com a hipótese do matriarcado[5]. Com o advento da agricultura e a sua expansão, a fertilidade adquire um sentido utilitário e patriarcal – a Mãe Terra que nutre e alimenta passa a ser a Grande Mãe que produz e concebe depois de fecundada. E quando se dá a apoteose, a Grande Mãe passa a ser a Deusa Mãe que exige autoridade, expiação e sacrifícios. Sentada no trono, acessível através do seus sacerdotes, torna-se aliada das monarquias divinas.

Do Oriente Próximo à Mesoamérica todas as civilizações antigas emergiram a partir da estratificação social, da conquista de território, da escravatura e da veneração dos deuses, muitas vezes identificados com os governantes. À medida que as divindades foram crescendo, ganhando forma humana, a religião começou a confundir-se com as instituições de poder e suas elites. A ordem social passou a ser legitimada nos templos e festivais dos



O Xamã foi talvez o primeiro especialista ou mediador do «sagrado», a seguir à invenção do ritual, embora não seja ainda uma autoridade religiosa, no sentido em que o seu poder lhe permite subjugar os outros elementos do grupo.

calendários oficiais do Estado. Mesmo nas celebrações em que essa ordem é suspensa temporariamente, como nas extasiantes bebedeiras dos cultos a Dioniso, na Grécia, ou na Saturnália romana, quando os senhores ofereciam serviço de mesa aos seus escravos, o objectivo era libertar nesses dias as frustrações e a tensão acumulada durante os resto do ano; para que a repressão, os códigos morais e as obrigações perdurassem.

É com o desbravar da natureza que o politeísmo ganha força, incensando as divindades da domesticação. Na religião africana dos Iorubás, Ogum é o orixá da guerra, da agricultura e do ferro. Na mitologia grega, Deméter, deusa das colheitas, é cultuada como símbolo da sociedade agrária. Cibele, antes cultuada como deusa da fertilidade e da natureza selvagem, passou a ser a protectora das cidades-estado. Héstia era a deusa grega da arquitectura, da família e do Estado. Mercúrio era o deus romano associado aos ganhos financeiros e ao comércio. Nas culturas pagãs europeias há um mito de conquista e progresso que ecoa por toda a mitologia e folclore proto-indo-europeu - um deus-herói masculino, associado à guerra, à ordem cósmica e à civilização, subjuga uma serpente ou um dragão, associado à natureza, ao feminino, ao caos e à rebelião[6]. Este mito é personificado por vários deuses, incluindo Thor, o deus Viking dos trovões e da fertilidade, ou Lugus, um dos heróis da mitologia Celta irlandesa. Apesar das tradições orais destas culturas conterem ainda elementos animistas, o animismo começou a morrer com a progressiva urbanização, com a ascensão do divino humanizado e a sua agência civilizadora. Pan, o deus-fauno da caça e do pastoreio, popular entre os camponeses, é a única divindade que morre no panteão grego, simbolizando essa transição.

As religiões monoteístas surgem a partir de uma nova «revolução dos símbolos» que foi acontecendo a partir do primeiro milénio AC, num período de crescente urbanização, inovação técnica e conflito, no apogeu da idade do ferro, ao qual remonta também a invenção da moeda[7]. Coincide com o tempo histórico onde Karl Jaspers situa a hipótese da «era axial»[8], na qual terão surgido os «fundamentos espirituais da humanidade» que deram origem às «religiões universais», entre elas o budismo, o hinduísmo e as religiões abraâmicas. É o tempo dos profetas e dos filósofos que inspiraram novas ideologias da civilização, como Ezekiel, Zoroastro, Platão ou Confúcio; e de outros que se opuseram a elas, como os Cínicos na Grécia ou os Taoistas na China. Com as crescentes tensões sociais e económicas, a escalada de conflitos e o militarismo, foi necessário reestruturar o sistema de poder e criar uma nova realidade ontológica. A visão mitológica do mundo arcaico e os seus ídolos estava obsoleta para acompanhar os avanços da civilização. Com o «desencantamento do mundo», a providência divina deixa de ser imanente e passa a ser transcendente.

Para os povos primitivos amar a natureza parte de uma relação de confiança e não de uma crença.

O Xamã foi talvez o primeiro especialista ou mediador do «sagrado», a seguir à invenção do ritual, embora não seja ainda uma autoridade religiosa, no sentido em que o seu poder lhe permite subjugar os outros elementos do grupo. Os seus poderes são limitados e as suas funções não são exercidas a tempo inteiro. Mais do que um mediador, o Xamã é sobretudo um artista, um actor e um visionário. Através das suas práticas extáticas ele acorda o mundo sensível, «viaja» para um tempo passado de unidade e comunhão com a natureza. O ritual e a figura do Xamã aparecem para restabelecer simbolicamente uma ligação que se começava a perder e era preciso resgatar para manter o equilíbrio da comunidade. No entanto, à medida que essa experiência passa a ser «recriada» e mediada por um especialista, a vitalidade sensorial do grupo começa a decrescer. Na tradição oral do povo Inuit existe um poema que relembra o tempo em que esse estado de consciência era partilhado por todos: "*Nos primeiros tempos, quando pessoas e animais viviam na terra, uma pessoa podia tornar-se animal, e um animal podia tornar-se pessoa. Às vezes eles eram pessoas, às vezes eram animais, não havia diferença. Todos falavam a mesma língua*"[9].

O mundo natural começou a ser conquistado pela humanidade a partir do momento em que esta deixou de se ver como parte dele e passou a procurar o seu domínio. Antes dessa separação pouco sentido faria venerar divindades, seguir cultos ou professar fés religiosas. A ideia de sobrenatural designa aquilo que ocorre fora das leis naturais, designa aquilo que é superior ao natural. Quando a vida segue agradável, fluída e a natureza é vista como uma família alargada, deixa de fazer sentido inventar superstições e «fetiches», impor crenças e rituais. Para os povos primitivos amar a natureza parte de uma relação de confiança e não de uma crença. Amam a Mãe Terra ou a Mãe Floresta[10] mas não a temem, não são forçados a apaziguá-la ou cativar a sua benevolência, como se esta fosse uma divindade vingativa e caprichosa. Será essa a mundividência partilhada por muitos desses povos que foram extintos, e outros que continuam a resistir ao acosso da civilização, como os Hadza na Tanzânia, os Bambuti no Congo, os Pirahãs no Brasil ou os Sentineleses na Ilha Sentinela do Norte. Estes não precisam de mitos para dar sentido às suas vidas, nem tampouco deuses, rituais de veneração ou sacrifícios. E por isso dispensam também os mediadores ou os representantes do «sagrado».

Marshall Sahlins refere-se ao modo de vida dos povos caçadores-recolectores como o «caminho Zen para a afluência»[11]. Para estes povos, a superação da escassez tem origem no limite de necessidades, esta será uma das razões para a sua felicidade e abundância. Não seria sempre um mar de rosas, acreditar nisso seria acreditar em mais um mito, mas a metáfora é válida e pode ser aplicada às necessidades espirituais ou a qualquer outro artifício para «religar» o humano ao mundo natural. Longe de ser uma recomendação sobre o caminho ascético, tampouco um conselho sobre meditação – significa apenas que para podermos voltar a ouvir os cânticos da terra é necessário despojar-nos de deuses, deusas, credos, rituais, bruxos, xamãs, gurus e toda essa parafernália de mitos, símbolos e mediadores que nos distraem do mundo sensível, desse mundo «mais-do-que-humano» que vamos silenciando com os filtros da cultura e da ciência. Depois disso talvez possamos voltar a entender a linguagem dos lugares, sentir a intimidade das árvores, dos rios e das montanhas, e quem sabe, voltar a ouvir de novo o murmurar das pedras parideiras….

NOTAS

1 Running on Emptiness: The Pathology of Civilization, John Zerzan (Feral House 2008).
2 *How Did Humans First Alter Global Climate?*, William Ruddiman (Scientific American 2005).
3 *Nascimento das Divindades, Nascimento da Agricultura,* Jacques Cauvin (Instituto Piaget 1997).
4 *Göbekli Tepe – the Stone Age Sanctuaries*, Klaus Schmidt (2010).
5 Goddess mythology in ecological politics, Janet Biehl (1989).
6 How to Kill a Dragon: Aspects of Indo-European Poetics, Calvert Watkins (1995).
7 Debt: The First 5000 Years, David Graeber (2011).
8 The Origin and Goal of History, Karl Jaspers (1953).
9 Entrevista a Nalungiaq, mulher Inuit entrevistada pelo etnólogo Knud Rasmussen no início do século XX.
10 The Forest People, Colin Turnbull (1961).
11 Na conferência "Man the Hunter", Marshall Sahlins (1968).

Ateus, libertários e iconoclastas

M. RICARDO DE SOUSA
IMAGEM **RICARDO JORGE**

As últimas décadas trouxeram muitas surpresas e uma das mais sinistras foi o regresso do fanatismo religioso. Como ateu e libertário, um dos componentes do discurso anarquista que mais me motivou na minha militância inicial foi o anti-clericalismo e a crítica da religião. Os textos de Proudhon, Bakunin e Sebastian Faure ou, entre nós, de Tomás da Fonseca e Roberto das Neves foram decisivos na minha formação. Se já não conheci o pior do catolicismo tradicional, ainda frequentei, em criança, as igrejas escuras cheirando a morte, incenso e bafio e convivi com o catolicismo reaccionário português anterior ao Concilio do Vaticano II. Vi com os meus olhos como a igreja portuguesa ficou incomodada com a queda da ditadura e saiu da sua acomodação salazarista naqueles anos do PREC, mobilizando os camponeses do norte para manifestações e incêndio de sedes de partidos de esquerda, como o havia feito, no passado, contra o liberalismo e a república.

Apesar disso, com o tempo, acabei reconhecendo as mudanças ocorridas no cristianismo e conheci pessoas como o iconoclasta Padre Mário Oliveira, o meu amigo Carlos Diaz, cristão anarquista, descobri pensadores judeus libertários, como Martin Buber, e travei relações com cristãos das comunidades de base ligados à Teologia da Libertação, no Brasil. Não puseram em causa as minhas convicções ateias, mas contribuíam para que eu visse as religiões de um ponto de vista mais favorável, e compreendesse o papel da espiritualidade e da mística religiosa para muitas pessoas. Passei a reconhecer que o problema da mudança social não passa hoje pela luta, como foi no passado, contra a religião em si mesma, mas contra as classes dominantes que são, em grande medida, materialistas. As nossas alianças já não podem ser, como no século XIX e começo do século XX, com a burguesia "progressista" e anti-clerical que, por trás dessa modernidade iluminista, escondia a sua sede de poder. O ajuste de contas histórico na Revolução Espanhola com o clero reaccionário, com fuzilamentos e incêndio de igrejas, que não foi exclusivo dos anarquistas, pode compreender-se dentro da guerra social que opunha as diferentes classes e grupos sociais na Espanha moderna, e pela história da Igreja, mas está longe do que são os objectivos de uma mudança libertária radical. Tudo isso é passado.

Assistimos também à falência das sociedades materialistas do chamado socialismo real, onde se impunha o marxismo-leninismo como religião e dogma, o que nos ensinou que o ateísmo não é algo que possa ser ensinado nas escolas e menos ainda imposto burocraticamente pelo Estado a uma comunidade.

Chegados ao novo século, mas não de repente, porque o fundamentalismo cristão vinha a crescer nos EUA desde os anos 70, e os *ayatollahs* haviam tomado conta do poder no Irão nos anos 80, o fanatismo religioso reentrou nas nossas vidas de forma ameaçadora. Os fanáticos cristãos, judeus, hindus e islâmicos querem impor novamente as suas convicções sectárias e apropriar-se do Estado para o tornar um instrumento das suas crenças. Quando parecia que nos tínhamos livrado, pelo menos na Europa, das Inquisições, da censura religiosa, do fanatismo religioso, do imperialismo papal, do estado confessional, regressam essas ameaças através de grupos religiosos das mais diversas origens.

Nos EUA e no Brasil, as seitas evangélicas e pentecostais, autênticas empresas de extorsão, adquirem uma força e poder impensáveis há uns anos, que se começa a espalhar pela América Latina e África. Da mesma forma, o poder sectário dos ortodoxos regressou após a queda dos Partidos Comunistas no Leste da Europa, regressando também os católicos fundamentalistas na Polónia ou os fanáticos judeus em Israel. Por todo o lado, do Islão agressivo e fanático que se espalha como uma mancha de óleo sujo. Todos estes movimentos formam uma vaga sinistra que ameaça a liberdade e o livre-pensamento em todas as sociedades.

> É tempo de os libertários retomarem urgentemente o seu discurso anti-clerical, questionando todo o reacionarismo religioso e todas as estruturas de poder religioso.

É neste contexto de desastre que alguns intelectuais, em nome do multiculturalismo, recusam a crítica das religiões e defendem as práticas sectárias e reaccionárias dos grupos religiosos arcaicos em nome da diversidade. O que, no passado, foi combatido tenazmente, o conservadorismo e reaccionarismo do cristianismo, hoje temos de tolerar nos grupos fundamentalistas das outras religiões, em nome desse tal multiculturalismo. Do véu à burka, do machismo à homofobia predominantes no Islão conservador, dos casamentos negociados às práticas rituais de excisão feminina, da extorsão das esmolas à fabricação dos milagres dos ditos cristãos pentecostais, tudo pode ter cobertura em nome da liberdade de crença e da diversidade cultural. Só podemos, eventualmente, criticar os cristãos e o clero romano e suas práticas de abuso e pedofilia, pois se o fizermos em relação aos muçulmanos e judeus, seremos acusados de islamófobicos ou anti-semitas.

É, pois, o tempo de os libertários retomarem urgentemente o seu discurso anti-clerical, questionando todo o reacionarismo religioso e todas as estruturas de poder religioso. Se, no passado, o foco era Roma e o papado, hoje devem ser as novas igrejas cristãs fundamentalistas, o Islão, o hinduísmo e o judaísmo fanático. Particularmente o Islão, pois tem um projecto político agressivo e expansionista que pretende impor por todo o lado através da guerra santa.

Não é aceitável que, em nome da diversidade e da liberdade de crença, valores caros aos libertários, se pretenda impor uma mordaça às críticas ao fanatismo religioso agressivo e a costumes arcaicos, que já deveriam ter sido enterrados pela história. As práticas violentas e autoritárias religiosas, mais ainda o terrorismo religioso, não são aceitáveis para nenhum libertário, e o poder teocrático não é menos ameaçador do que as classes e elites dominantes racionalistas e agnósticas do ocidente, pelo contrário, representam o retorno a formas arcaicas de dominação.

Reconhecer, principalmente nós os ibéricos, que o Islão, tal como o Cristianismo, produziu ao longo da história coisas admiráveis na arte, na cultura e no pensamento, é uma demonstração de que se conhece a história com todos os seus percursos contraditórios, mas não podemos esquecer as tragédias, ódio, violência e dor imperdoáveis provocadas por essas mesmas religiões. Sabemos que, também nos movimentos religiosos, houve uma diversidade de histórias e uma pluralidade de correntes, com as suas heterodoxias e dissidências, mesmo dentro das religiões monoteístas. No judaísmo, no cristianismo, no islamismo e no hinduísmo tem havido do melhor e do pior. Mas hoje, mais que em qualquer outra época, é importante que as sociedades tenham uma fobia real em relação a todo o fanatismo religioso, tal como ao fanatismo político, seja ele qual for. Não podemos dar nenhum espaço aos que querem, em nome do seu deus, queimar, torturar, assassinar, aterrorizar ou reduzir à submissão gentios, pagãos e descrentes. Do que se trata realmente é de saber se as nossas sociedades podem aceitar que as religiões voltem a ser protagonistas totalitárias que nos querem impor dogmas, crenças e costumes que têm a sua raiz num passado arcaico em que nos arrastávamos sobre a Terra sem ter a ciência como uma vela no escuro, na bela imagem de Carl Sagan.

A comunidade LGBTIQ+ em tempos de pandemia

Estamos em finais de janeiro e faz quase um ano que entrámos num primeiro confinamento devido à pandemia resultante da COVID-19. Se o seu início foi particularmente difícil para a comunidade LGBTIQ+ (Lésbica, Gay, Bissexual, Trans, Intersexo, Queer e outras) e outros grupos vulneráveis, agora, passado quase um ano, observamos que os problemas acumulam-se a cada dia. Estas dificuldades reportam-se a vários quadrantes das suas vidas: na casa, no trabalho, na escola, na saúde e nos espaços públicos.

DANIELA FILIPE BENTO
ILUSTRAÇÕES **DANIELA RODRIGUES**

O isolamento era já uma realidade pré-pandemia, porém esta provocou uma maior segregação da sociedade. A título de exemplo, o retorno a casa é uma dificuldade: desde os silêncios continuados, à manutenção de relações familiares tóxicas e LGBTIQ+--fóbicas. O total fecho dos poucos espaços públicos e de socialização acessíveis contribuiu para a indiferença e para uma desproteção considerável da comunidade. Os pedidos de ajuda têm crescido em número significativo, mas muitas vezes a resposta é limitada pela segurança habitacional. Apesar de se tentar oferecer alternativas digitais para as poder acompanhar, a verdade é que nem sempre é possível. Muitas pessoas não têm condições seguras para poder falar ao telefone ou estar numa videoconferência e/ou não têm acesso a meios digitais.

A precariedade, a falta de rede de suporte emocional e a falta de um sistema de apoio de proximidade ampliou os efeitos da discriminação social, sistémica e institucional que atentam aos direitos destas pessoas. O alto nível de desemprego atinge esta população, maioritariamente em trabalhos precários e que devido à crise perderam de forma significativa o seu rendimento. Pessoas trabalhadoras do sexo, pessoas que trabalham em atividades presenciais e/ou atividades que não são consideradas de primeira necessidade, viram as sua oportunidades desaparecer. A falta de apoio social e de respostas funcionais que ofereçam alternativas tornaram inviável ter uma vida digna. Também a falta de visibilidade inviabiliza o apoio social, pois muitas vezes as pessoas não têm ninguém a quem recorrer e as suas redes de apoio estão, neste momento, também elas desgastadas com a crise pandémica.

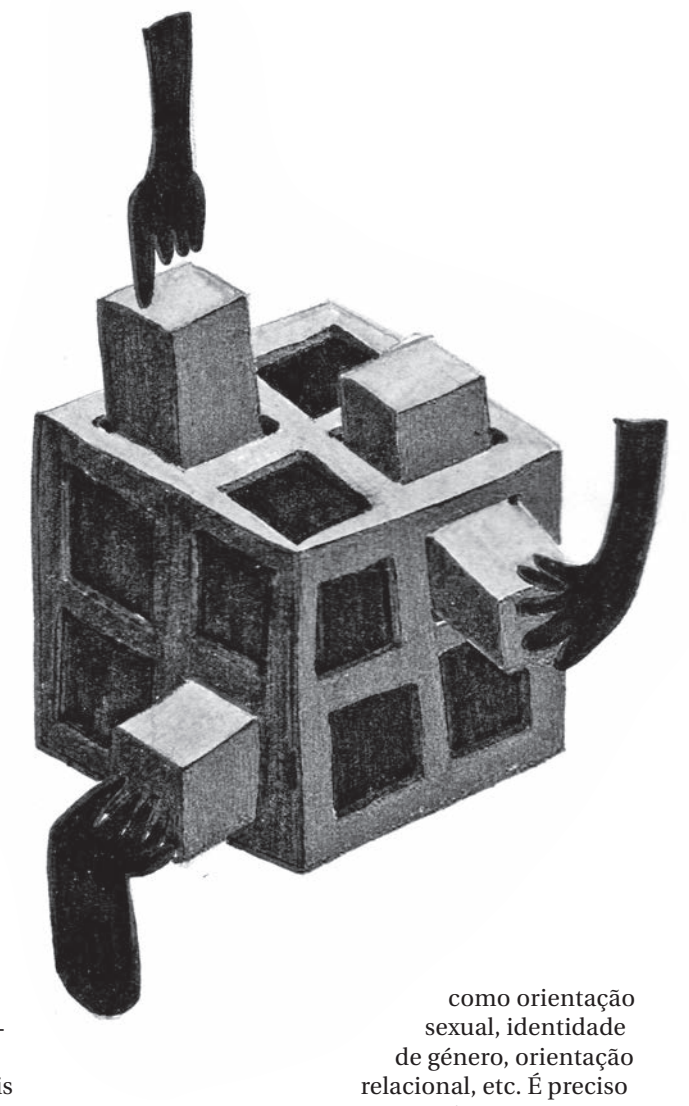
A desresponsabilização do Estado para com a comunidade LGBTIQ+ e outros grupos vulneráveis tem mostrado que há um trabalho enorme e contínuo a fazer junto das instituições. Tem cabido cada vez mais às associações e coletivos que trabalham no âmbito das questões LGBTIQ+, como, por exemplo a ILGA Portugal, a TransMissão, a AMPLOS, a Rede Ex Aequo, o Queer Tropical, desenvolver um trabalho de apoio de proximidade à população. Esta pandemia veio mostrar uma realidade que já era conhecida, mas que foi consecutivamente subestimada e subvalorizada. Assistimos no passado, e continuamos a assistir, a uma degradação contínua das condições em que vivemos, a uma degradação da própria conjuntura social.

Do ponto de vista da saúde, tendo em conta a atual crise sanitária os problemas são muitos. Por exemplo, a comunidade Trans, em largo espectro, depende, do sistema nacional de saúde (SNS) que está, neste momento, a caminho da saturação. Num período pré-pandemia, o acesso à saúde era um dos maiores problemas que estas pessoas enfrentavam e, agora, em situação de pandemia, o sistema deixou de dar resposta ou, está a dá-la a um ritmo insustentável. O Hospital Universitário de Coimbra realizou apenas quatro cirurgias durante o ano passado. Uma resposta ineficiente relativamente à procura que existe. Continuamente as pessoas são empurradas para procurar soluções no sistema de saúde privado que lhes custa, muitas vezes, empréstimos bancários ou outras soluções, como o *crowdfunding*. A ineficiência e a destruição do SNS nos últimos anos têm tido consequências devastadoras. Porém, quando falamos em SNS não devemos olhar só para os tratamentos Trans específicos (tratamentos relacionados com processo de transição), mas também para os tratamentos Trans não específicos. Sabemos que para as pessoas LGBTIQ+ a dificuldade em procurar ajuda clínica é superior que no resto da população. Esta dificuldade traduz-se em estatísticas que apontam para uma maior vulnerabilidade em determinados diagnósticos. Por exemplo, a percentagem de ideação suicida é maior, bem como a prevalência de diagnósticos de saúde mental. É importante frisar que muitos destes diagnósticos são consequência direta do ambiente hostil que a generalidade das pessoas LGBTIQ+ vivem.

Neste período também assistimos ao aumento dos discursos de ódio, proporcionado pela ascensão de forças de extrema-direita e ultra-conservadora. Este crescimento tem contribuído para deslegitimar estas vivências e estas vidas induzindo falácias no discurso e criando pontes com grupos que se reconhecem anti-LGBTIQ+.

Estas forças que estão cada vez mais presentes, com mais militantes e mais reconhecidas por se afirmarem de uma forma usurpadora do termo «anti-sistema», ostentando-se contra todo e qualquer direito pela igualdade de género, contra os direitos das pessoas de grupos minoritários, pessoas migradas, etc. Forças neo-fascistas que têm conquistado um lugar na sociedade à custa da exploração do medo e dos discursos propagandistas.

É neste sentido que os movimentos sociais, como a esquerda anti--capitalista ou movimentos feministas, devem pensar e repensar de forma mais profunda sobre esta realidade. É importante interrogarmo-nos por que é a sociedade, em geral, tão LGBTIQ+-fóbica. Muitas vezes, questionamos a validade destas identidades, mas não questionamos o comportamento das pessoas que estão fora deste grupo. Isto reflete uma realidade de pensamento concreta: nós, as pessoas LGBTIQ+, somos consideradas as desviantes, não as pessoas que comprovamos a diversidade identitária, sexual e relacional. Muitas vezes e, em consequência deste pensamento, a integração de pessoas LGBTIQ+ é maior quando cumprem determinados padrões sociais. Modelos estes construídos como retórica da manutenção de uma estrutura hierárquica. No entanto, esta aparente



inserção tem um custo, um custo significativo que atenta à liberdade pessoal.

É preciso ir mais longe. É preciso aprofundar a fobia naturalizada, a violência normalizada. É preciso denunciarmos todas as formas de abuso, todas as formas de agressão e micro-agressões, muitas vezes subvalorizadas e normalizadas no nosso quotidiano. Agressões e micro-agressões essas que são cada vez mais visíveis e legitimadas.

As questões LGBTIQ+ não se podem desvincular e serem analisadas singularmente. As pessoas vivem opressões múltiplas e, por exemplo, não será, o mesmo viver em Portugal com nacionalidade portuguesa e ser LGBTIQ+ ou ser uma pessoa migrada em situação administrativa irregular, também LGBTIQ+, a viver neste território. Sabemos que os recortes múltiplos das hierarquias de poder têm um peso enorme quando se trata de equacionar políticas públicas para a salvaguarda dos direitos das pessoas. Porém, acima do direito, da integridade e da vida digna, estão muitas vezes outras motivações que se alegam superiores. A defesa da família tradicional, o estigma, a criminalização social e a patologização, a manutenção das estruturas de poder continuam a colocar entraves em todas as hipóteses para a defesa da diversidade.

É preciso olhar para esta realidade de uma forma crítica e não superficial. É necessário questionar estas estruturas de poder, é necessário entender a forma como se construíram e como mantêm o seu *status quo*. Por exemplo, sabemos que o capitalismo se alimenta de si mesmo e fecha um ciclo entre o oprimido e opressor, dando ao opressor todas as ferramentas necessárias para continuar e manter a sua estrutura de poder. Nesta linha de pensamento, sabemos que as pessoas LGBTIQ+ são usadas frequentemente como fonte de rendimento financeiro, estatuto (entre outras) num circuito de aproveitamento das suas necessidades (aquilo a que chamamos comummente de *pink washing*), fazendo uma lavagem empresarial, pessoal (e não só) sobre as suas próprias políticas de inclusão e de trabalho ético. Este processo leva as pessoas a uma falsa crença de que existe uma maior abertura para a inclusão de pessoas de sexualidade, género e relações dissidentes.

A pandemia mostrou-nos que as pessoas continuam desprotegidas, continuam em situação vulnerável. Afinal, quem beneficia destas políticas de inclusão? Ou, de uma forma diametralmente oposta, que situações de abuso social existem para a manutenção deste *status quo*? Para além das políticas económicas que são avassaladoras para os grupos minoritários, que políticas sociais estão a ser criadas? Ou, de uma forma mais concreta, que pessoas têm acesso a essas mesmas políticas? Estamos realmente a criar políticas inclusivas? Novamente, quem tem beneficiado dessas políticas? Vale a pena questionar quem as cria e se serão as pessoas visadas incluídas nesse processo de decisão. Sabemos que na maioria das vezes não. Em relação às pessoas LGBTIQ+ a ênfase coloca-se em discursos patologizantes e discriminatórios, poucas vezes ouvindo a experiência e a sua vivência. Pois nós temos «de ter justificação». As nossas experiências não têm valor por si só.

A experiência tem-nos ensinado que a defesa dos direitos LGBTIQ+ não se pode dissociar da luta contra o capitalismo, o colonialismo, o racismo, a xenofobia, o classismo, o capacitismo, entre outras formas de opressão estrutural e sistémica. Assim, resulta que durante a crise pandémica muitas vozes se têm tentado fazer ouvir para assinalar falhas consecutivas no(s) sistema(s) em que vivemos. Grupos de pessoas que continuaram a manifestar-se pelo direito a uma vida digna, a um planeta protegido e ao combate ao discurso de ódio. Porém, a pandemia colocou muitas limitações ao modo como as pessoas podiam fazer as suas manifestações – limitadas no espaço público, tentando aproveitar os meios digitais.

A pandemia vai durar e é necessário e urgente criar medidas concretas e aplicáveis que defendam os direitos das pessoas LGBTIQ+. É importante reconhecer que cada pessoa tem uma especificidade e as respostas devem ser tomadas à medida. A incapacidade política de trabalhar ao nível da especificidade contribuiu de forma elevada para a sustentação de determinados mecanismos e tecnologias de género.

Porém, não chegam medidas para atenuar as desigualdades sociais durante a época de pandemia, é preciso medidas sustentáveis e contínuas no tempo. Precisamos apostar na educação para a cidadania levando temas como orientação sexual, identidade de género, orientação relacional, etc. É preciso apostar no apoio ao emprego, num combate sério contra a discriminação no local de trabalho ou no processo de recrutamento. É preciso reformular o SNS para acomodar as diferentes necessidades, formando as equipas para as experiências diversas que existem. É preciso apostar em sistemas de apoio de proximidade para ajudar pessoas em vulnerabilidade maior, é preciso equipar a sociedade civil que trabalha no terreno de meios para ajudar de forma segura e eficiente. É necessária a criação de mais redes de apoio, a descentralização dos sistemas que já existem, criar redes de solidariedade diversas e entre a própria comunidade LGBTIQ+, procurar soluções construídas por nós em conjunto com outros movimentos e que atuem de forma horizontal, quebrando hierarquias e desconstruindo discursos nocivos. O real combate ao discurso de ódio que muitas vezes é, erradamente, encapotado de liberdade de expressão.

Há, sem dúvida, muito trabalho a fazer. Porém, todas as pessoas podem contribuir ao respeitarem, ao escutarem, compreenderem e questionarem também o espaço onde estão inseridas. As pessoas mais experientes em questões LGBTIQ+ são as próprias pessoas LGBTIQ+. É importante fazer um apelo à reflexão crítica, à escuta, à aprendizagem e à empatia. É importante apelar à nossa responsabilidade enquanto comunidade LGBTIQ+, mas não só, também enquanto comunidade global que defende os Direitos Humanos.

O Presente Assustador! Um Futuro Brilhante!!

JOSÉ TAVARES

Neste mundo onde a submissão se generaliza a grande velocidade com a boleia que apanhou do coronavírus, sente-se a sua consequência terminante: a dominação do algoritmo, ou, se preferir, «digital». Rarrísimas, as resistências são mais do que escassas contra esta evidência predominante, a qual, em união sagrada com outros dos fatores, como a economia ou o poder estatal, aumenta de potência e estende-se em marcha forçada.

«A palavra Autoridade - afirmou William Burroughs - é mais forte do que a heroína». Mas, o ato de Autoridade é mais forte do que o crack.

Destruídas as antigas associações e comunidades, aniquilada a ligação das pessoas à terra, mediatizadas as relações por ecrãs, sujeitos à uniformização, perdemos ainda mais o controle das nossas vidas por via da gestão algoritmica que se propaga até aos nossos domicílios através de computadores comunicantes, da vídeo-vigilância alargada e de objetos conectados. «Tudo o que pode ser feito, faz-se», este é o princípio dos técnicos e tecnologistas. Não importa analisar todas as consequências, a banalização dos estragos é o modo de existência moderna: a bubónica, as vacas loucas, a gripe das aves, a «crise climática», o coronavírus e por aí fora.

É sabido que barreiras intransponíveis nos separam dos nossos antepassados do século XIX ou da primeira metade do século XX, onde ainda pareciam existir o sentido da vida, o objetivo, a finalidade. Em primeiro lugar a despossessão humana, o algoritmo dita a «obsolescência» (G. Anders) do ser-humano, tornado inútil pelo grau de tecnicização atingido. Onde toda a construção, comunicação, problema ou solução é tecno-industrial, não existe mais sentido humano (imprevisibilidade, diversidade, particularidade). Em segundo lugar, o mundo que se transforma, pleno de novas ilusões, em meio ultra técnico, reforçada com oportunidade e entusiasmo com a vigente pandemia, tem como objetivo um futuro brilhante sobretudo para a tecnociência e obviamente para os bolsos dos industriais e dos financeiros. Em terceiro lugar, a unidade deste despojamento particular e geral é a perca de propósito humano nos acontecimentos.

Um voo rápido permite uma vista mais ampla da atitude moderna, a submissão voluntária/obrigatória a ocupar as ruas, as praças, as relações de trabalho, o domicílio, as mentes... . A cena coloca em respeito um público fortemente embrutecido, tragédia onde o ator principal parece ser um vírus assaz original e os *decors* são por momentos os humanos e outros animais inauditos.

Portuguesa-de-Bem no papel da Altíssima N.ª Sr.ª de Fátima!

POUPE FANCYS!

Maria Vieira anunciou que vai frequentar aulas numa escola de circo para aprender a andar de andas, a opção pela escola em vez de um circo convencional era coisa que podia parecer muito «*aciganada*» por causa da tenda de circo e da vida nómada dos seus elementos.

O objectivo é elevar o momento em que jubilou André Ventura ao representar Marilyn Monroe sensualmente ao som da música "I wanna be loved by you".

A ex-actriz-de-bem pensou na personagem Medusa, mas temeu que com a inigualável fé dos seguidores do profeta André estes acreditassem mesmo que ela fosse a Medusa e ficassem transformados em pedra com cara de palhaços, o que poderia levar a que os socialistas do futuro, em vez de atacarem as estátuas, as dispersassem nas ruas para se rirem.

Então, durante um sonho, foi-lhe revelado que deveria representar a Altíssima Nossa Senhora de Fátima, que iria revelar o segredo de Fátima ao líder do Chega na próxima convenção.

A ex-humorista-de-bem, que trabalhou com gays e socialistas, diz que para este palco, e como três pastorinhos, vai convidar Rui Rio para fazer do menino Francisco Marto e a coelha Acácia (que Ventura pensou ser um coelho, mas afinal era uma coelha) como Jacinta Marto, que

"Maria Vieira Santinha" por Pedro Hermínio

morrem logo da epidemia da altura. Pneumonia que nem a beatitude da visão conseguiu parar (portugueses-de-mal) e, claro, vai convidar a esposa do líder na convenção como Irmã Lúcia (portuguesa-de-bem) que vive muitos anos, conhecendo até Papas.

A portuguesa-de-bem diz ter sido repelida do mundo do espectáculo por ter assumido ser de direita. Fez muito teatro, que na história de Portugal foi dos pilares da crítica ao salazarismo e às ideias como as que defende. Por se ter assumido fascista, diz ter sido humilhada pelos artistas que apoiam a extrema-esquerda, fazendo relembrar a história do jovem artista Adolf Hitler que, depois de ter sido rejeitado na escola de Belas-Artes de Viena, acusou os judeus de controlarem o mundo das artes e a partir daí a história é conhecida.

Maria Vieira, que sempre representou papéis – porque para uma mulher de direita não deve ter sido fácil trabalhar tantos anos com gays, drogados, socialistas, activistas dos direitos humanos, não deve ter sido fácil parecer que estava a gostar tanto da macacada –, quer representar em Portugal o lugar de Regina Duarte no governo Bolsonaro, fazer da política que gere a vida de milhões de pessoas uma novela, na qual a história dos portugueses não tem lugar, mas sim a história da vítima que ao apoiar um partido que discrimina se sente ostracizada e mal-compreendida.

Aquela que foi mandatária presidencial de André Ventura agora quer ser a razão pela qual meio milhão de portugueses não deixem de apoiar o Chega.

A activista política-de-bem vai pedir aos seguidores do Chega para votarem na música que acompanhará a sua aparição na próxima convenção do Chega, deixando duas opções: "Salvé, ó Virgem Maria", dos ensinamentos bíblicos, ou "Like a Virgin", de Madonna.

A mulher-de-bem diz que a viragem na sua vida foi quando o seu marido a comparou a Beatriz Costa. Afirmou sobre esse dia: «Sabem aqueles dias em que a pessoa dá graças a Deus por ser bem casada? Pois é, ontem foi um deles.» Que dia terá sido quando Maria Vieira cantou Marilyn Monroe para André Ventura?

A praga do planeta Terra

A Vida Não é Útil – Ideias para Salvar a Humanidade, pesquisa e organização de Rita Carelli, Objectiva | Penguin Random House, Lisboa, 2020, 104 pp.

A Vida Não é Útil é o primeiro livro de Ailton Krenak publicado em Portugal. É um acontecimento a assinalar. Divide-se em quatro partes, eloquentíssimas: "Ninguém come dinheiro", "Sonhos para adiar o fim do mundo", "A máquina de fazer coisas" e "O amanhã não está à venda".

O título mostra desde logo que esta voz vem de uma dimensão outra, de culturas ancestrais que no Brasil – e noutros lugares do mundo – prosseguem a luta pela afirmação da vida, iniciada contra a sua destruição há mais de quinhentos anos. A existência humana e dos restantes seres foi reduzida a meras utilidades pela cultura que, desde a conquista das Américas, se impôs, em particular, graças à guerra bacteriológica «espontânea» e organizada que desencadeou junto dos povos ameríndios, causando pandemias que levaram ao seu holocausto. Ailton cita uma comunicação do guia lakota Wakya Un Mani (Vernon Foster) a propósito da crise pandémica, em que este declara: «Para nós, indígenas, isto é uma repetição da história. A única diferença é que desta vez não estamos sozinhos.»

Há nas palavras de Ailton Krenak uma sabedoria que vem de um extenso passado de sofrimento causado pelo contacto com a civilização do homem branco. Partes dessa sabedoria foram captadas ao longo dos séculos por alguns brancos dissidentes, como Jean de Léry, autor de *Viagem à Terra do Brasil* (1578), livro onde registou um célebre diálogo com um índio tupinambá, no qual este lhe diz, surpreso pelas longas viagens e canseiras a que os brancos se entregavam só para acumular riquezas: «Não será a terra que vos nutriu suficiente também para alimentar os vossos filhos?»

Logo de início, Ailton sublinha: «Quando falo de Humanidade, não falo apenas do *Homo sapiens*. Refiro-me a uma imensidão de seres que excluímos desde sempre: caçamos baleias, cortamos barbatanas de tubarão, matamos leões e penduramo-los na parede para mostrar que somos mais bravos do que eles. Além da matança de todos os outros humanos que julgámos nada terem, que existiam só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de amiba gigante.»

As questões são expostas perspectivando um mundo holístico, que necessariamente (em prol da vida *da* Terra e *na* Terra) tem de opor-se à hierarquização despótica assente no deus Economia, que coisifica tudo, que converte tudo em coisa útil, incluindo a humanidade reduzida a recursos, a material descartável. «Poderíamos colocar todos os dirigentes do Banco Central num cofre gigante e deixá-los lá, a viver com a economia deles.» E a respeito da incessante destruição do planeta: «Acredito que esta ilusão de uma casta de humanóides que detém o segredo do Santo Graal, que se entope em riqueza enquanto aterroriza o resto do mundo, pode acabar por implodir.» Lembrando os bilionários que estão a construir uma plataforma fora da Terra, «para irem viver, sei lá, em Marte», propõe: «Deveríamos todos dizer: "Vão depressa e deixem-nos aqui!" Deveríamos dar-lhes um livre-passe, aos donos da Tesla e da Amazon.»

Este livro, tal como *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019), é uma bela dádiva para a meditação política que urge impor-se-nos. Um elevadíssimo acto de pensamento para ler em silêncio ou em voz alta.

Fernando Melro (1930–2014)
Poeta, meu pai. Ensinou-me a escutar, no silêncio nas montanhas da Serra da Estrela, a liberdade. O poema, manuscrito sem título, data de agosto de 2006. FILIPE NUNES | POEMA ILUSTRADO POR INÊS X

Negação e antifascismo

DIOGO DUARTE
DIOGO.NAINSELDUARTE@GMAIL.COM
IMAGEM **ANA FARIAS**

O manto da ilusão de estabilidade, paz e progresso, que pontualmente se afirmou na história do século XX europeu, caiu há muito. A sensação que nos percorre não é mais a de nos estar a faltar «algo», mas sim a de nos estar a faltar «tudo». Deixou de haver alguma coisa a perder. Mas essa sensação não é nova. Os deserdados dessa ilusão sempre existiram. Tentou-se escondê-los na cave para não perturbar a fotografia, mas, por vezes, conseguiram sair desse lugar escuro e invadir a festa para a qual não foram convidados. No pós-guerra, alguns dos deserdados mais ruidosos, incómodos e incategorizáveis saíram precisamente dos locais de onde irradiavam as luzes do progresso e da civilização. No final dos anos 60, as ruas de Paris enchiam-se de multidões e de barricadas. O tédio e a letargia que oxigenam o sangue das democracias viam-se abalados por breves momentos e Charles de Gaulle, o presidente francês então em funções, assistia com pavor ao festim de «grupos de revoltados contra a sociedade moderna, contra a sociedade de consumo, contra a sociedade tecnológica, seja ela comunista, a Leste, ou capitalista, a Ocidente – grupos, além do mais, que não sabem o que deviam pôr no lugar dela mas que se comprazem na negação». Aqueles que encontram no próprio acto da destruição «uma volúpia criadora» (Bakunin) e se recusam, por essa razão, a projectar antecipadamente o que erigir no lugar das ruínas, são por excelência os sujeitos que dominam os pesadelos mais aterradores de qualquer forma de autoridade. Aos olhos daquele que governa e que só vê ordem, são selvagens: não se percebe de onde vêm nem se sabe para onde vão.

Não foi preciso muito tempo para que o júbilo da negação voltasse a abalar os bons costumes. No Reino Unido, no final dos anos 70, um bando de insolentes atacava o presente enquanto dizia não haver futuro. Em 1978, com alegre rancor, os Crass gritavam «the Frankenstein monster you created/ Has turned against you now you're hated» (*Reject of Society*). Uns anos depois, em 1982, e seguindo o caminho mais metafísico e negro que definiria o *Black Metal*, os Venom anunciavam, com menos espalhafato que os *punks*, que «If God won't have me, then the Devil must» (*Raise the Dead*). Para além das letras, a estética sonora e visual destes estilos que então se desenhavam revelava um prazer semelhante com a decadência: em gravações absolutamente merdosas misturavam-se instrumentos desafinados, guitarras carregadas de distorção e *fuzz*, berraria e sujidade. Mais importante, abriam a possibilidade de qualquer zé-ninguém se fechar numa garagem com os amigos e, sem tibiezas, lançar um escarro no mundo de que nunca fizeram parte. A beleza do que exprimiam não vinha da melodia, da harmonia e da mestria técnica, mas sim das cidades a desfazerem-se, do fumo das fábricas e das lixeiras a viciar os céus, do cheiro pútrido dos esgotos a invadir os salões de gala. *Punk* e *Black Metal* surgiam como a mesma expressão contraditória de repulsa e paixão por um mundo à beira do abismo.

A Amplificasom revela a coragem para separar as águas e tornar inóspito um sítio onde antes se sentiam confortáveis aqueles que nele não têm lugar.

Algo capaz de chegar a pontos tão extremos não existiu sem incoerências – em alguns casos tão antagónicas que ameaçaram anular toda a força contida nos movimentos imprevisíveis dos dois géneros. Muitos dos deserdados que fizeram a história destes estilos musicais confundiram o gesto da negação com as suas frustrações pessoais e divergiram do potencial emancipatório da destruição que decidiram abraçar. Em especial no *Metal* (e muito em particular no *Black Metal*), mas também no *Punk*, houve quem julgasse que o racismo, a xenofobia e a homofobia eram formas de fugir do mundo que diziam odiar, quando na verdade só os tornava mais parte desse mundo. Celebrar, hoje, o tumulto que estes estilos causaram implica, por isso, recusar os remédios que alguns dos seus protagonistas nos tentaram impingir e resgatar a denúncia obscena do diagnóstico que ofereceram.

É por não saber distinguir uma coisa e outra que muitos se mostraram ofendidos com o anúncio que a promotora Amplificasom fez no seguimento das eleições presidenciais e da «revelação» de que há 500 mil idiotas no país infectados por uma estirpe muito particular de idiotice. Em comunicado, a promotora do Porto afirmou que «a Amplificasom e o Amplifest são anti-fascistas. Nos nossos eventos NÃO há espaço para fascismo, LGBTfobia, racismo, sexismo ou aporofobia». E, com estrondo, fecharam a porta do festival, deixando de fora os pelintras que sonham fazer um banquete ainda mais exclusivo do que o que já existe mas que ficam muito escandalizados quando são excluídos dos banquetes dos outros.

Não negamos que possa haver uma dose de *marketing* na intenção da promotora. Mas a sua importância deve ser apurada, antes de mais, pelas águas contaminadas em que esta se move. O Amplifest reúne todos os anos bandas de renome mas que, no geral, navegam por algumas das franjas marginais do *Metal* (e não só). Tal como se disse, o *Metal* sempre atraiu umas almas perdidas que acharam encontrar ali pasto fértil para o fascismo. Com isso, tentaram sacrificar o espírito de negação – profundamente individualista e anti-totalitário – contido no imaginário de muitos dos estilos que compõem este campo musical; confundiram os despojos do velho mundo de que estes se fizeram com materiais prontos a ser reciclados e usados para erguer fantasias de grandes líderes, sonhos de poder e ódios selectivos.

O apocalipse anunciado por muitas destas bandas sempre foi a expressão de um desejo para acabar irremediavelmente com o que existe e existiu – «uma revolta contra o mundo moderno», nas palavras de uma das bandas que integra o cartaz, os Wolves in the Throne Room (WTR). Nunca foi uma fórmula hipócrita para regressar a mundos que desapareceram, nem uma panaceia para recuperar um mundo que definha aceleradamente. Os WTR são, aliás, uma das bandas que mais tem contribuído para destruir os equívocos reaccionários que assolaram o estilo. No universo lírico da banda norte-americana, desenha-se uma ecologia de inclinação anarquista que se eleva contra o antropoceno e resgata-se o espírito niilista para o opor à estupidez misantrópica com que foi deturpado. Com o seu gesto, a Amplificasom revela a mesma coragem para separar as águas e tornar inóspito um sítio onde antes se sentiam confortáveis aqueles que nele não têm lugar.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 30
Março-Maio 2021

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt

CC BY

Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier *, Jorge Valadas, Luís Leitão, Aurora Santos, ZNM, Diogo Duarte, Daniel Macedo, Júlio Henriques, Júlio Gomes, Marco Araújo, Pula Babulo, Danela Filpe Bento, Mamadou Ba, Celso Lopes, Diogo Simões, Luís Simões, Soberania Alimentaria - Biodiversidad y Culturas, Daniel V. Melim, P. Hermínio, M. Ricardo de Sousa, Ricardo Jorge, Nuria Reguero, Anselmo Canha, Zita Moura, Daniela Rodrigues, Levantad@s do Chão, Gonçalo Salvaterra, Susana Baeta, Sónia Gabriel, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Pedro Cerejo, Diana Dionísio, Rita Neves, José Tavares, Ricardo Jorge.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1,5 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt

Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Como é bom viver em festa!

A reedição de C.O.M.A., um colectivo *hip hop* de Carcavelos de finais de 1990, que para muitos permaneceu desconhecido, não é um mero exercício de *revival*. Libertários, a crueza directa da mensagem não perdeu actualidade. O seu único registo, a cassete «Viver / Festa», é reeditada em CD revertendo as vendas para o Jornal MAPA.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

No ano de 1998, o Fips instalava em casa um *software* de som, o *Saw Plus*, na altura coisa rara. André escrevia algumas letras e embora não sendo um Mc, assim se foi tornando através de eximias rimas e *spokenword* sob *beats* que não se encontram datados, ainda que lá esteja o *trip hop* dos anos 90. Fips recorda como «as maiores referências que possamos afunilar o Anarquismo e a forma de estar do punk, o Linton Kwesi Johnson, os Portishead e os Micro", estes últimos ali mesmo de Carcavelos. Como André recorda, «num contexto de grande envolvimento com outros projectos alternativos, fomos mostrando as músicas a amigos, ganhando confiança, convidando outras pessoas a participar, na ideia de construção de um colectivo aberto a todos/as os que quisessem contribuir com letras, *beats*, textos, grafismos».

Nascia o Colectivo Ontológico e Musical «os Amigos». Os C.O.M.A. *Hip Hop* experimentado nos quartos, «letras e microfones de forma rudimentar, tripés em paus de vassoura, numa altura em que fazer música caseira não era um privilégio, era mesmo muito à frente. Uma tentativa de colectivo que reunia uma grupeta de juventude politizada, alcoolizada e algo mais, do *Extra* de Carcavelos.»

Parte dessa grupeta reuniu-se agora para reeditar a k7 editada em 1999. «300 unidades caseiras vendidas, acompanhadas de uma zine que mais do que *booklet*, era mesmo uma zine». Fazem parte das editoras Anticorpos, que chancela a edição, Rebeldes Vagabundos do Haxixe e da Mamut Music. Reverter as vendas para o Jornal MAPA nasce das afinidades anarcopunks com largos anos e pretende vir a inaugurar uma linha de edições musicais em torno do Jornal. Em que a música tal como a informação é critica e actuante.

Na actualidade é na Mamut Music que acabaram por convergir os dois esteios de C.O.M.A., André e Fips. «A fazer estrada, produção e agenciamento num meio profissional, mas a trabalhar por afinidades, com o pé no chão e o coração no sítio certo e que nos fez estar ligados a coisas tão lindas como Octa Push, Karlon, Batida, Freddy Locks, McK, IKOQWE, Meu Kamba Sound, entre muitos outros». Para eles a música esteve sempre presente. Dos tempos de C.O.M.A. havia Lôv Da Xit, Crise Social, Xitobula, 20 Pas 8. Houve depois Nsekt, Zootic, Cão, Da Galangs.

«*Reggae*, *Punk*, *Noise*, de tudo um pouco e um enervante sangue nas guelras. Uma raiva diária, uma imaginação que não parava, que se exprimia na rua, nas salas de ensaio, em casas que se ocupavam, zines, concertos, confrontos constantes numa estação de comboio perto de si. Um grupo de gente que se formou na amizade, mas também na solidariedade, camaradagem, revolta, insubmissão, cooperação, no sonho da autogestão».

Assim descreve-nos André essa «tentativa de Colectivo Musical, que não deixou de reunir os seres mais improváveis, mas que não tiverem vergonha de mandar umas "larachas". E que nunca esteve fechado, como nada na nossa vida. Libertários.

A edição limitada (300 ex.) do CD *Viver / Festa* de C.O.M.A. (16 temas) está já disponível em pré-venda (5€) para os assinantes do Jornal MAPA ou novos assinantes: assinaturas@jornalmapa.pt

O mundo era o *Hard Core*, das *tours* em Espanha das nossas bandas, o *reggae* no B-Leza, *rap* nas Marianas, as sessões de amável diálogo com a bófia de Cascais, com os amigos do Fim do Mundo a dar-nos uma ajuda na festa. Ajudar a ocupar casas com gente que não tinha lido as cartilhas, mas percebia que podia haver vida por aquele caminho. Uma enervante inquietude que nos fazia saber que o mundo era nosso».

Foi esse o ambiente que proporcionou as sessões experimentais, sempre caseiras, de C.O.M.A. Um «DIY, antes do *trendy*. Mais de 300 K7´s amarelas e verdes que se venderam de mão em mão, da Casa Ocupada da Praça de Espanha aos No Name e Juve Leo de São João. Tentar espalhar e chegar a todo o lado, para semear e crescer. Sem bazófia. Com muita vontade».

Estão, sem qualquer drama, cientes de que «falhou muito nesta tentativa de construção de um Colectivo Musical. Porque não conseguimos alargar e incluir mais gente. Ainda assim respirou-se até 2004, com mais vozes e mãos mágicas. E estava tudo lá. Do construir música fora da caixa, numa altura em que o mercado era um monstro. As letras da ingenuidade de quem se construía como individuo consciente e politizado. Libertários. Pôr em causa a construção de uma sexualidade que nos impunham e de como acreditávamos que podia ter muitas formas. A raiva a uma esquerda, que ainda não era caviar, mas já gostava de falinhas mansas. E calma, sempre a pedir-nos calma. Testemunhar o racismo quotidiano, de que muitos do que nos eram próximos, eram vítimas. Às coisas mais quotidianas, como levar nos cornos "por dá cá aquela palha» de um bófia a tresandar a cavaquismo bafiento e ainda com resquícios da velha senhora. Querer fumar em paz. Ou mais uma cegada com carecas, numa época que anti-fa não era um *post* pertinente no Twitter».

Dos temas que surgiram depois de 1999 há felizmente a chama acesa de virem à luz do dia e das noites. Mais ainda, «estão novos temas no forno, veremos se sentimos que têm a qualidade suficiente para saírem. Andamos sempre aí, isso é certo».

Porque sublinhe-se não há a decadência do *revival* nesta reedição. Como afirma André, «garanto que não era uma idade. Continuamos a escrever. Continuamos a produzir e fazer música. Todos os outros continuam por aí. Já tivemos filhos e entalámo-nos um bocado. Mas esta enervante raiva que nos corre nas veias, continua por aqui. Nunca o mundo como o sonhámos, deixámos de o sonhar. Nunca as lutas deste passado, fizeram hoje tanto sentido. Nunca todas as crianças que temos dentro de nós, nos gritaram tão alto: como é bom viver em festa!».

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 30
MARÇO-MAIO 2021
3000 EXEMPLARES

Uma primavera agroecológica

WWW.CAMARENAPHOTO.COM/ ©

A Primavera AgroEcológica acontece entre 21 de Março e 1 de Maio. A iniciativa pretende estimular o debate crítico sobre os caminhos para a transição agroecológica. Falámos com os seus promotores, a associação ecologista GAIA.

FILIPE NUNES

De que agroecologia falamos e quem a pratica hoje em Portugal?

Essa é a pergunta a que a *PrimaverAE* quer começar a responder. Num projeto internacional de criação de um curso de agroecologia foi pedido ao GAIA que fizesse um levantamento da situação em Portugal. Percebemos que há entendimentos variados sobre o que é Agroecologia, que toma várias formas de agricultura ecológica e sustentável, como a Biodinâmica, Permacultura, Sintrópica, agricultura urbana, etc.. A pesquisa levou-nos à agricultura familiar e de pequena escala com as suas práticas agrícolas tradicionais mantidas ao longo de gerações, tendo sido como uma guardiã das paisagens. Estas práticas integram as tradições culturais do lugar, criando os ofícios, a gastronomia ou as celebrações, que mantêm comunidades unidas, com práticas de apoio mútuo estabelecidas. Mas também encontramos a chamada «Agroecologia Lixo», um termo que caracteriza o uso das técnicas agroecológicas por corporações não só como marketing verde, mas sobretudo como adaptação às alterações climáticas. Na academia, assistimos à emergência de uma disciplina que estuda e desenha sistemas alimentares sustentáveis, de forma transdisciplinar e participativa, promovendo o diálogo horizontal entre a academia e diferentes sistemas de conhecimento, como o tradicional ou o profissional. Finalmente, vimos a agroecologia como um movimento social político internacional, protagonizado por associações camponesas e comunidades locais, piscatórias ou pastoris, que lutam pelo direito de acesso à terra, às sementes, aos mercados e às políticas e a manterem o seu modo de vida tradicional, actualmente ameaçado pela agroindústria. É a este movimento que o GAIA gostaria de dar visibilidade, como um movimento com um fim de transformação social, baseado na solidariedade, justiça e dignidade de quem faz com e da terra o seu modo de vida.

Falam de transição agroecológica num contexto planetário de crise ecológica e social. Atendendo à soberania alimentar e a crescente demanda alimentar demográfica, como responder à solução da industrialização da produção alimentar? É possível ir para lá da ideia de nichos de produção e consumo…

Nos ecossistemas vemos nichos como respostas naturais a determinados contextos seja de clima, nutrientes, solo ou seres que os habitam. E os próprios ecossistemas são em si nichos maiores. Num paralelismo com a forma como a humanidade se organiza, o problema estará na criação de nichos ou na globalização e mercantilização do que é comum? Grupos de consumo autónomos (com diversos nomes, AMAPS, CSAS, GAKS…) mostram-nos coletivos baseados em relações de proximidade. Essas relações desenvolvem formas de organização local, comunicando com a vizinhança, cuidando a terra, gerindo a água, conservando as sementes livres, nutrindo o solo. As respostas encontradas em autonomia e autogestão, dão origem à partilha de responsabilidades na interacção com o ecossistema em causa. E isso é um nicho que se torna resiliente na sua vivência com a constante mudança. Os sistemas de policultura agro-silvopastoris apresentam maior adaptação a perturbações externas com recuperação da produção. Ao contrário, a produção industrial intensiva e de monocultura está condenada pela sua baixa resiliência a perturbações, como a variação no preço do petróleo e fenómenos climáticos extremos. Enquanto o modelo agroindustrial é intensivo em consumos derivados do petróleo, o modelo agroecológico é intensivo em conhecimento e mão de obra, sendo central a sua dimensão social e comunitária. Sabe-se hoje que a fome no mundo não deriva da falta de produção mas de um problema estrutural de distribuição e acesso ao alimento. E a agricultura familiar e de pequena escala continua a ser responsável pela maior parte da produção alimentar mundial (mesmo detendo apenas 25% dos terrenos agrícolas). Políticas como a PAC, desenhadas para apoiar os mercados agro-alimentares globais, têm de ser revertidas para apoiar a agricultura familiar, de pequena escala e a criação de circuitos comerciais de proximidade, que sejam socialmente justos, biológica e culturalmente diversos, no sentido da auto-suficiência das regiões, construindo assim uma soberania alimentar resiliente às alterações climáticas.

A pandemia tornou evidente a indispensabilidade da proximidade dos circuitos alimentares. Nesse desenho de redes que se proporciona, qual o projecto social e político da agroecologia em contraponto ao delinear dessas redes pela mera lógica dos mercados?

Assistimos a uma tensão entre dois modelos distintos de produção alimentar, o coorporativo e o camponês, seja tradicional ou neo-rural. A agroecologia reclama justiça nas relações ecológicas e sociais, afirmando-se feminista, anticolonialista e anti-imperialista pela soberania alimentar dos povos. Quer-se enraizada nos territórios, onde diferentes agroecologias se adaptam ao local. A sua base é a cooperação, com necessidades de mão-de-obra e de conhecimento, facilitadas por processos de educação de base comunitária e emancipatória, entre pares. A agroecologia reconhece a complexidade das várias inter-relações e interdependências dos ecossistemas a que pertencemos, diversificando e apoiando relações justas e procurando a viabilidade da produção aos níveis económico, social, cultural, espiritual e material. Esta é uma cosmovisão oposta à da agroindústria, que visa acumular capital económico de produção levando à degradação ambiental e do tecido social, enquanto a agroecologia integra as comunidades humanas nas comunidades ecológicas que, em inter-relação, tecem a teia da vida deste planeta.

MAPA BORRADO

INFÂNCIA, DESPERDIÇADA NAS CRIANÇAS
UA UA
UM FILME DE TIROS. UAU.
UH UH
JUNTA-TE A NÓS PSP
NÃO É UM FILME, É PRÓS MENINOS E MENINAS IBEM PRA' POLÍCIA.
EXCELENTE. PRA SE JULGAREM LOGO UNS GRANDAS HERÓIS.
AH.. O QUE EU GOSTAVA DE TER UM DOS MEUS MIÚDOS FARDADOS COMO UNS HERÓIS.
C'HORROR, TÁS LOUCO. AQUILO SÓ LÁ' VÃO PARAR SÁDICOS.
SÁDICOS, OUVISTE?
SÁDICOS SÁDICOS
EHEH
É BOM. COM A CRISE E OS DESEMPREGADOS QUE AÍ VÊM, O ESTADO PRECISA URGENTEMENTE DE REFORÇOS PARA RESFRIAR REVOLTAS.
ALTO! MÃOS AO AR! ESTÁS PRESA!
NÃO ESTOU NADA! PÁRA COM ISSO!
TU TEM CUIDADINHO, QUE AINDA VAIS PRECISAR DE MIM.
OLÁ' MININOS
B' TARDE, MITUH, ARRANJAME SALSA, SAXAFÔR.
MITUH!
NEM PENSAR QUE TOCAM EM DOCES, HOJE. DEVOLVAM JÁ' ISSO..
COITADITOS
IHIH
PÁRA DE DAR DOCES AOS MIÚDOS. SENÃO NUNCA MAIS CÁ' VENHO.
EH
ULTIMA VEZ. ULTIMA VEZ
SÁDICOS SÁDICOS
JOSÉ VARGAS '21